



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA JUNIOR

**TRANSEXUALIDADE E PRÁTICAS ESPORTIVAS: A PROMOÇÃO DA SAÚDE  
COMO FORMA DE RECONHECIMENTO**

Florianópolis, 2024

JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA JUNIOR

**TRANSEXUALIDADE E PRÁTICAS ESPORTIVAS: A PROMOÇÃO DA SAÚDE  
COMO FORMA DE RECONHECIMENTO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Saúde Coletiva.

Área de concentração: Ciências Sociais e Saúde Coletiva

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Otávio Moretti  
Pires

Florianópolis, 2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Oliveira Junior, João Batista de  
TRANSEXUALIDADE E PRÁTICAS ESPORTIVAS: A PROMOÇÃO DA SAÚDE  
COMO FORMA DE RECONHECIMENTO / João Batista de Oliveira Junior ;  
orientador, Rodrigo Otávio Moretti Pires, 2024.  
135 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina,  
Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde  
Coletiva, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Saúde Coletiva. 2. Minorias Sexuais e de gênero. 3.  
Esporte. 4. Promoção da Saúde. 5. Teoria do Reconhecimento. I.  
Moretti Pires, Rodrigo Otávio. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. III.  
Título.

João Batista de Oliveira Junior

**TRANSEXUALIDADE E PRÁTICAS ESPORTIVAS: A PROMOÇÃO DA  
SAÚDE COMO FORMA DE RECONHECIMENTO**

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 25 do mês de janeiro de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Breno de Oliveira Ferreira, Dr  
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Rodrigo Sudatti Delevatti, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Zeno Carlos Tesser Junior, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutor em Saúde Coletiva pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva.

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Prof. Rodrigo Otávio Moretti Pires, Dr.  
Orientador

Florianópolis, 2024

*"A todas as pessoas transexuais, travestis e não-binárias, que enfrentam diariamente a luta por sua existência."*

## **AGRADECIMENTOS**

A construção desta tese transpassa minhas mãos, e muito e vai para muito além dos 04 anos de doutoramento. Sozinho, jamais teria conseguido chegar até esse momento de defesa. Para ser bem sincero, ela perpassa também esse plano. No dia 24 de novembro de 2021 eu realizava minha qualificação da tese, assim que finalizei minha apresentação, minha irmã, Jaqueline, uma das maiores referências de toda minha vida, escreve no chat, “Você merece tudo isso Ju, eu morro de orgulho de você”. Naquele momento um misto de sentimentos me invadiu, um pouco de vergonha, confesso, por não ser o momento dos agradecimentos, muita felicidade e emoção, pois ela sempre esteve comigo, nos melhores e piores momentos, e mesmo estando passando por um tratamento extremamente invasivo para o câncer, ela estava ali. Gostaria de escrever páginas e páginas agradecendo a você. Sempre foi minha maior referência de ser humano, profissional, irmã, filha e mãe. Obrigado por ser tão importante para mim e por ter me dado todo o suporte para chegar até aqui, queria muito, muito compartilhar esse momento da minha vida contigo. O que me conforta é saber que você sempre estará comigo, você faz parte de mim.

Agradeço imensamente ao meu pai, João, que tenho a honra de carregar o seu nome, que se foi ainda durante o meu processo de mestrado, e que dentro de toda a dificuldade vivenciada em sua vida, sempre deu o seu melhor para que nós tivéssemos e chegássemos em lugares que você não pode estar ou chegar, sempre é e será por você pai. Agradeço imensamente minha mãe, Maria e meu irmão, Jaquesson, que são a minha base, minha referência e que sempre estão comigo, sonhando, me amparando e sendo meu alicerce dentro desse misto de perdas e conquistas. Ainda, meu sobrinho João Pedro, agradeço todos os dias por ter você, por ser esse ser humaninho lindo que encheu ainda mais nossas vidas de amor. Por você eu acordo todos os dias e encontro forças para continuar.

Ao meu companheiro de vida, Fernando, que há mais de 10 anos esteve comigo todos os dias, aquele que me apoia, me ampara e me impulsiona. Chegar até aqui não teria sido possível sem você. Obrigado por me fazer acreditar que mereço

ser amado, respeitado e que mesmo sendo uma pessoa LGBTI+, posso ter um relacionamento leve, seguro e cheio de afeto. Você é incrível e meu porto seguro.

Agradeço a todos os meus amigos e amigas, que são vários e foram essenciais em todo esse processo. Nomeio aqui os que sempre estão e estiveram ao meu lado, Jeferson, Thays e Ramiro, muito obrigado por estarem sempre comigo.

Ainda, agradeço imensamente a Virgínia e a Stephany, pessoas incríveis que ganhei nesse processo e que levo comigo. Não teria sido possível sem vocês. Obrigado por me darem suporte na escrita, publicação, conselhos, ouvidos e tudo aquilo que vocês sabem. Fomos incríveis juntos. Agradeço aos meus companheiros no grupo Epígenes, especialmente a Mônica e ao Dalvan, vocês foram meu exemplo desde o começo.

Agradeço imensamente ao Rodrigo, meu orientador, mentor, professor que foi fundamental em toda minha formação na pós-graduação. Que desde o mestrado me acolheu e é um dos grandes responsáveis pelo profissional que sou hoje. Aprendi muito com você, não só academicamente.

Agradeço a todas e todos participantes dessa pesquisa, em especial as pessoas trans, que se disponibilizaram em compartilhar suas vivências, apesar de toda dor e violência. Obrigado por me ensinarem tanto.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo suporte financeiro neste período.

## RESUMO:

Este estudo aborda as atuais batalhas jurídicas enfrentadas pelas pessoas trans, destacando suas lutas pelo reconhecimento do nome social, acesso a terapias hormonais e utilização de banheiros de acordo com a identidade de gênero. Esses desafios evidenciam as barreiras presentes em uma matriz binária e cisheteronormativa, levando as pessoas trans a buscarem reconhecimento para além das questões legais e direitos fundamentais. O enfoque desta pesquisa está na análise da transexualidade no contexto das práticas esportivas, fundamentada nas teorias do reconhecimento e da promoção da saúde. Realizada por meio de uma abordagem qualitativa exploratória, a pesquisa envolveu 32 participantes recrutados via mídias sociais, distribuídos em cinco grupos focais online. A coleta de dados sociodemográficos ocorreu por meio de um questionário semiestruturado, sendo a Análise Temática empregada para discutir os resultados, apresentados em dois artigos distintos: "Transexualidade e práticas esportivas: uma análise a partir da teoria do reconhecimento" e "Práticas Esportivas e Pessoas Trans: a Promoção da Saúde como forma de (re) existir". Os achados revelaram desafios significativos enfrentados pelas pessoas trans para obter o reconhecimento de suas identidades, impactando diretamente sua participação no meio esportivo. A inserção dessas pessoas nas atividades esportivas surge como uma possibilidade de desafiar as normas de gênero estabelecidas, indicando potencial transformação desses espaços. Destaca-se a importância dos ambientes esportivos como locais relevantes na promoção da inclusão social, diversidade e igualdade de oportunidades, reforçando a concepção das práticas esportivas como meio de promoção da saúde integral e bem-estar.

**Palavras-chave:** Minorias Sexuais e de gênero; esporte; teoria do reconhecimento; Promoção da Saúde; Práticas Esportivas

## **ABSTRACT:**

This study addresses the current legal battles faced by transgender individuals, highlighting their struggles for the recognition of social names, access to hormone therapies, and the use of bathrooms according to gender identity. These challenges underscore the barriers within a binary and cis-heteronormative framework, prompting transgender individuals to seek recognition beyond legal issues and fundamental rights. The focus of this research is on the analysis of transgender experiences in the context of sports, grounded in the theories of recognition and health promotion. Conducted through a qualitative exploratory approach, the study involved 32 participants recruited via social media, distributed across five online focus groups. Sociodemographic data were collected through a semi-structured questionnaire, and Thematic Analysis was employed to discuss the results, presented in two separate articles: "Transsexuality and Sports Practices: an analysis based on the theory of recognition" and "Sports Practices and Transgender Individuals: Health Promotion as a form of (re)existence." The findings revealed significant challenges faced by transgender individuals in gaining recognition of their identities, directly impacting their participation in sports. The inclusion of these individuals in sports activities emerges as an opportunity to challenge established gender norms, indicating the potential transformation of these spaces. The importance of sports environments as relevant places for promoting social inclusion, diversity, and equal opportunities is emphasized, reinforcing the concept of sports practices as a means of promoting overall health and well-being.

**Keywords:** Sexual and Gender Minorities; Sports; Recognition Theory; Health Promotion; Sports Practices.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo proposto no marco conceitual da CDSS -----	33
Figura 2: Fluxograma 1: Etapas de realização dos GFO -----	70
Figura 3: Modelo proposto pelos autores -----	106

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AB	Atenção Básica
CDSS	Comissão dos Determinantes Sociais da Saúde
CF88	Constituição Federal de 1988
CID	Classificação Internacional de Doenças
CIPS	Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde
CNS	Conferência Nacional de Saúde
COI	Comitê Olímpico Internacional
GFO	Grupos focais online
LGBTI+	População lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, intersexual e demais orientações sexuais e identidades de gênero.
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PNPS	Política Nacional de Promoção da Saúde
PNSILGBT	Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
PS	Promoção da Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil dos participantes dos Grupos Focais Online ----- 73

Tabela 2 - Perfil das pessoas trans participantes do Grupos Focais Online -----74

## SUMÁRIO

<b>1. INICIANDO O DEBATE – TRAJETÓRIA ATÉ A PESQUISA ENVOLVENDO TRANSEXUALIDADE NO ESPORTE .....</b>	<b>13</b>
<b>2. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>3. REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>19</b>
<b>3.1 – ESTUDOS DE GÊNERO: SEXO, GÊNERO, SEXUALIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO.....</b>	<b>19</b>
3.1.1 Breve consideração sobre o dispositivo Sexo – Gênero .....	19
3.1.2 Considerações sobre travestilidade/ transexualidade.....	23
<b>3.2 PROMOÇÃO DA SAÚDE ATRAVÉS DAS PRÁTICAS ESPORTIVAS .....</b>	<b>32</b>
3.2.1. Breve consideração sobre Promoção da Saúde .....	32
3.2.2 O contexto da Promoção da Saúde no Brasil.....	41
<b>3.3 PRÁTICAS ESPORTIVAS.....</b>	<b>44</b>
3.3.1 – Contextualização do esporte .....	44
3.3.3 Práticas esportivas, pessoas trans e transfobias.....	50
<b>3.4 A TEORIA DO RECONHECIMENTO COMO LENTE DE ANÁLISE.....</b>	<b>57</b>
<b>4 OBJETIVOS.....</b>	<b>64</b>
4.1 Objetivo Geral.....	64
4.2 Objetivos específicos:.....	64
<b>5 PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>65</b>
<b>6 - RESULTADOS:.....</b>	<b>70</b>
6.1 - Artigo 1 - Transexualidade e práticas esportivas: uma análise a partir da teoria do reconhecimento.....	75
6.2 - Artigo 2 - Práticas Esportivas e Pessoas Trans: a Promoção da Saúde como forma de (re) existir .....	96
<b>7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE .....</b>	<b>118</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DA TESE .....</b>	<b>122</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>131</b>
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	131
APÊNDICE B – Perguntas norteadoras GFO.....	133
<b>ANEXOS .....</b>	<b>134</b>
Anexo 1 - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP .....	134

## 1. INICIANDO O DEBATE – TRAJETÓRIA ATÉ A PESQUISA ENVOLVENDO TRANSEXUALIDADE NO ESPORTE

Realizar uma pesquisa em um contexto que não vivencio tem sido um desafio significativo para mim. Desde a escolha do tema até a conclusão da tese, questioneei constantemente se estava abordando a questão de maneira justa e autêntica.

As pessoas trans, travestis, trans masculinos e não binárias enfrentam desafios únicos em suas vidas, lutando diariamente para sobreviver em uma sociedade que muitas vezes as relega a posições de subalternidade e as expõe a diversas formas de violência.

Apesar de fazer parte da comunidade LGBTI+, enquanto um homem cis gay, meus privilégios enquanto homem cis e não sendo negro me coloca em uma posição social que diversas vezes fez com que tivesse dúvidas em me adentrar nesse universo de pesquisa.

Vários fatores me aproximaram da temática e me levaram a refletir sobre esse contexto. Como um homem cis gay, atleta de voleibol e profissional de educação física, encontro-me em uma posição que está intrinsecamente ligada a esse debate. Além das minhas pesquisas, comecei a participar ativamente de espaços que discutem o esporte LGBT, envolvendo-me em competições regionais e nacionais que abordam essa questão.

No entanto, o que me impulsionou a estudar e debater essa temática foi a entrada da primeira atleta transexual, Tiffany Abreu, no dia 10 de dezembro de 2017 na superliga feminina de voleibol, a maior competição profissional no Brasil, ainda, se tornando a primeira atleta trans a competir em uma partida oficial de voleibol em território brasileiro. A partir desse momento, surgiram inúmeras polêmicas nas redes sociais, questionando a legitimidade de sua participação. Esses debates envolveram atletas, ex-atletas, figuras públicas, torcedores e supostos 'especialistas', gerando uma série de discussões.

Tiffany foi submetida a um ambiente extremamente hostil, apesar de alguns comentários favoráveis, tornando-se alvo de ataques de todos os lados e se transformando em tema de debates em círculos que inicialmente não tinham interesse no esporte. Esse contexto de violência, desinformação e transfobia despertou ainda

mais o meu interesse pelo assunto e me motivou a abordá-lo a partir de uma perspectiva das ciências sociais e humanas no contexto da saúde coletiva.

Toda a experiência violenta vivenciada por Tiffany, intensificada pela velocidade de informações e possibilidade de acesso a diferentes opiniões ocasionada pela internet, me fez pensar mais além, pensar no dia a dia das pessoas trans que tentam se inserir no esporte fora do âmbito de rendimento. O esporte, para muitos atletas, amadores ou não, se mostram enquanto um espaço de convívio, refúgio, socialização, formação de ideias e redes. No entanto, por conta de uma sociedade LGBTfóbica, as pessoas LGBTI+ e sobretudo as pessoas trans são privadas de se inserir nesse espaço, mas existem poucas pesquisas que investigam como se dá essa inserção fora do esporte profissional.

Como atleta de voleibol, o esporte permitiu reconhecimento enquanto gay, aproximação com membros da comunidade LGBTI+, permitiu que eu me politizasse e tivesse acesso a espaços que provavelmente não conseguiriam acessar sem o esporte. Todos esses aspectos, aliados à minha formação em Saúde Coletiva, me fez pensar o quanto o esporte pode ser um espaço de promoção da saúde, mas que, assim como os demais espaços sociais, são atravessados por diversas barreiras que possibilitam que apenas alguns tenham essa possibilidade, e nesse contexto a teoria do reconhecimento surge enquanto uma potente lente de análise.

É urgente um olhar das ciências sociais e humanas para se pensar a saúde das pessoas trans dentro desse contexto. Antes de especificar alguns pontos que serão abordados nesta tese, vale salientar que as nomenclaturas, siglas e demais conceitos serão descritos a partir da Introdução, essa seção tem o intuito de introduzir de maneira mais livre.

Nesse contexto, o estudo aborda de maneira direta a discussão acerca da transexualidade e as práticas esportivas, destacando como a concepção rígida e normativa de gênero desempenha um papel significativo na perpetuação da segregação com base no gênero dentro do universo esportivo. Além disso, examina-se como essa perspectiva marginaliza pessoas que não se encaixam nos parâmetros convencionais da cisgeneridade, ou seja, naquilo que a cisnormatividade considera como o padrão estabelecido.

A elaboração teórico conceitual abrange o binarismo de gênero no contexto esportivo, a relação da cis-heteronormatividade e a inclusão de indivíduos transexuais na prática esportiva. Tendo como base essa relação, utilizamos duas teorias potentes como estratégia de análise desse universo complexo.

Busca-se, neste contexto, a compreensão da dinâmica dessa interação no âmbito esportivo abrangente, englobando tanto o esporte de alto desempenho quanto o amador, recreativo e todas as suas variáveis. Além disso, visa-se realizar uma análise que efetivamente contribua para a criação de um ambiente esportivo que seja seguro e acolhedor para indivíduos trans, de modo que o esporte seja efetivamente promovido como um direito social, proporcionando oportunidades de inclusão e reconhecimento como uma via viável.

No que diz respeito à estrutura deste trabalho, a Introdução e a Revisão de Literatura têm o propósito de introduzir o debate, destacando as principais bases teóricas que sustentaram toda a construção deste estudo. Em seguida, o percurso metodológico é detalhadamente exposto, incluindo o embasamento teórico, os métodos adotados, os atores sociais envolvidos e a abordagem utilizada para a análise do material. Por fim, os resultados são apresentados por meio de dois artigos.

## 2. INTRODUÇÃO

Esta tese está inserida no amplo campo da Saúde Coletiva e utiliza suas abordagens teóricas e metodológicas para examinar a inclusão das pessoas trans nos ambientes de práticas esportivas. Para tanto, adota a Teoria do Reconhecimento como arcabouço teórico, especialmente os conceitos apresentados por Nancy Fraser e Paddy McQueen. A análise será desenvolvida com base em alguns conceitos centrais da promoção da saúde.

Para iniciar o debate, destaca-se uma sociedade contemporânea marcada pelo conservadorismo, carregando valores sociais responsáveis por diversas formas de violência, como a LGBTfobia, misoginia, xenofobia, entre outras. Esses valores estabelecem normas e constroem uma subjetividade de superioridade em relação aos padrões considerados ideais - homem branco, rico, heterossexual -, enquanto outras formas identitárias são inferiorizadas.

As desigualdades relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero vêm sendo cada vez mais discutidas e são objetos de estudo de pesquisadores e pesquisadoras de diversas áreas do conhecimento. O intuito é investigar como as diferentes formas de discriminação interagem dentro de um universo complexo, causando sofrimento, exclusões e profundas desigualdades sociais.

. Quando consideramos pessoas com identidades de gênero e orientações sexuais diferentes daquelas consideradas predominantes em nossa sociedade, ou seja, a cisheteronormatividade, deparamo-nos com diferentes realidades que impactam diversas pessoas.

Ao nos depararmos com a sigla LGBTI+, é crucial questionar a quem nos referimos. Existe uma pessoa que se caracteriza como LGBTI+? Esse questionamento é de extrema importância ao abordar questões relacionadas a essas pessoas. Embora tenham ocorrido avanços nos direitos e na visibilidade das pessoas identificadas como LGBTI+, é essencial compreender que, dentro das diversas identidades e orientações sexuais, existem distintas necessidades, formas de discriminação e invisibilidades.

Os fatores mencionados caracterizam as pessoas LGBTI+ como minorias. É importante esclarecer que o termo "minoria" não se refere apenas a números, mas sim a grupos excluídos do poder político, social, jurídico e econômico, como mulheres,

negros, indígenas, população periférica, e LGBTI+. As desigualdades e iniquidades vivenciadas cotidianamente colocam essas pessoas em uma posição de inferioridade e subordinação dentro da sociedade (Bouris et al., 2016).

Considerando que a vulnerabilidade é uma característica compartilhada por todas as pessoas e grupos sociais, as pessoas LGBTI+, assim como outros grupos minoritários, são pensadas dentro de um contexto de vulneração devido ao não reconhecimento. Elas se tornam impossibilitadas e fragilizadas pelas consequências sociais e políticas que afetam diretamente seus direitos básicos (Have, 2015), resultando em condições de vida desfavoráveis e evitáveis. Isso ocorre sobretudo pela negligência do Estado, que não fornece os recursos mínimos para que as pessoas possam lidar com sua situação de vida de forma digna.

Embora haja avanços, esses foram diferenciados para gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, intersexuais, assexuais, quer, crossdresser, pansexuais, entre várias outras identidades existentes. Além disso, é fundamental refletir sobre a pluralidade das pessoas, considerando que a identidade vai muito além da sexualidade. As experiências determinadas pela classe, cor, raça e gênero também afetam a forma como essas pessoas vivem e se relacionam socialmente. Pensar nessa imensidão de possibilidades é crucial e urgente (Leite, 2020).

Os estudos que abordam a discussão de gênero e sexualidade propõem a ruptura com normatizações reducionistas que classificam a partir de um binarismo homem/mulher, masculino/feminino, e rótulos que surgem de uma matriz heterossexista. Essas categorias são construções sociais e culturais performatizadas pelas pessoas, gerando convenções heteronormativas que reforçam o dispositivo binário sexo-gênero, regulando e impedindo outras possibilidades de identidades e sexualidade (Salih, 2015).

Ao discorrer sobre a performatividade, Judith Butler (2017), a partir da teoria Queer, aponta que o gênero é uma construção derivada da linguagem e do discurso, sendo efeito desses discursos e práticas por meio de aparatos socio-históricos e culturais, que buscam identificar os sujeitos. Existe uma influência performática do contexto nessas construções.

As considerações sobre a sexualidade abrangem uma ampla gama de possibilidades, incluindo orientações como heterossexual, homossexual, bissexual,

pansexual, assexual, entre outras formas de identidades e interesses afetivo-sexuais. Por outro lado, a identidade de gênero refere-se à forma como uma pessoa se identifica em relação ao gênero socialmente instituído, podendo ser cisgênera ou transgênera. Destaca-se, assim, que não existe uma interdependência naturalizada socialmente entre sexo, gênero, orientação sexual e identidade de gênero (Salih, 2015; Butler, 2017).

Nesse sentido, as pessoas trans, que constituem a população-alvo deste trabalho, não se encaixam nos dispositivos binários de sexo-gênero. Elas apresentam divergências com o gênero designado no nascimento e registrado civilmente (Lanz, 2015; Dos Anjos, Goellner, 2017).

As questões relacionadas às pessoas trans estão intrinsecamente ligadas a direitos básicos, como a luta pelo reconhecimento do nome social, acesso a serviços de saúde e utilização de banheiros públicos de acordo com sua identidade de gênero, entre outros. No entanto, ao abordar a questão dos direitos, torna-se imperativo expandir esse debate, especialmente em relação à inclusão das pessoas trans nos diversos espaços sociais.

A discussão sobre a transexualidade no esporte tem ganhado destaque nos últimos anos, especialmente devido à participação de atletas trans no esporte de alto rendimento. Essa temática suscita preocupações tanto entre os próprios atletas quanto entre dirigentes e organizações esportivas.

A abordagem da transexualidade no esporte é fundamental, pois o esporte desempenha um papel crucial como ferramenta social. Ele é capaz de unir pessoas e grupos distintos por meio da competição, lazer e educação, buscando objetivos específicos a partir de sua prática (Rubio, 1999).

Além disso, a história evidencia a relevância do esporte no progresso dos estudos nas Ciências Humanas e Sociais. A participação das mulheres na prática esportiva ao longo do último século exemplifica a ruptura de paradigmas, refletindo as mudanças que ocorrem na sociedade e, em algumas ocasiões, atuando como catalisador dessas transformações (Rubio, 1999).

Ao considerar a inserção de pessoas trans no esporte, o debate envolve discursos sobre possíveis vantagens dos corpos trans e a ocupação de espaços não legitimados, além da importância da inclusão. Um argumento amplamente debatido

em relação à inclusão de mulheres transexuais no esporte é a preocupação de que possam ter vantagens atléticas sobre as mulheres cis devido aos efeitos que os hormônios masculinos podem ter na estrutura corporal.

Atualmente, diversas propostas legislativas e casos judiciais estão em andamento, abordando a preocupação com possíveis violações dos direitos das mulheres devido à participação de atletas trans na categoria feminina. Essas iniciativas buscam estabelecer o sexo biológico como o único critério válido para a definição de gênero em competições esportivas oficiais no Brasil (Carvalho, 2017).

É de extrema importância que a discussão no âmbito do esporte de alto rendimento seja ampliada. No entanto, é igualmente crucial considerar outras dimensões do esporte, levando em conta os significativos desafios que acompanham a jornada de um atleta profissional, bem como a abrangência de outros espaços esportivos que envolvem um número muito maior de participantes. Além disso, é relevante destacar que as legislações e normas que regem o esporte de alto rendimento exercem um impacto significativo nas configurações das diversas facetas do esporte.

Com base nessas considerações iniciais, a presente tese tem como intuito analisar a transexualidade no universo das práticas esportivas sob a ótica da promoção da saúde e da teoria do reconhecimento.

### **3. REVISÃO DE LITERATURA**

#### **3.1 – ESTUDOS DE GÊNERO: SEXO, GÊNERO, SEXUALIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO**

##### **3.1.1 Breve consideração sobre o dispositivo Sexo – Gênero**

Este tópico visa identificar os pressupostos teóricos que fundamentam a tese. Dada a complexidade teórica exigida para abordar os problemas de gênero e sexualidade, serão apresentados alguns conceitos e proposições, destacando o contexto por trás das experiências sociais das pessoas trans no âmbito do dispositivo de sexo-gênero que permeia as relações.

O dispositivo de sexo-gênero está presente em todas as relações sociais, mantendo uma relação direta com crenças, valores, ideologias, condutas e

imaginários relacionados ao corpo físico e social. Pode ser compreendido como uma construção sócio-histórica.

Apesar de aparentemente desnecessário, é crucial registrar de forma sintética a diferenciação entre as concepções de sexo e gênero para iniciar o debate. A naturalização da associação direta entre sexo e gênero frequentemente leva as pessoas a considerá-los como algo intrinsecamente ligado. O sexo refere-se às diferenças genéticas, fisiológicas e anatômicas entre a genitália masculina e feminina da espécie humana. Por outro lado, o gênero é uma categoria socialmente construída, constituída a partir de normas e regulamentações eficazes de condutas culturais, políticas, jurídicas, entre outras, diferenciando-se em diversas culturas e momentos históricos.

Na obra de Judith Butler, a heteronormatividade é descrita como a relação direta, absoluta e linear entre sexo, gênero e orientação sexual. Essa concepção destaca a tendência de se assumir, de forma normativa, que existe uma correlação fixa entre o sexo biológico de uma pessoa, sua identidade de gênero e sua orientação sexual. Em outras palavras, a heteronormatividade implica a expectativa de que as pessoas sigam um padrão heterossexual como norma, onde o sexo biológico é vinculado a papéis de gênero tradicionais e à atração sexual heterossexual. A autora discorre:

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada requer e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino é diferenciado de um termo feminino, e essa diferenciação é realizada por meio das práticas de desejo heterossexual. O ato de diferenciar os dois momentos de oposição do binário resulta na consolidação de cada termo, a respectiva coerência interna de sexo, gênero e desejo. (Butler, 2017, p. 22-23)

A sociedade Ocidental apresenta marcas a partir das construções hegemônicas pautadas no gênero e na sexualidade, que podem ser observadas ao longo do processo histórico, segundo Foucault (2012, p. 30-31)

Por volta do século XVIII, irrompe a demanda política de falar sobre o sexual “como uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo” (Foucault, 2012, p. 30-31): uma administração sexual.

A concepção hegemônica ocidental, que pressupõe a existência de dois corpos radicalmente opostos com base na genitália, determinando comportamentos e sentimentos adequados para cada um, remonta aproximadamente ao século XIX (Bento, 2008). Nesse período, emerge a heterossexualidade compulsória/heteronormatividade, quando a sexualidade se torna objeto de interesse da Igreja e da Medicina. Discursos são construídos para o controle e manutenção de uma 'saúde familiar', por meio do policiamento das sexualidades, permitindo apenas algumas expressões sob uma ótica binária e relacionada ao matrimônio e reprodução.

O controle sobre os corpos e a sexualidade se amplia em nome do bem-estar econômico, da moral, da higiene, da segurança e da saúde. Esse controle é exercido por meio de normas de conduta individual, que Michel Foucault traduz como Biopoder (processos de normatização dos corpos individuais) que se expande e estabelece uma Biopolítica (regulação do corpo como espécie, população).

O desenvolvimento da sociedade capitalista é orientado por esses processos, que inserem os corpos nessa economia, ampliando investimentos em saúde, condições de vida e em todos os campos sociais. O discurso científico emerge como um legitimador dos controles dos corpos, que passam a ser normatizados e regulados pelo dispositivo da sexualidade.

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode manter entre esses elementos. (Foucault, 1993, p.244)

Todo esse mecanismo de ação biopolítica lançada pelo capitalismo disciplinar é denominado por Paul Preciado (2018, p. 76) enquanto “sexopolítica”<sup>1</sup>, onde o sexo, a sexualidade e a raça se mostram como três ficções somáticas basilares do mundo ocidental a partir do século XVIII, ou seja, “o sexo se tornou parte tão importante dos planos de poder que o discurso sobre a masculinidade e a feminilidade e as técnicas

---

<sup>1</sup> 3 O autor traduz esse termo sexopolítica enquanto uma das formas dominantes da ação biopolítica no capitalismo contemporâneo. Com ela o sexo (os órgãos chamados ‘sexuais’, as práticas sexuais e também os códigos da masculinidade e da feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes) faz parte dos cálculos do poder, fazendo dos discursos sobre o sexo e as tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle sobre a vida” (PRECIADO, 2011, p. 1)

de normatização das identidades sexuais transformaram-se em agentes de controle e padronização da vida”, de produção e governo das subjetividades.

Esses mecanismos contribuíram para a construção de identidades delimitadas por uma constituição dicotômica entre homem e mulher, estabelecendo diferentes privilégios e papéis sociais. Surgem dicotomias como heterossexual/homossexual, forte/fraco, dominante/dominado, onde as desigualdades são estabelecidas. Tais oposições e hierarquias são construções sociais que apontam para diferentes demandas e contribuem para a formação das desigualdades na sociedade.

Essa formatação institucional é denominada, por algumas autoras enquanto gêneros inteligíveis, que são definidos por Butler (2016, p.43-44):

Aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios são concebíveis em relação às normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual.

Contudo, na sociedade, estabelece-se uma norma que remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão, sendo essa uma referência não necessariamente nomeada. Assim, os "outros" sujeitos sociais se tornam "marcados", definindo-se e sendo denominados a partir dessa referência. Dessa forma, mesmo a mulher cis heterossexual é representada como "o segundo sexo", enquanto gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual, e as pessoas trans são consideradas transgressoras dessa norma (Guacira Louro, 2001).

Os próximos tópicos têm a intenção de contextualizar a travestilidade/transsexualidade e suas experiências sociais, pautadas na exclusão, e apresentar os aparatos teóricos que balizaram as análises deste trabalho.

### **3.1.2 Considerações sobre travestilidade/ transexualidade**

A travestilidade/transsexualidade é um termo amplo, plural e complexo, abordado por diferentes perspectivas teóricas. Neste estudo sobre pessoas trans, faremos uma breve reflexão sobre o tema a partir de duas abordagens fundamentais.

A primeira abordagem parte do modelo hegemônico em nossa sociedade, conhecido como o modelo biomédico. Nesse contexto, a travestilidade/transexualidade é considerada uma patologia denominada "transtorno de identidade". Nessa perspectiva, uma pessoa com características anatômicas de determinado sexo biológico, sem apresentar diferenciações físicas, hormonais ou anatômicas, concebe a si mesma como pertencente a outro sexo (Petry, 2015). Essa concepção baseia-se em uma visão estritamente biologicista do corpo e em uma matriz binária (masculino e feminino) heterossexual que regula a sexualidade e as subjetividades das pessoas. Por meio desse enfoque, o diagnóstico é orientado pela psicopatologização das experiências de transexualidade. Essa noção ainda percebe o gênero como uma construção socialmente imposta e obrigatória, e o sexo de forma determinista por uma perspectiva biomédica (Carvalho, 2016).

A segunda abordagem compreende a travestilidade/transexualidade como um processo de construção das subjetividades, onde sexo e gênero não são previamente definidos. Autores como Michel Foucault, Judith Butler, Donna Haraway e Paul Beatriz Preciado fundamentam essa perspectiva. Nessa visão, o sexo é entendido como um resultado complexo de uma experiência histórica individual/coletiva, não sendo algo estático e predefinido. Assim, discutir a sexualidade implica levantar questões sobre a noção de poder que envolve o tema, visando a regulação e normatização. Nessa concepção, o gênero é pensado como um processo performático baseado na repetição e reprodução das normas socialmente estabelecidas.

Ambas as perspectivas apresentadas, para além do contexto teórico e científico, exercem um impacto direto na vida e na subjetividade das pessoas, particularmente das pessoas trans. Em uma sociedade que compreende a sexualidade a partir de uma visão binária e heterossexual, as pessoas trans são invisibilizadas e, além disso, são vistas como doentes, como indivíduos que precisam ser 'corrigidos'. Nesse contexto, o sentimento de inadequação leva essas pessoas a tentarem conformar seus corpos, submetendo-se a determinadas técnicas e procedimentos na tentativa de alcançar um corpo socialmente aceito (Mack, 2015).

As pessoas trans têm sua existência condicionada pela norma binária de gênero e pelo mecanismo de diferenciação, classificação e hierarquização baseado exclusivamente no órgão genital no momento do nascimento. A transgressão emerge

como a característica distintiva que separa as pessoas trans das demais. Logo, as pessoas trans são, por natureza, transgressoras da norma de gênero.

As demandas por adequação surgem a partir de uma matriz biomédica que molda, teoriza, autoriza, executa e limita as formas de ser — ou não ser reconhecido — e de compreender o mundo. Isso ocorre dentro de um contexto histórico, social, político e científico específico. Este modelo biomédico também cria possibilidades de adequação por meio de uma ciência que viabiliza uma nova forma de existência. Isso é alcançado por meio de técnicas discursivas, como diagnósticos, intervenções tecnológicas, como hormônios, procedimentos estéticos e cirúrgicos, e modificações legais, incluindo autorizações legais para cirurgias e alterações de nome, entre outros.

O gênero sendo pensado a partir das pessoas trans inseridas no esporte nos permite pensá-lo nos termos de Judith Butler (2016 p.21), afinal:

[...] nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida.

É relevante destacar que houve mudanças nas concepções da transexualidade, especialmente no que diz respeito às instituições. No âmbito do diagnóstico médico, o DSM-5 mais recente (APA, 2013) optou por abandonar a nomenclatura "transtorno de identidade de gênero" em favor da "disforia de gênero" (DG). A Organização Mundial da Saúde (OMS), alinhada a esses avanços, sugeriu a substituição do termo "transexualismo" do CID-10 (OMS, 1993) por "incongruência de gênero" no CID-11, transferindo-o do âmbito dos distúrbios psicológicos para o domínio das questões relacionadas à sexualidade (OMS, 2018).

Até a promulgação da Resolução nº 2.265, em 20 de setembro de 2019, que revogou a Resolução anterior do CFM nº 1.955/2010, o Conselho Federal de Medicina (CFM) brasileiro vinculava a realização da cirurgia de redesignação sexual ao diagnóstico de "transexualismo", conforme definido pela resolução anterior. Essa regulamentação reproduzia a imagem do "verdadeiro transexual", estabelecendo critérios normativos que segregam aqueles que se enquadraram nos sintomas

preconizados pelo modelo biomédico daqueles que não se alinhavam a tal padrão. A nova resolução representa uma mudança no discurso, afastando-se do viés psicopatológico, redefinindo a transexualidade e reduzindo a idade mínima de acompanhamento de dois para um ano (CFM, 2010, 2019).

Essas considerações destacam a imbricação da transexualidade entre concepções científicas e políticas, evidenciando como os regimes de verdade são legitimados socialmente na sociedade atual (De Tilio; Galegari, 2019).

Com base nisso, para abordar as pessoas trans e a experiência da transexualidade, será adotada a concepção da autora Berenice Bento (2008). Bento destaca a transexualidade como uma experiência identitária marcada por potenciais conflitos instituídos pelas normas de gênero. Nesse contexto, ocorre uma reivindicação pelo reconhecimento social e legal das identidades que não correspondem às normas sociais estabelecidas.

Todos esses aspectos serão explorados a partir da discussão do 'dispositivo da transexualidade'. Esse termo refere-se ao conjunto de relações, práticas e poderes que caracterizam os corpos, o sexo e a sexualidade, permitindo e legitimando a transexualidade como um fenômeno complexo, principalmente no âmbito médico, sobretudo psiquiátrico (Santos, 2010).

Vale ressaltar que o conceito de dispositivo é central no pensamento de Foucault, sendo entendido como "um conjunto heterogêneo de práticas discursivas, instituições, proposições e assertivas dos diversos campos de saber", constituindo um conglomerado de práticas discursivas que produzem um determinado objeto, como é o caso da transexualidade (Foucault, 2015).

Portanto, a transexualidade se mostra enquanto um dispositivo criado a partir das relações de saber/poder entre os diferentes campos – Medicina, Psiquiatria, Sexologia, Sociologia, entre outros, que permite sua invenção e ainda, as condutas terapêuticas e práticas interventivas (Leite Jr, 2008). Santos (2010), aponta a respeito do dispositivo da transexualidade:

Se mostra como o resultado de um conjunto de saberes que, através de relações e práticas de poder, estabeleceu sobre os corpos, o sexo e a sexualidade toda uma organização conceitual que permitiu e legitimou a transexualidade enquanto um fenômeno do âmbito médico, principalmente psiquiátrico. (Santos, 2010, p. 10)

Dessa forma, a ideia de dispositivo se constrói a partir de um conjunto de enunciações, práticas discursivas, postulados, pesquisas e, sobretudo, de um feixe de relações de poder. Inspirado nos pensamentos de Michel Foucault, o conceito de dispositivo abre espaço para negociações, reiteraões e, especialmente, subversões dessa norma, proporcionando possibilidades de resistência dentro do próprio contexto do dispositivo (Foucault, 2015; Santos, 2010).

Ao analisar a transexualidade, é essencial discorrer sobre como a cultura ocidental tem construído e, principalmente, naturalizado categorias como corpo, sexo e sexualidade. O crescente aprofundamento desses corpos no tecido social demanda uma discussão mais aprofundada e uma revisão dessas naturalizações. Seja na perspectiva da Saúde Coletiva ou das Ciências Sociais, é fundamental discutir esse dispositivo, pois a transexualidade é um fenômeno marcado por diferentes olhares e articulações conceituais, sendo uma manifestação emblemática da contemporaneidade (Santos, 2010).

Portanto, compreender quais são os mecanismos responsáveis pelas produções de verdades, saberes e poderes, bem como as possibilidades de subversão dos mesmos, será a base para a análise da transexualidade enquanto um dispositivo.

### **3.1.3 Tensionamentos e normatizações – marcas da transfobia**

Conforme a intenção de analisar a inserção das pessoas trans nos ambientes esportivos, esta seção apresentará alguns aspectos excludentes que permeiam a experiência das pessoas trans, caracterizados como transfobias, presentes em todos os âmbitos da vida, inclusive no contexto esportivo.

As pessoas trans estão entre as mais suscetíveis a sofrer preconceitos, discriminações e violências, que são denominadas transfobias, uma vez que desafiam e questionam os padrões cisheteronormativos. As especificidades dessas identidades fazem com que atravessem as fronteiras do feminino e do masculino, produzindo feminilidades em corpos masculinos e masculinidades em corpos femininos (Santos, 2015).

A possibilidade de existência de corpos femininos com pênis, que se entendem e se apresentam de forma feminina, ou de pessoas que apresentam características

consideradas como masculinas e femininas em um mesmo corpo, ou ainda aquelas que não se identificam com nenhuma dessas possibilidades, desestabilizam certezas e normas apresentadas como verdades únicas, problematizando a lógica hegemônica de sexo biológico como determinante da identidade de gênero. A partir da verdade binária estabelecida, na qual a identidade de gênero e a orientação sexual só são compreensíveis a partir da relação feminino/masculino, a experiência transexual torna-se perturbadora e inviável dentro dessa perspectiva (Santos, 2015).

A autora Berenice Bento (2008, p. 18) aponta que:

“Diante da experiência transexual, o/[a] observador/[a] põe em ação os valores que estruturam os gêneros na sociedade. Um homem de batom e silicone? Uma mulher que solicita uma cirurgia para tirar os seios e o útero? Mulheres biológicas que tomam hormônios para fazer a barba crescer e engrossar a voz? Ela é ele? Ele é ela?”

Toda essa "perturbação" causada pelas pessoas trans em uma sociedade de controle leva a questionamentos que vão além das categorias de gênero feminino e masculino. Essa dinâmica desafia não apenas os valores relacionados ao gênero, mas também coloca em questão a própria concepção de humanidade. As questões ligadas às pessoas trans desafiam todo o processo de construção de corpos, gêneros e desejos, gerando uma desordem no mundo binário e generificado. Nesse sentido, Butler (2000, p.161) descreve:

“Nós vemos isto mais claramente nos exemplos daqueles seres abjetos que não parecem apropriadamente generificados; é a sua própria humanidade que se torna questionada. Na verdade, a construção do gênero atua através de meios excludentes, de forma que o humano é não apenas produzido sobre e contra o inumano, mas através de um conjunto de exclusões, de apagamentos radicais, os quais, estritamente falando, recusam a possibilidade de articulação cultural. Portanto, não é suficiente afirmar que os sujeitos humanos são construídos, pois a construção do humano é uma operação diferencial que produz o mais e o menos humano, o inumano, o humanamente impensável. Esses locais excluídos vêm a limitar o humano com seu exterior constitutivo, e a assombrar aquelas fronteiras com a persistente possibilidade de sua perturbação e rearticulação”

É importante salientar que as questões relacionadas às pessoas trans dizem respeito diretamente ao gênero e não se baseiam exclusivamente na orientação sexual. Da mesma forma que a heterossexualidade compulsória se apresenta como

norma para diversas orientações sexuais, a cisgeneridade é imposta como norma para as relações referentes à identidade de gênero (Bagagli, 2016). Portanto, como nossa pauta geral se dá em torno do dispositivo da sexualidade, temos utilizado ao longo deste ensaio o termo cisheteronormatividade<sup>2</sup>, pois o modelo ideal imposto socialmente se refere a uma pessoa cisgênera e heterossexual (além de homem, branco de classe média/alta etc).

O tensionamento causado pelas pessoas trans em uma sociedade com normas estáticas, induz que essas pessoas tenham que ser ajustadas e que tenham que se aproximar o quanto for possível das normas impostas, criando uma pessoa transexual 'aceitável'. Uma das causas da transexualidade ser considerada uma 'patologia' – retirada recentemente através da Classificação Internacional de Doenças 11 (CID 11<sup>3</sup>), mas que permanece como tal no imaginário social - se dá por esse processo de dominação e normatização dos corpos.

A busca pela normatização dos corpos trans levanta questões em torno do processo conhecido como redesignação sexual, que ainda é bastante complexo, mesmo diante dos avanços tecnológicos. Indivíduos interessados na transformação corporal precisam passar por um extenso processo para receberem o diagnóstico de pessoa transexual "verdadeira" e, somente a partir deste ponto, têm acesso aos procedimentos.

Para obter acesso ao processo pelo Sistema Único de Saúde (SUS), as pessoas precisam passar por acompanhamento psicológico/psiquiátrico por pelo menos dois anos. Esse processo questiona, por meio de um profissional que se baseia em uma verdade científica, uma identidade que é construída a partir de violências e questionamentos sociais ao longo de toda uma vida. Isso é feito com o propósito, conforme a perspectiva do autor, de disciplinar e normatizar um corpo considerado indesejável nos moldes de um corpo feminino e/ou masculino hegemônico, enquadrando essas pessoas em critérios discursivamente criados e considerados ideais (Carvalho, 2010).

---

<sup>2</sup> Utilizaremos o termo cisheteronormatividade pois entendemos que os conceitos não são excludentes, entretanto, diferentes formas de violência são produzidas e vivenciadas a partir das normas impostas.

<sup>3</sup> Transexualidade não é mais considerada transtorno mental, conforme consta da 10ª Classificação Internacional de Doenças (CID), vigente desde 1990.

Apenas após passar por todo esse processo é que a pessoa tem acesso às intervenções cirúrgicas e ao processo transexualizador. A partir desse ponto, o corpo é moldado para cumprir as normas estabelecidas, passando por um processo de "purificação", removendo tudo aquilo que é considerado indesejável, como o pênis em um corpo feminino, por exemplo. Além dessa purificação realizada pelo aparato médico, a pessoa precisa se submeter a um processo judicial para obter o reconhecimento legal de sua identidade, incluindo a conquista do nome social, sendo essa uma das principais lutas enfrentadas pela maioria das pessoas trans e das travestis (Carvalho, 2010).

É relevante destacar que muitas pessoas transexuais buscam os serviços de saúde com o desejo de realizar o processo de redesignação sexual, ansiando por uma identidade desejada ao longo de anos. A discussão sobre o desejo é ampla e está diretamente relacionada aos padrões socialmente impostos e ao quanto eles atuam e influenciam na construção da subjetividade de cada pessoa, embora essa discussão não seja o foco neste momento. Contudo, é importante considerar que muitas pessoas trans buscam a transformação corporal na esperança de obter reconhecimento social e se aproximar de um lugar de aceitação (Carvalho, 2016).

Na medida em que vivemos em uma sociedade binária, a pressão social sobre pessoas que não se identificam e não se apresentam dentro dessa lógica faz com que elas sintam a urgência de modificar seus corpos, na esperança de se alinhar às expectativas e aumentar suas chances de conseguir emprego, educação e relacionamentos. O preconceito instituído se apresenta como uma barreira diária na vida das pessoas trans (Elias, 2006).

Além disso, estudos apontam que a população trans enfrenta dificuldades no acesso aos serviços de saúde, e a assistência a essas pessoas é deficitária, contrariando os princípios da universalidade e integralidade do SUS (Peruchi, 2014; Santos, 2013). Além das dificuldades de acesso, os profissionais envolvidos no processo e no atendimento às pessoas trans frequentemente demonstram despreparo e falta de habilidade, reproduzindo discursos transfóbicos e patologizantes (Duarte, 2014).

Diante desse contexto, as pessoas trans recorrem a meios alternativos para alcançar seus objetivos de transformação corporal, como a automedicação, devido à

dificuldade de acesso ou ao medo vivenciado por essa população. Essa situação expõe essas pessoas a riscos de efeitos colaterais e outras doenças que poderiam ser evitadas com um olhar e preparo profissional diferentes, indo além do viés biomédico.

Na contramão do processo de medicalização social, as tecnologias deveriam servir como ferramentas de suporte para que as pessoas que desejassem realizar a transformação corporal tivessem esse direito, sem que a transexualidade fosse considerada uma patologia ou uma desordem social. O reconhecimento legal da identidade, incluindo a mudança de nome e sexo no registro civil, deveria ser possível sem a necessidade do processo transexualizador e da cirurgia de redesignação sexual. No entanto, observa-se que, na maioria dos processos judiciais, os critérios são pautados na 'normatização desses corpos', dependendo da sensibilidade do poder judicial. A questão que surge é: e as pessoas trans que não se enquadram dentro desse contexto binário?

Apesar de se apresentar como uma inovação dentro do SUS, essa regulamentação precisa ser analisada com cautela, pois as imposições ainda refletem uma perspectiva patológica, reforçando a noção de um 'transexual verdadeiro' constantemente abordada nos manuais de diagnóstico (Amaral, 2011). Dessa forma, os diagnósticos continuam atrelados a uma concepção de masculinidade e feminilidade hegemônica, excluindo as experiências plurais e diversas (Murta, 2007; Lionço, 2006).

Nesse sentido, percebemos a necessidade de ouvir e olhar para essas pessoas, de modo que deixem de ser consideradas anormais e sejam reconhecidas como seres humanos. Um atendimento humanizado e integral, com abordagem horizontal, pode proporcionar maior autonomia e empoderamento, permitindo que tomem decisões sobre seus corpos para além das normas e valores socialmente impostos.

No entanto, esse contexto crítico não se limita ao controle do corpo; ele constrói um cenário pautado na violência e no extermínio, caracterizando um quadro perverso na realidade de vida dessas pessoas. As estatísticas apontam a urgência de pensar em ferramentas e estratégias de proteção e manutenção da vida das pessoas LGBTI+, especialmente das pessoas trans.

O Brasil lidera o ranking mundial de mortes por transfobia, e a realidade é alarmante: a cada 48 horas, uma travesti ou mulher transexual é assassinada no país. No período de 2011 a 2016, foram registradas 980 mortes de pessoas trans no Brasil (Moreira, 2017). Em 2017, ocorreram 179 assassinatos de pessoas trans, sendo 169 travestis e mulheres transexuais, e 10 homens trans (Antra, 2018).

A cada 19 horas, uma pessoa LGBTI+ é assassinada ou comete suicídio no Brasil (Mott, 2017), e a expectativa de vida das pessoas trans é de apenas 35 anos (Bortoni, 2017). Adicionalmente, 82% das mulheres trans abandonam o ensino médio entre os 14 e 18 anos (Goldenberg, 2018), e 90% das pessoas trans no Brasil acabam recorrendo à prostituição por falta de oportunidades no mercado de trabalho (Kometani, 2017). É crucial ressaltar que esses dados são subnotificados e frequentemente apagados, sublinhando a gravidade desse cenário.

Este contexto, apresentado de forma sucinta nesta seção, evidencia o quanto as pessoas trans ainda lutam por possibilidades de existência e por direitos básicos. Esse debate destaca um cenário que dificulta a ampliação da discussão para expandir as oportunidades nos diversos espaços sociais, sendo essa a intenção central deste trabalho. Apesar dos desafios, é fundamental reconhecer e debater as lutas das pessoas trans em busca do reconhecimento e de realidades mais justas e inclusivas.

## **3.2 PROMOÇÃO DA SAÚDE ATRAVÉS DAS PRÁTICAS ESPORTIVAS**

### **3.2.1. Breve consideração sobre Promoção da Saúde**

Essa seção tem como objetivo explorar a promoção da saúde no contexto das pessoas trans, abrangendo o acesso a diversos espaços sociais, como o direito à saúde, emprego, renda, lazer, entre outros. O debate sobre a promoção da saúde para as pessoas trans é crucial, uma vez que o acesso a esses espaços sociais constitui uma dimensão essencial da vida. Além disso, a presença de pessoas trans em todos os lugares contribui para combater o estigma, fomentando a pluralidade, diversidade e a construção de uma sociedade mais inclusiva.

A definição de Promoção da Saúde (PS) não é uma tarefa simples, pois, assim como o conceito de saúde, há diferentes formas de entendê-lo, variando de acordo com o momento histórico e as epistemes circunscritas. A multiplicidade de noções e a polissemia dessa expressão indicam a impossibilidade de definições unívocas ou

relações lineares, apresentando-se como um termo multideterminado e complexo (Czeresnia, 2003).

A estratégia voltada para a PS, pensada a partir do modelo histórico-cultural, tem se destacado nos últimos 40 anos, desestabilizando a compreensão e as práticas voltadas exclusivamente para a assistência, questionando o uso de alta tecnologia para obter melhores resultados em saúde e adotando uma abordagem que relaciona a saúde às condições de vida. Essa discussão remonta ao surgimento da medicina social no século XIX, introduzida por Chadwick, Virchow, Neumann e Villermé (Buss, 2003; Czeresnia, 2003).

Esses autores abordaram elementos da promoção da saúde como fundamentais na medicina social, destacando que "devem ser tomadas providências no sentido de 'promover a saúde' e combater a doença e que as medidas concernentes em tal ação devem ser tanto sociais quanto médicas" (Rose, 1979, p.85). A hegemonia do movimento de Medicina Social ocorreu entre 1830 e 1870 na Europa, mas a teoria unicausal de Louis Pasteur, em ascensão, enfraqueceu o debate anterior. O Relatório Flexner, em 1910, é um marco importante que fortaleceu a concepção do modelo biomédico, centrado na unicausalidade, assistência individualizada, positivismo, curativismo, hospitalocentrismo, biologicismo e fragmentação, influenciando significativamente as práticas médicas até os dias atuais (Pagliosa; Da Ros, 2008; Verdi; Da Ros; Cutolo, 2010).

O movimento da medicina preventiva, surgido entre 1920 e 1950, representou uma crítica à medicina curativa, buscando transformar as práticas médicas e enfatizando a importância da promoção da saúde e prevenção. No entanto, nesse estágio, a determinação social ainda não estava central na discussão, e o movimento tinha suas bases no pensamento biologicista (Czeresnia, 2009).

O termo "Promoção da Saúde" foi mencionado pela primeira vez em arquivos científicos datados em 1946, por Henry Sigerist (1891-1957). Ele destacou que a promoção da saúde envolve proporcionar condições de vida decentes, boas condições de trabalho, educação, cultura física e formas de lazer e descanso. Para a operacionalização dessas condições, Sigerist defendeu um esforço coordenado entre o setor político, setores sindicais e empresariais, educadores e médicos (Buss, 2000, p. 166).

Um marco importante foi o Relatório de Lalonde (1974) - *A New Perspective on the Health of Canadians*. Esse documento propôs uma ampliação do conceito de saúde, indo além do campo biológico e dividindo o fenômeno em quatro elementos: biologia, ambiente, estilo de vida e organização da assistência sanitária. O indivíduo passou a ser visto como um agente responsável pela transformação de seus comportamentos para melhorar sua saúde.

Nesse mesmo período, o médico americano Winslow discorreu sobre a Promoção da Saúde, identificando-a como um esforço da comunidade organizada para construir políticas que melhorassem as condições de saúde das pessoas, além de programas de educação voltados à saúde individual e o desenvolvimento de dispositivos sociais para garantir a manutenção e melhoria da saúde (Buss, 2003).

Leavell & Clark, em 1976, utilizaram o conceito de promoção de saúde para elaborar o modelo da história natural da doença, sistematizando o ideário da medicina preventiva. Esse modelo dividiu o processo evolutivo da doença em dois períodos, o pré-patogênico e o período patogênico, descrevendo três fases de prevenção: primária (promoção da saúde e proteções específicas), secundária (diagnóstico precoce e intervenções que limitam a invalidez) e terciária (cuidados de reabilitação). No entanto, esse modelo foi considerado redutivo por focar no indivíduo e na doença, colocando a promoção da saúde em segundo plano em relação à prevenção de doenças (Buss, 2003).

Em 1978, a Conferência de Alma Ata estabeleceu a meta "Saúde para todos até o ano 2000", destacando a saúde como um direito fundamental, defendendo a democratização na tomada de decisões na área da saúde, a redução das desigualdades e a vinculação da saúde aos determinantes políticos, sociais e econômicos (Buss, 2003).

A I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde (CIPS), realizada em Ottawa em 1986, foi um marco importante na definição do conceito de Promoção da Saúde. A Carta de Ottawa, documento resultante dessa conferência, difundiu e implementou os conceitos e práticas relacionados à Promoção da Saúde em sistemas de saúde e ambientes acadêmicos em todo o mundo, inclusive no Brasil (Buss; Carvalho, 2009).

A definição proposta na Carta de Ottawa parte de um entendimento ampliado do processo saúde-doença, enfatizando os determinantes sociais. Valores como vida, saúde, solidariedade, democracia, cidadania, desenvolvimento, participação e parceria fazem parte desse processo, buscando o desenvolvimento de ações e processos que estimulem a autonomia individual e coletiva para a transformação social. A Carta de Ottawa também propõe cinco campos de ação para atuar na Promoção da Saúde: construção de políticas públicas saudáveis, criação de ambientes favoráveis, reforço à ação comunitária, desenvolvimento de habilidades pessoais e reorientação dos serviços de saúde (WHO, 1986).

É importante notar que os três primeiros campos de ação foram abordados nas CIPS subsequentes: construção de políticas públicas saudáveis em 1988 (2ª CIPS em Adelaide, Austrália), criação de ambientes favoráveis em 1991 (3ª CIPS em Sundsvall, Suécia) e reforço à ação comunitária em 1997 (4ª CIPS em Jacarta, Indonésia).

Além dessas, a 1ª Conferência Latino-Americana sobre Promoção da Saúde, coordenada pela Organização Pan-Americana da Saúde em Bogotá, Colômbia, também contribuiu ao debater estratégias coletivas para melhorar os padrões sanitários e buscar equidade na saúde (Brasil, 2002).

Outros marcos importantes incluem a V Conferência Internacional de Saúde (Declaração do México), que destacou estratégias e ações de responsabilidade dos governos para o desenvolvimento social em todos os setores da sociedade, e a VI Conferência Internacional de Promoção da Saúde em Bangkok, Tailândia, que abordou ações, compromissos e promessas cruciais a partir dos determinantes sociais da saúde em uma perspectiva globalizada da Promoção da Saúde. A segunda carta, fruto desse encontro aponta:

Tornar a promoção da saúde uma preocupação central na agenda do desenvolvimento global. Tornar a promoção da saúde uma responsabilidade central para o governo como um todo; Tornar a promoção da saúde um dos principais focos das comunidades e da sociedade civil; Tornar a promoção da saúde uma exigência da boa prática corporativa (Who, 2005, p.5).

Algumas das principais concepções da PS foram destacadas por Franco de Sá e colaboradores (2009, p. 29) são:

[...] o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Carta de Ottawa (1986)

[...] a soma das ações da população, serviços de saúde, autoridades sanitárias e outros setores sociais e produtivos, dirigidas ao desenvolvimento de melhores condições de saúde individual e coletiva. OPAS/ OMS (1990).

[...] a boa saúde pública que reconhece as relações entre a saúde, a política e o poder. Trevor Hancock (1994).

[...] o imperativo ético de responder às necessidades sociais no marco dos direitos universais fundamentais, entendendo-se o direito à saúde como expressão direta fundamental da vida. A resposta às necessidades sociais derivadas dos direitos se totalizam no enfrentamento dos determinantes sociais da saúde e da qualidade de vida. Gt da Abrasco (2003).

[...] uma estratégia potente de ampliação do debate acerca da saúde e seus múltiplos determinantes, fortalecendo a construção de uma agenda eticamente comprometida com a transformação social. Gt Abrasco (2005)

Apesar da multiplicidade de entendimentos referentes à PS, duas vertentes predominam, assim como no entendimento do conceito de saúde. Por um lado, há uma abordagem atrelada a um viés comportamental, relacionado às mudanças no estilo de vida. Por outro lado, existe uma perspectiva articulada ao conceito ampliado de saúde, considerando os condicionantes e determinantes do processo saúde-doença (Buss, 2000, 2003).

A abordagem comportamental é caracterizada por estratégias e ações voltadas para a mudança de hábitos e estilo de vida das pessoas, priorizando intervenções educacionais individualistas e relacionadas aos riscos comportamentais. Esse enfoque retira a responsabilidade do Estado e responsabiliza as pessoas por sua condição de saúde, culpabilizando a vítima (Verdi, 2002). Em contrapartida, a segunda abordagem leva em consideração os aspectos sociais, destacando os determinantes sociais sobre as condições de saúde e valorizando a qualidade de vida e saúde das pessoas e coletividades (Buss, 2000).

Portanto, essa abordagem resgata os pensamentos da medicina social do século XIX, considerando que o modelo da determinação social do processo saúde-doença se dá em uma relação de cidadãos e cidadãs, sem negar a importância da atenção individualizada quando necessária (Verdi; Da Ros; Cutolo, 2010).

Deste modo, os aspectos ligados à PS são amplamente discutidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e por vários países, influenciando diretamente

a organização dos sistemas de saúde no enfrentamento dos diferentes problemas de saúde que afetam as coletividades e seus ambientes.

Sintetizando, ao abordar sobre o conceito de PS, percebe-se que ela engloba uma interseção de valores, incluindo influências de ideologias neoliberais, bem como lutas sociais e a busca por equidade. A PS começou a ser discutida de maneira mais ampla com a Declaração de Alma-Ata, que surgiu durante a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde em 1978. Nesse contexto, a saúde deixou de ser considerada apenas um problema individual e passou a ser vista também como uma questão social e política.

A ênfase foi colocada na atenção primária à saúde, e os determinantes sociais passaram a desempenhar um papel de destaque no entendimento dos processos de saúde e doença (Paim, 2013). Essa abordagem ampliou o debate, contrastando com uma visão reducionista da saúde, que se concentra exclusivamente nos aspectos biológicos e, por vezes, favorece a chamada "hegemonia médica", na qual o conhecimento médico é considerado o único capaz de estabelecer a "verdade" acerca do paciente, da doença e do tratamento (Moreira et al, 2009).

Após a conferência no Canadá, a PS adota uma perspectiva ampla em relação ao processo saúde/doença, destacando a importância do fator social e buscando superar o modelo biomédico.

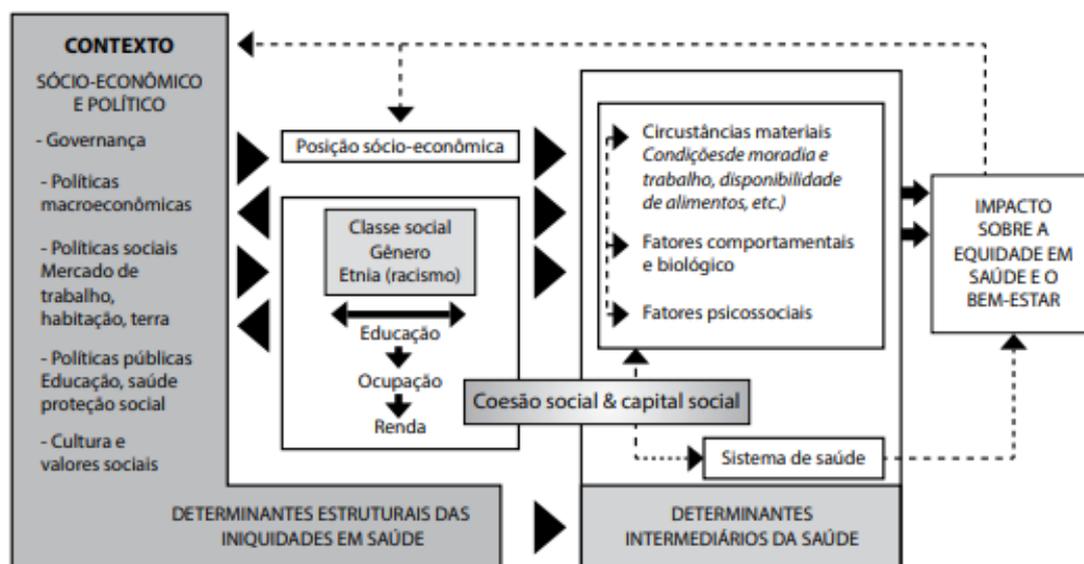
Ela também reforça o compromisso de garantir que a saúde seja considerada um direito de cidadania (Carvalho, 2004). Para uma definição mais precisa, de acordo com Buss (2000, p. 23):

Parte de uma concepção ampla do processo saúde-doença e de seus determinantes, estando associada a um conjunto de valores que inclui: qualidade de vida, saúde, solidariedade, equidade, democracia, cidadania, desenvolvimento, participação, entre outros. Apresenta como elementos essenciais a articulação de saberes técnicos e populares e a mobilização de recursos institucionais e comunitários para o enfrentamento e resolução dos problemas de saúde.

Este trabalho fundamentou a PS como abordagem para analisar as práticas esportivas na vida das pessoas trans, sob a ótica de uma perspectiva ampliada do processo saúde-doença, conforme descrita por Buss (2003) e por meio do modelo de Determinantes Sociais em Saúde (Figura 1) desenvolvido por Solar e Irwin (2010). Esse modelo é adotado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a partir da

Comissão dos Determinantes Sociais da Saúde (CDSS), que busca atuar frente às iniquidades sociais em saúde, reconhecidas como desigualdades sistemáticas, evitáveis, injustas e desnecessárias.

Figura 1. Modelo proposto no marco conceitual da CDSS



Fonte: Solar, Irwin, 2010

Em termos gerais, a Comissão dos Determinantes Sociais da Saúde (CDSS) propôs um modelo que categoriza os Determinantes Sociais da Saúde em dois tipos: os determinantes estruturais e os determinantes intermediários. Os determinantes estruturais impactam a equidade em saúde e o bem-estar, influenciando os determinantes intermediários. Assim, há uma distinção entre "determinantes estruturais das iniquidades em saúde" e "determinantes intermediários da saúde", que, juntos, constituem os "Determinantes Sociais da Saúde" na proposta da CDSS, consolidada no marco conceitual (Solar; Irwin, 2010) e no relatório final (CDSS, 2008).

Os determinantes estruturais são mecanismos que geram e reforçam hierarquias sociais, definindo poder, prestígio e acesso a recursos por meio da educação, do trabalho e da renda, configurando, assim, circunstâncias materiais (condições de vida e de trabalho, etc.).

Os determinantes intermediários referem-se a elementos categorizados em fatores comportamentais, biológicos, circunstâncias materiais (condições de vida e de

trabalho, disponibilidade de alimentos, moradia, etc.) e fatores psicossociais. Incluem também o sistema de saúde e a coesão social. Além da vulnerabilidade diferenciada, destacam-se diferenças na exposição e nas consequências de acordo com a posição socioeconômica.

Os dados revisados por Solar & Irwin (2010) indicam que os fatores de risco operam de maneira diferencial conforme a posição socioeconômica. No marco conceitual da CDSS, o sistema de saúde também é considerado um determinante intermediário da saúde, reconhecendo principalmente a influência das barreiras de acesso (Solar; Irwin, 2010).

O eixo de coesão social e capital social é proposto como um determinante transcendental, entendido como uma forma de abordar o impacto das relações entre comunidades e instituições, especialmente o Estado, na qualidade de vida das comunidades (Solar; Irwin, 2010). É sob essa concepção que fundamentamos a prática esportiva como um elemento de coesão social na vida e saúde das pessoas trans. Quando se consideram os aspectos de vida das pessoas trans a partir do modelo de Solar e Irwin, observa-se uma população que vivencia profundas iniquidades sociais. O entendimento dessas relações e contextos se torna fundamental na busca pela justiça social e configura um desafio no campo da saúde coletiva.

No contexto dos determinantes estruturais e intermediários, as pessoas trans enfrentam iniquidades de magnitude intensa, relacionadas às transfobias e discriminações baseadas em marcadores sociais como pobreza, raça/cor e aparência física. Adicionalmente, deparam-se com barreiras nos serviços de saúde devido à falta de serviços específicos (Rocon et al., 2016).

Essa realidade cria obstáculos significativos no acesso ao mercado de trabalho, à educação e aos direitos fundamentais. Isso é evidenciado pelo aumento do risco de exposição à violência policial, maior propensão ao encarceramento, taxas elevadas de desabrigo, desemprego, renda mais baixa e sofrimento psicológico entre a população trans (Pega; Veale, 2015). Portanto, as pessoas trans são diretamente impactadas pelos mecanismos hierárquicos dos determinantes estruturais, refletindo-se nos fatores comportamentais, biológicos, materiais (condições de vida e de

trabalho, disponibilidade de alimentos, moradia, etc.) e psicossociais inseridos nesse contexto.

As diversas barreiras para acessar serviços de saúde e outras instituições sociais, aliadas à fragilidade no contexto do capital social e coesão social, colocam essa população em uma situação alarmante. Nesse cenário, a transexualidade e as práticas esportivas podem ser compreendidas dentro do contexto dos determinantes sociais, inseridas no âmbito da coesão social, que se mostra como um componente transversal no modelo em que a vinculação do capital social deve ser uma das ideias centrais nas ações em saúde, estabelecendo relações de cooperação entre cidadãos e instituições (Solar; Irwin, 2010).

O conceito de coesão social é abordado a partir de diversas áreas do conhecimento, associando-se a termos como igualdade, inclusão ou bem-estar. Neste trabalho, fundamentamos a coesão social com base na sociologia, entendendo-a como "o grau de consenso dos membros de um grupo social sobre a percepção de pertencer a um projeto ou uma organização comum" (Ferrelli, 2015).

Durkheim (1893 apud Ferrelli, 2015) destaca que, quanto menor a divisão do trabalho em uma sociedade, mais amplo será o vínculo entre seus membros. Na modernidade, os valores atribuídos desgastam esses vínculos, e a coesão social emerge como um mecanismo de inclusão social, refletido em espaços sociais como o emprego, sistemas educacionais, titularidade de direitos, políticas para promoção da igualdade, bem-estar e proteção social (Ferrelli, 2015).

Uma concepção próxima à ideia de coesão social é a de capital social, entendida como um patrimônio simbólico da sociedade relacionado à habilidade de gerir normas e laços sociais de confiança, permitindo que as pessoas participem de um nível mínimo de bem-estar em cada sociedade. O sentimento de pertencimento à sociedade é um componente central na concepção de coesão e capital social, estudado por cientistas sociais como Pierre Bourdieu (1986), Putnam (1995) e Coleman (1990). Esse elemento é crucial para o desempenho político e o funcionamento de sociedades democráticas.

A coesão social emerge como uma ferramenta essencial de proteção social para grupos minoritários, demandando, no entanto, uma intensa participação do Estado em conjunto com as diversas realidades e necessidades. Essa colaboração é

crucial para criar novas oportunidades e capacidades, superando as barreiras levantadas pela exclusão social (Ferrelli, 2015).

As práticas esportivas podem ser concebidas como meio de promover a coesão social na vida das pessoas trans. O acesso a esses espaços pode combater diversas formas estruturais de exclusão e, quando relacionadas ao esporte de rendimento, ampliar as oportunidades de emprego e as condições de empregabilidade. Além disso, propiciam uma maior equidade no acesso aos espaços sociais, incentivando a criação de vínculos e a participação na sociedade em diferentes níveis (culturais, econômicos, políticos e sociais), permitindo o pleno exercício de seu direito de cidadania (Silva, 2021).

Entretanto, para que esse acesso seja possível, as pessoas trans precisam ser reconhecidas como membros legítimos da sociedade. Os esportes, como espaço de reflexo das lutas sociais por afirmação e reconhecimento, ainda se pautam em uma divisão binária. Nesse sentido, este trabalho propõe a análise das práticas esportivas e a promoção da saúde a partir da teoria do reconhecimento, tema que será abordado nos próximos tópicos.

### **3.2.2 O contexto da Promoção da Saúde no Brasil**

No Brasil, as ideias relacionadas à PS têm suas raízes no debate em torno da Reforma Sanitária Brasileira, principalmente durante os anos 80. Em 1986, a VIII Conferência Nacional de Saúde (CNS) desempenhou um papel crucial ao propor um conceito ampliado de saúde. Essa abordagem incorporou elementos e discussões semelhantes aos propostos pela Carta de Otawa, colocando em pauta, entre outras, as condições de alimentação, moradia, educação, lazer, transporte e emprego, e as formas de organização social de produção (Carvalho, 2008).

A partir da Conferência, o Estado Brasileiro adquire um capítulo sobre saúde na Constituição Federal de 1988, tendo como proposta:

A redução das desigualdades sociais e regionais, a promoção do bem de todos e a construção de uma sociedade solidária sem quaisquer formas de discriminação. Tais objetivos marcam o modo de conceber os direitos de cidadania e os deveres do Estado no país, dentre os quais a saúde (Brasil, 1988).

O artigo 196 da constituição, expressa o ideário da PS, sob um entendimento de saúde como um fator dinâmico, multideterminado e produzido socialmente, considerando:

A saúde como um direito de todos e dever do estado garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Brasil, 1988, art. 196.)

No entanto, a influência significativa da 8ª CNS se concretizou com a promulgação da Lei 8.080 de 1990, que instituiu o SUS, tomando como referência o conceito ampliado de saúde (Brasil, 1990).

Apesar das discussões já existentes sobre PS, somente em 30 de março de 2006, por meio da Portaria nº 687, é que a PS foi inserida entre as prioridades da Agenda do Compromisso de Saúde do Ministério da Saúde, denominada Pacto em Defesa da Vida, configurando-se como uma Política de Saúde. Essa política tem como objetivo promover a qualidade de vida, reduzir a vulnerabilidade e os riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes, tais como modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura e acesso a bens e serviços essenciais (Brasil, 2006).

Os princípios condutores das práticas de PS, de acordo com essa política, incluem a equidade (entendida como a introdução da diferença no espaço de igualdade), autonomia (como estratégia para exercer a cidadania), participação social (determinante para a concretização dos objetivos da PS), modos de viver (novas possibilidades para satisfazer as necessidades, desejos e interesses da comunidade), intersetorialidade (articulação das possibilidades dos distintos setores para pensar a questão complexa da saúde) e integralidade (responsável pela qualidade da atenção e do cuidado no sistema de saúde de forma integral).

No que se refere especificamente à PS, foi elaborada a Política Nacional de PS (PNPS) em 2010 (Brasil, 2010). Essa política tem como objetivo "promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde" relacionados aos "modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais" (Brasil, 2010, p. 17). A PNPS aborda várias estratégias para sua implementação, como o fortalecimento das ações de PS no SUS, estímulo à inserção de ações de PS em todos os níveis de atenção, desenvolvimento de estratégias de qualificação em ações de PS para profissionais e apoio à criação de Observatórios de Experiências Locais e Municípios Saudáveis.

Em termos de políticas públicas no Brasil, ainda temos a PSILGBT, que foi implantada a partir da portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011. A construção da política seguiu as diretrizes de governo expressas no Programa Brasil sem Homofobia, coordenado pela SDH/PR e que atualmente compõem o Programa Nacional de Direitos Humanos. A PSILGBT é uma iniciativa para a construção de mais equidade no SUS com o objetivo de "promover a saúde integral da população LGBTI+, eliminando a discriminação e o preconceito institucional e contribuindo para a redução das desigualdades e para consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo" (Brasil, 2013).

No que se trata especificamente das pessoas trans, a PSILGBT visa garantir o atendimento integral de saúde das pessoas trans, desde ações de acolhimento e acesso aos serviços do SUS, o uso do nome social, acesso à hormonioterapia e cirurgias de adequação do corpo biológico à identidade de gênero social.

O cuidado da população trans é estruturado pelos componentes da AB e pela Atenção Especializada. A AB é o componente da rede responsável pela coordenação do cuidado e por realizar a atenção contínua da população, além de ser porta de entrada prioritária na rede. Tratando-se da Atenção Especializada, ela se mostra como um conjunto de diversos pontos de atenção, com diferentes densidades tecnológicas. Os componentes da Atenção Especializada no Processo Transexualizador, por exemplo, incluem as modalidades de atenção ambulatorial (acompanhamento clínico, pré e pós-operatório e hormonioterapia) e hospitalar (realização de cirurgias e acompanhamento pré e pós-operatório) (Brasil, 2008; 2013).

Assim, a abordagem de PS alinha-se com os objetivos do movimento de transexuais e travestis, que busca a despatologização das identidades trans (Gutierrez; Lordello, 2020). Além disso, é urgente a expansão dessas discussões, possibilitando um acesso real aos diversos espaços sociais que não se restrinjam a intervenções biomédicas e requisitos de diagnóstico (Arán, Murta, & Lionço, 2009).

Considerando o cenário, é urgente a implementação de políticas públicas de saúde que atendam de forma abrangente a população trans, alinhando-se a uma visão ampliada da PS. Fundamentalmente, tais políticas devem adotar o princípio da equidade, um dos pilares do SUS. Um cuidado guiado pela equidade deve priorizar o respeito às necessidades individuais, levando em consideração os determinantes

sociais que exercem influência direta sobre a saúde e a qualidade de vida das pessoas. Portanto, é essencial ampliar o debate em relação às questões de gênero no contexto da saúde, a fim de promover um modelo de cuidado que transcenda o tradicional foco biomédico. Além disso, esse esforço visa desafiar a persistente hegemonia da heteronormatividade, que ainda permeia muitos aspectos das práticas de saúde na sociedade (Oliveira; Romanini, 2020).

### **3.3 PRÁTICAS ESPORTIVAS**

#### **3.3.1 – Contextualização do esporte**

Dentre as diversas formas de manifestação social, encontramos o esporte, sendo um dispositivo amplamente difundido na sociedade a partir das diversas modalidades, práticas e competições ao longo da história. A importância do esporte se traduz quando o mesmo é considerado um direito constitucional, sendo considerado como status de direitos humanos internacionalmente.

Apesar disso, muitas pessoas ainda são excluídas e impossibilitadas de participação nesses espaços; o esporte é estruturado a partir de uma divisão binária de gênero: feminino x masculino, impossibilitando as pessoas que não se adequam a esse modelo cristalizado, como é o caso das pessoas travestis e transexuais. A discussão sobre a inclusão das pessoas travestis e transexuais no esporte ainda é baseada em aspectos estritamente biológicos e na dimensão do esporte de alto rendimento. O debate é atravessado por grandes polêmicas e ignora as outras dimensões que fazem parte deste contexto.

É importante salientar que a prática esportiva se configura em uma pluralidade de possibilidades, a partir de diferentes valores, sentidos e formas, podendo se configurar no âmbito comercial, industrial, cultural, estilo de vida, fator econômico, meio de socialização, educação e formação, como estratégia de saúde e como objeto de investigação científica (Athayde et al, 2016). Ainda, o esporte, cunhado por Tubinho (1992), compreende esporte-educação, esporte-participação ou popular e esporte-performance ou de rendimento.

Contudo, esta classificação das dimensões do esporte proposta por Tubinho (1992) não é consensual entre os autores do campo da Educação Física. De acordo com Brecht (2011), haveria apenas duas dimensões. A primeira, esporte de alto

rendimento ou espetáculo, estabelece relação direta com a mercadorização do esporte, caracterizado pela profissionalização dos dirigentes e administração empresarial, voltado para a seletividade de busca de resultados. A segunda, o esporte como atividade de lazer, não é homogêneo, pois sofre influência do esporte de alto rendimento, mas diverge em relação a aspectos formais e também no sentido interno das ações. Assim, toda prática esportiva é educativa, sendo que o esporte que acontece no ambiente escolar vincula-se a uma das duas dimensões assinaladas, notadamente, ao esporte de alto rendimento (Bracht, 2011). Mesmo tendo claro esta ressalva, para fins deste estudo, adotaremos a classificação proposta por Tubinho (1992), pois é aquela que está na base dos documentos legais relativos ao setor, tanto na esfera federal como no âmbito do Distrito Federal.

Em contrapartida ao entendimento do esporte como direito social, no artigo 217 da referida Constituição, o esporte é apresentado não como direito social, mas como direito individual. Nesse sentido, o Estado se exime da responsabilidade de intervir diretamente sobre o esporte, colocando esta responsabilidade sobre os indivíduos, ou seja, o Estado deve fomentar, mas não tem a obrigação de garantir o acesso.

É dever de o Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados -a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; II -a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; III -o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional; IV -a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional. (Brasil, 1988)

No âmbito do esporte contemporâneo, foram criadas diversas ramificações esportivas para atender às necessidades e aos interesses das comunidades. Assim, alguns posicionamentos e dimensões foram organizados para referir aos esportes. De Almeida e de Rose Junior (2010) corroboram que os esportes se separam em três dimensões: esporte-educação, esporte-participação e esporte-performance. O primeiro tem uma perspectiva pedagógica educacional sobre os esportes, tratando-os como conteúdo de uma aula de Educação Física, ou seja, com um caráter socioeducativo. O esporte-participação, ou considerado por De Almeida e Rose Junior (2010) como esporte-lazer, é relacionado com as questões de lazer e ludicidade, não havendo normativas rígidas e obrigatoriedade quanto a como tratar os esportes e com

uma liberdade de possibilidades de movimentos para as atividades. Por último, o esporte-performance ou de alto rendimento, em que há uma perspectiva mais rígida quanto a performance dos sujeitos, preocupa-se com as questões técnicas e táticas, com as habilidades físicas e psicológicas, a fim de atingir o extremo do rendimento durante as competições, recorrendo à superação e ao uso de diferentes tecnologias.

No entanto, Bracht (2005) introduz que o esporte-educação está presente em todos os outros esportes, pois a partir das relações interpessoais, pela sistematização das atividades em sua organicidade e vários outros elementos que compõem os esportes e suas práticas, está implícito o fator educativo. Não se exclui e não limita a educação somente às práticas realizadas em uma instituição educacional, pois ela coexiste em todos os contextos, mesmo com suas especificidades.

Podemos distinguir, assim, duas dimensões: o esporte de alto rendimento ou espetáculo e o esporte enquanto atividade física. O esporte de alto rendimento ou espetáculo se aproxima da ideia de Bracht (2005) e De Almeida e Rose Junior (2010). Contudo, ao utilizar a terminologia espetáculo, agrega a necessidade de visibilidade para os atletas e para os esportes, inclusive se aproximando de uma propositiva de uma sociedade do consumo, havendo movimentação e relação com as instituições financeiras e o produto. Para os esportes, enquanto atividade física, as questões lúdicas não são fatores unicamente determinantes, pois se expandem para as ideias de uma prática sem uma alta exigência técnica e que oportunizam uma descontração das pessoas praticantes em forma de lazer, saúde, recreação etc.

A crescente ofensiva antidireitos LGBTI+ desafia cada vez mais o direito humano e fundamental à não discriminação por identidade de gênero, como afirmado tanto pelo Supremo Tribunal Federal quanto pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Propostas legislativas que ilustram essas tendências podem ser observadas em todo o país, evidenciadas pelo Projeto de Lei nº 2.200/2019 em âmbito federal<sup>4</sup>, o Projeto de Lei catarinense n. 16/2023<sup>5</sup> em nível estadual, e legislação já em vigor em

---

<sup>4</sup> <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2197492>

<sup>5</sup> <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/10/10/comissao-aprova-projeto-de-lei-que-proibe-mulheres-trans-em-modalidades-esportivas-femininas-em-sc.ghtml>

Boa Vista (RR)<sup>6</sup>. Tais propostas buscaram determinar que o critério único para a definição de gênero em competições esportivas oficiais seja o sexo biológico. Além disso, prevêem penalidades, como desclassificação e/ou multa para entidades desportivas que não cumpram suas disposições. Outras medidas incluem a anulação de prêmios ou títulos de equipes que tenham atletas transgêneros entre seus integrantes, bem como o banimento do esporte para atletas trans que participem de competições sem divulgar sua condição de pessoa trans. Essas medidas, caracterizadas como expressões de discriminação transfóbica, são consideradas inconstitucionais, demonstrando-se igualmente desatualizadas e carentes de fundamentação técnica.

De Camargo e Kessler (2017) pontuam que os corpos que não se enquadram dentro das proposições dos esportes são excluídos de qualquer contexto, seja na educação, lazer ou alto rendimento, o que também pode ser estendido para as relações de identidade de gênero e sexualidade.

Os campos esportivos precisam compreender a diversidade de identidades, de gêneros, sexualidades e corpos, construindo e consolidando uma prática mais propícia para a inclusão e permanência de todos. A evasão de pessoas que ocorre nos meios esportivos não é proveniente exclusivamente da falta ou não de habilidades físicas e técnicas, mas da normatização de corpos e habilidades que é instituída nesses locais. Esses campos, ao invés de serem apaziguadores e acolhedores, acabam sendo um espaço limitador para qualquer pessoa que não se enquadra dentro dos critérios instituídos.

### **3.3.2 O Esporte enquanto dimensão da Promoção da Saúde**

Os esportes se mostram como elementos importantes nas relações sociais e no desenvolvimento humano. Se mostra como importante para a proposição de Políticas de Estado. O informativo da Organização das Nações Unidas (ONU) propõe o Esporte para o desenvolvimento e a paz, trazendo as seguintes propostas de ações no âmbito brasileiro:

---

<sup>6</sup><https://www.folhabv.com.br/esporte/boa-vista-passa-a-proibir-trans-em-categoria-esportiva-oposta-ao-sexo-de-nascimento/>

promoção do esporte como ferramenta de empoderamento para mulheres e meninas e também de superação de estereótipos de gênero; apoio e fortalecimento de organizações que trabalham com esporte no país com foco nas crianças e nos adolescentes, assim como na integração de pessoas com deficiência física nas aulas de educação física; desenvolvimento de pesquisas e indicadores nacionais e locais para promover o esporte como uma parte integral das políticas públicas; e advocacy com relação ao esporte, como, por exemplo, continuidade e aperfeiçoamento da Lei de Incentivo ao Esporte, ações antidopagem e compromissos para a promoção do trabalho decente nos grandes eventos esportivos, com a melhoria das condições de trabalho, a prevenção e a eliminação do trabalho infantil e da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes; esporte e turismo sustentável; e o consumo consciente de produtos esportivos. (ONU, 2016)

Dentre as ações previstas, a superação de estereótipos relacionados ao gênero vai de encontro com o interesse dessa pesquisa, sobretudo, na perspectiva da inclusão e da promoção da saúde das pessoas trans no contexto esportivo.

Sob essa ótica mais abrangente, é viável reconhecer que práticas esportivas integradas em políticas de esporte e lazer mantêm uma estreita conexão com a promoção da saúde, vinculada ao progresso humano em suas interações sociais (construção, ampliação e consolidação de laços amistosos), ao elemento lúdico (experiências que proporcionam alegria, prazer e felicidade, tanto individualmente quanto coletivamente) e ao desenvolvimento pessoal (intercâmbio de vivências e conhecimentos de vida, assim como nos aspectos biológicos) (Alencar, 2023).

Atrelar a concepção do esporte à promoção da saúde consiste em materializar as diversas possibilidades e benefícios advindos das experiências com as práticas esportivas, como apontado por Silva (2022, p. 02).

[...] consistem em ações humanas frente ao tempo disponível com experiências diversas que envolvem o movimento, independente da intensidade e duração da mesma, ou seja, não se limitam aos esportes ou as atividades físicas de elevado gasto energético (moderadas ou vigorosas), podendo, inclusive, jogos, brincadeiras, danças, conscientização corporal, dentre outras, serão contempladas. Podem ser realizadas de forma não sistematizada, com frequência eventual (eventos, amistosos, competições).

Nesse contexto, as Políticas Públicas são aparatos fundamentais no âmbito do Estado e da sociedade na garantia dos direitos de cidadania, e sobretudo, na

superação dos preconceitos e discriminações enfrentadas pelas pessoas trans, que geram iniquidades em suas vidas e na sua saúde.

Os aspectos normativos são fundamentais quando se pensa na potencialidade das práticas esportivas na saúde e na qualidade de vida, sendo assim, destaca-se a Constituição Federal de 1988, que elenca a saúde enquanto direito fundamental social:

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1988).

Além disso, inclui a saúde entre os direitos previstos na seguridade social, conforme preconizado no artigo 194:Art. 194:

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (BRASIL, 1988).

Dessa forma, o SUS foi instituído pela Constituição Federal de 1988 (CF88) (Brasil, 1988) e implantado no início da década de 1990, após a promulgação da Lei Orgânica da Saúde (Lei n. 8.080 de 19 de setembro de 1990, complementada pela Lei n. 8.142, de 28 de dezembro 1990) colocando a saúde (no seu sentido ampliado) como direito de todos, dever do Estado, e um sistema com princípios universalistas e igualitários, exigindo assim, uma interação orgânica entre Estado e sociedade, na busca de possibilitar as condições necessárias para o acesso universal à saúde, por meio de ações e políticas públicas que atuem nas necessidades sociais.

Destaca-se ainda que a CF88 considera a saúde em seu sentido ampliado, como apontado acima, dialogando com os marcos legais e institucionais da PS levantados na I Conferência Internacional sobre PS, realizada em Ottawa (1986), compreendendo as dimensões de prevenção e promoção da saúde. Nesse sentido, não basta falar em direito à saúde, mas no direito à proteção e à promoção da saúde (Sarlet; Figueiredo, 2008, p. 8).

Ainda, como marco legal, a efetivação da Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, que institui, no âmbito do SUS, a PNSILGBT (Brasil, 2011), se mostra como uma conquista crucial na busca pelos direitos das pessoas LGBTI+ e nas demandas

que se relacionam à sua vida e saúde, incluindo as demandas sociais que podem ser efetivadas pela prática esportiva.

Ampliando o escopo da análise, o estudo conduzido por Alencar e colaboradores (2023) descreve que o Grupo de Trabalho do Sistema Nacional de Esporte atribui ao esporte a condição de bem nacional, destacando que o engajamento com essa atividade exerce influência em diversos domínios, como saúde, cultura, economia e desempenhos esportivos.

Continuando a discussão, os autores ainda mencionam que, embora esse cenário seja positivo e relevante para a formulação de políticas públicas, ele não é totalmente abrangente o bastante para concretizar o esporte como um direito social. Além disso, não é suficiente para reduzir as disparidades presentes entre o esporte de participação e o educacional, em detrimento do rendimento (Alencar et al, 2023).

Com relação às pessoas trans, os esportes se mostram como um local que reflete as lutas sociais de afirmação e reconhecimento, pois ainda se pautam em uma divisão binária. Portanto, a luta pela isenção no contexto esportivo se dá por vários fatores, seja pela visibilidade que o esporte tem, contribuindo assim com a luta social das pessoas trans, seja por um espaço de inserção no mercado de trabalho formal, sendo a pauta de empregabilidade uma das mais latentes quando se pensa no universo trans, ou ainda, como espaço de sociabilidade e convivência (Silva, 2021).

### **3.3.3 Práticas esportivas, pessoas trans e transfobias**

O esporte, para além de uma prática esportiva e de seus benefícios físicos e mentais, mostra-se como uma ferramenta de inclusão social, sendo um dispositivo potente quando se pensa no contexto excludente e violento vivenciado pelas pessoas trans (Jones et al, 2016). Apesar disso, o número de pessoas trans inseridas em alguma prática esportiva é ínfimo, seja ela amadora, profissional, escolar ou de lazer, o que se justifica pelo cenário excludente que perpassa todos os âmbitos de vida dessas pessoas (Coelho et al, 2018). Ainda assim, aquelas que conseguem se inserir se deparam cotidianamente com a falta de preparo da comunidade esportiva e da sociedade em lidar com a temática da transgeneridade (Jones et al, 2016).

Ao se referir às pessoas trans no cenário esportivo, comumente são encontradas publicações e artigos que realçam as dificuldades enfrentadas por essas

peças ao tentar ingressar e se manter no ambiente esportivo, seja em níveis amadores ou profissionais. Entretanto, ao se examinar o ambiente esportivo no contexto das equipes LGBTI+, nota-se a existência de uma arraigada sensação de pertencimento e representatividade entre os praticantes (Camargo, 2021).

A participação das pessoas trans nas práticas esportivas é influenciada por diversas perspectivas e mediações de diferentes atores sociais, como instituições esportivas, torcedores, espectadores e outros não especialistas. Isso configura um cenário caracterizado por uma variedade de opiniões, muitas das quais carecem de embasamento teórico e, frequentemente, estão enraizadas em atitudes transfóbicas. A existência das pessoas trans é uma parte intrínseca da história social, e é crucial promover um diálogo substancial que permita a sua participação em todos os espaços com urgência (Silvestrin, Vaz, 2021).

As manifestações de discriminação e preconceito são consideradas ferramentas opressoras de grupos majoritários em detrimento dos grupos minoritários. Nessa perspectiva, tais grupos, em especial a população LGBTI+, buscam encontrar no esporte um meio de equilíbrio das desigualdades impostas a estes, e encontram um ambiente muitas vezes marcado pelos mesmos mecanismos de discriminação e opressão (Coelho et al, 2018).

As competições do sistema esportivo seguem um padrão cisheteronormativo, sendo divididas em equipes femininas e masculinas, compostas por atletas homens, mulheres não transexuais e pessoas não travestis, além das competidoras/es buscarem um alto desempenho nos termos do padrão masculino exigido (Camargo, Kessler, 2017). Assim como as mulheres, negros e homossexuais buscaram e continuam buscando, as pessoas trans procuram reverter um quadro de submissão e invisibilidade que ainda vivenciam dentro da sociedade contemporânea (Bento, 2014). As pessoas trans, neste conjunto de grupos minoritários, buscam uma libertação dos padrões hegemônicos pautados pelo autoritarismo das majorias, sendo fundamental a sua representatividade dentro dos mais diferentes setores sociais, pois esta população ainda sofre com a ausência de execução de direitos básicos como saúde, educação e emprego (Coelho et al., 2018).

As questões envolvendo a participação das pessoas trans no esporte se dão em uma arena que enfrenta as disparidades relacionadas à identidade de gênero –

que se difere da cisgeneridade - e que ainda abarca as disparidades de gênero com relação à dominância/privilegio do masculino sobre o feminino. Isso se materializa quando pensamos nas diretrizes do esporte profissional, divulgadas pelo COI (Comitê Olímpico Internacional - referência mundial esportiva) pelo relatório “*IOC Consensus Meeting on Sex Reassignment and Hyperandrogenism November*” (2015), alterando as legislações que regulamentam a participação de atletas trans nas Olimpíadas.

É importante ressaltar que as normatizações publicadas neste relatório tiveram como base científica um estudo realizado pela pesquisadora Joanna Harper (2015) intitulado “*Race Times for Transgender Athletes*” e publicado no *Journal of Sporting Cultures and Identities*. O estudo acompanhou o desempenho de oito mulheres trans em provas de corrida de longa distância (entre 5 e 42 km) ao longo de sete anos, tanto antes como depois da transição e da terapia de reposição hormonal cruzada. Os resultados indicaram que, após o tratamento hormonal, as mulheres trans experimentaram uma redução na resistência, velocidade e força muscular, e seus níveis de testosterona se equiparam aos de mulheres que não passaram pelo processo de transição. É importante observar que o estudo tinha uma amostra pequena, o que limita sua aplicabilidade a populações maiores sob as mesmas condições e estava focado exclusivamente em corridas de longa distância. A autora sugere a realização de novas pesquisas sobre o assunto para fornecer perspectivas adicionais e alcançar um consenso mais amplo nesta área.

Neste documento, foi exigido que apenas as mulheres transexuais tenham a taxa de testosterona regulada, isto é, abaixo de 10 nanomol por litro de sangue durante os 12 últimos meses e perante todo período da competição. Além disso, que elas sejam devidamente reconhecidas pelo gênero feminino, diferente do decreto anterior cujas mulheres transexuais só poderiam participar de jogos femininos se tivessem feito a cirurgia de redesignação sexual. Essas regulamentações demonstram formas de regulação dos corpos, por exemplo, quando no documento supracitado é delimitado e exigido que as atletas transexuais para jogar em times femininos, tenham que fazer a terapia hormonal, a mudança de nome e o reconhecimento de gênero. De forma contrária, para homens transexuais, o documento não faz nenhuma exigência.

Essa legislação do COI, parte do entendimento de que os níveis de testosterona e de massa muscular das mulheres trans devem diminuir até se adequarem a de mulheres cis – tidas como ‘verdadeiras’ - após terapia hormonal. Esse discurso é pautado em uma vantagem do masculino sobre o feminino (Silvestrin, Vaz, 2021). Todo esse debate, denota, que a concepção do ser homem ou ser mulher é balizada a partir dos níveis hormonais, neste caso, a testosterona.

O debate sobre os hormônios se mostra fundamental quando se pensa na vida das pessoas trans, e sobretudo, na sua inserção no ambiente esportivo. Os estudos científicos com foco nos hormônios surgem em meados do século XX classificando assim, os corpos desejáveis e os indesejáveis, e atribuindo uma fronteira entre o humano e o infra-humano, deste modo, o homem, branco, hetero e ocidental se mostra enquanto uma classe superior aos homossexuais, negros, ‘loucos’, criminosos, povos colonizados, e também as pessoas trans (Preciado, 2018).

O progresso dos estudos relacionados aos hormônios passa a ser um dispositivo do saber que se tornam disciplinadores e reguladores do dispositivo de sexo - gênero, pois, a partir dos anos 30 se concede um entendimento de que cada gênero é abarcado por uma quantidade específica de determinado hormônio. Assim, os parâmetros hormonais, ao lado da fisiologia e genética, se tornam parâmetros diagnósticos de feminilidade e masculinidade (Preciado, 2018).

Todos esses dispositivos pautados nos parâmetros hormonais são evidenciados nas regras adotadas pelo COI (2015) para a inclusão das pessoas trans, neste caso, das mulheres trans, nas competições esportivas de alto rendimento, onde apenas as mulheres trans necessitam comprovar uma série de condicionantes para que sejam aptas e tenham a aprovação para participar das competições:

- Declarar ser do gênero feminino (reconhecimento civil que não pode mudar por no mínimo quatro anos para efeitos esportivos);
- Ter nível de testosterona menos que 10 nanomol/l nos 12 meses anteriores ao primeiro jogo;
- Manter o nível de testosterona menor que 10 nanomol/l durante o período elegível para competir;
- Ser submetidas a testes frequentes para monitorar o nível de testosterona.

Os regulamentos personificam o discurso de vantagens a partir das constituições hormonais, do masculino sobre o feminino, salientando, mais uma vez,

que toda essa resistência é demarcada sobre os corpos das mulheres trans, sugerindo vantagens dessas transexuais femininas ao se inserir em competições que correspondem à sua identidade de gênero. Vale ressaltar que essas condições foram adotadas mesmo sem comprovações científicas sobre essa suposta vantagem (Melonio; Siqueira, 2016; Harper, 2015; 2018; Camargo, 2017; Moura, 2015; Da Silva, 2020).

Pedrosa, Garcia e Pereira (2023) destacam a falta de conclusões definitivas nos estudos sobre o desempenho físico de atletas trans, enfatizando a incipiência dessa área de pesquisa. A Medicina do Esporte, segundo o autor, permanece distante de emitir um veredicto que não seja pautado em injustiças sociais.

Quando se pensa nos aspectos que circunscrevem a participação dos homens trans, a partir das regras da COI, algumas reflexões são levantadas. Quando se pensa na possibilidade de alguém que não nasceu com pênis ascender socialmente, tanto quanto um homem cis, existe uma visão social de impossibilidade. Se o homem do corpo cis é o corpo do esporte, o corpo dos homens trans não é visto como alguém que poderá chegar nesses espaços. Os homens trans não são vistos como uma identidade possível, um corpo possível; são vistos como alguém que não alcançará um rendimento/performance a nível de competição com os homens cis e, se chegar, não gerará grandes conflitos, pois o masculino é o local da competitividade e da performance hegemônica (Silvestrin, Vaz, 2021).

Melonio e Siqueira (2016, p. 6) questionam essas afirmações construídas em torno da testosterona:

Com base principalmente na pesquisa indireta com pessoas cisgêneros, acreditou-se que os hormônios androgênicos (especificamente níveis elevados de testosterona) conferiam uma vantagem em esportes competitivos (ou seja, aumentavam a resistência e a massa muscular) e, embora essa crença suportada várias políticas esportivas, a testosterona podia não ser o marcador primário, nem mesmo útil, na determinação da vantagem atlética. A testosterona é apenas uma parte da fisiologia da pessoa, existindo outros fatores importantes (biológicos e ambientais) a ser considerados se a justiça (a ausência de vantagem) fosse o objetivo do esporte competitivo visto. Por exemplo, mãos grandes eram a chave para manipulação em alguns esportes (por exemplo, basquete), mas isso não era visto como uma vantagem injusta. Estabelecer o que era uma vantagem atlética no esporte competitivo facilitaria a inclusão de todos os atletas (independentemente de sua identidade de gênero) na premissa de equidade. (MELONIO; SIQUEIRA, 2016, p. 6)

A análise de matérias jornalísticas revela, conforme Nascimento (2020), uma diversidade de estratégias empregadas para justificar a exclusão de atletas trans entre as cis. Essas justificativas, muitas vezes embasadas em discursos conservadores cristãos e políticos, variam desde a associação pejorativa de homens travestidos de mulheres até a argumentação sobre uma alegada covardia esportiva baseada em preconceitos biomoleculares e hormonais. Além disso, são comuns comparações inadequadas entre atletas cis homens e mulheres, demonstrando ignorância e desconhecimento sobre o processo de hormonização cruzada de atletas trans. O cenário é ainda agravado pela disseminação de informações falsas, cujo propósito parece ser mais causar desentendimento e confusão do que proporcionar esclarecimento e informação.

A discussão em torno de toda essa regulamentação levanta questões cruciais, uma vez que muitas vezes mantém o binarismo de gênero, apoiado em construções estritamente biológicas que visam "adequar" corpos a padrões considerados aceitáveis. Portanto, é premente debater o esporte como um espaço de inclusão para pessoas trans, que atuam como agentes de desestabilização das normas estabelecidas. Essa discussão deve transcender narrativas excludentes e restritivas.

Todos esses aspectos destacam a necessidade premente de repensar as estruturas esportivas, tornando-as mais inclusivas e respeitando os direitos fundamentais. Embora as discussões sobre esportes de alto rendimento sejam importantes e requerem aprofundamento, as outras facetas do mundo esportivo também demandam maior atenção e debate, uma vez que representam espaços sociais de grande relevância. No contexto atual, embora as práticas esportivas sejam consideradas um espaço relevante, elas continuam a perpetuar uma dinâmica de exclusão social baseada em padrões cisheteronormativos. É fundamental que haja um diálogo crítico para desafiar e desestabilizar essas relações.

A participação de corpos trans no contexto esportivo gera questionamentos e perturbações no âmbito do dispositivo sexo-gênero, que orienta a percepção dos corpos tanto em contextos sociais quanto no contexto esportivo. Esse desafio pode ser descrito como práticas esportivas dissonantes, ou seja, manifestações atléticas que não se alinham com os padrões técnicos tradicionais do universo esportivo convencional e, no entanto, obtêm resultados notáveis (Camargo, 2016, p. 1.339).

Corpos dissonantes são aqueles que divergem das normas predominantes nos ambientes esportivos.

Esse desvio não representa uma ruptura completa ou uma subversão da cisheteronormatividade, uma vez que, para ter a possibilidade de participação nos esportes, os corpos trans ainda precisam se conformar a um modelo binário de gênero. No entanto, a inclusão de corpos dissonantes nesses espaços cria uma tensão importante que permite uma reavaliação dessas normas estabelecidas. Silvestrin e Vaz (2021 p. 4) reforçam:

Se a sociedade aceita que transgeneridade e transexualidade são formas possíveis de estar no mundo, para o esporte, como prática social (assim como a educação, a mídia, os serviços de saúde, entre tantos outros) não há alternativa a não ser reconhecer o direito de participação de pessoas trans em competições, conforme a autodesignação. Qualquer outro posicionamento fere o direito da igualdade de todos perante a Lei.

A importância do esporte como fio condutor dessa discussão é muito relevante devido ao seu apelo social e seu papel na inclusão, e também por ser um ambiente que produz e reproduz essa diferenciação a partir da cisheteronormatividade. Como apontado anteriormente, mesmo com toda reprodução das normas sociais dentro do ambiente esportivo, a luta pelo reconhecimento das pessoas trans no esporte se mostra como uma possibilidade de tensionar e reivindicar as arenas esportivas.

Vale ressaltar que este trabalho tem como foco todas as facetas do esporte, não somente o esporte de alto rendimento, que tem sido a arena principal de debate quando se pensa na inclusão das pessoas trans no esporte.

A seção seguinte apresenta alguns pressupostos teóricos à luz da teoria do reconhecimento como possibilidade de se refletir e analisar a inserção das pessoas trans nos ambientes esportivos por meio das possibilidades e impossibilidades de serem reconhecidas enquanto identidades inteligíveis.

### **3.4 A TEORIA DO RECONHECIMENTO COMO LENTE DE ANÁLISE**

Nesta seção apresentar-se-á brevemente as bases teóricas da Teoria do Reconhecimento, a partir de uma breve contextualização da teoria pensada a partir de Taylor e Axel Honneth, mas como tendo como os autores base para reflexão do objeto de pesquisa, Nancy Fraser e Paddy Macquen.

A Teoria do Reconhecimento é vista como uma forma de interpretar a teoria crítica, propiciando uma nova estratégia de análise das sociedades contemporâneas. As teorias de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser sobre reconhecimento social, com suas diferentes abordagens auxiliam para um melhor entendimento sobre o assunto (Mattos, 2004).

A preocupação com a questão do reconhecimento vincula-se à modernidade, não tendo emergido antes como problema. Com base nos aspectos históricos que vão se concebendo o debate entre identidade e reconhecimento, Taylor (2006) afirma que o que a idade moderna tem de novo não é a necessidade de reconhecimento, mas sim as condições que podem ocasionar o não reconhecimento ou um reconhecimento errôneo. Acentua que as sociedades modernas são suficientemente problemáticas – o que as difere das sociedades do período pré-moderno – e, por isso, o fortalecimento conceitual dos termos identidade e reconhecimento.

As demandas por reconhecimento, entram como pauta, no final do século XX, através da manifestação dos grupos subalternos ou minoritários (Taylor, 2006). Quando se pensa nas populações vulneradas<sup>7</sup>, a inexistência do reconhecimento ou o reconhecimento incorreto de determinadas identidades por parte da sociedade e também de outros membros da comunidade se mostram como uma forma de agressão trazendo prejuízos em tais identidades “reduzindo a pessoa a uma maneira de ser falsa, distorcida, que a restringe” (Taylor, 2006).

Os efeitos do não reconhecimento se dá por uma visão distorcida da própria identidade, causando prejuízos na constituição dessas identidades, mesmo quando ferramentas ou estratégias são implementadas para diminuir o impacto dessas relações. Como por exemplo, mesmo com as leis mediante aos crimes de racismo, a população negra sofre com diversos fatores históricos que induzem uma concepção distorcida de sua identidade. Tais aspectos são justificados por conta de uma inferioridade projetada por gerações sobre as pessoas negras. Portanto, a autodepreciação se mostra enquanto uma das mais poderosas técnicas de opressão (Taylor, 2006).

---

<sup>7</sup> Levando em consideração que a vulnerabilidade é uma característica de todos as pessoas e grupos sociais, as pessoas LGBTQ+ assim como outros grupos minoritários, por conta do não reconhecimento, são pensadas dentro de um contexto de vulneração, pois, se tornam impossibilitados e fragilizados devido às consequências sociais e políticas que agredem diretamente seus direitos básicos (Have, 2015)

Quando esses indivíduos têm a possibilidade de reconhecimento negada, eles se submetem a buscar tal reconhecimento dentro da sociedade, sendo esse processo entendido por Taylor enquanto luta pelo reconhecimento. Mendonça (2009, p. 147) discorre a partir da luta pelo reconhecimento:

Na teoria de Taylor, o reconhecimento é uma luta intersubjetiva. Isso tem uma série de implicações. Admitir que se trata de uma luta é assumir que o reconhecimento não pode ser concedido, alcançado ou doado. O reconhecimento não está restrito a fins específicos, nem é limitado a conquistas na esfera de direitos garantidos pelo Estado. Ele não é um prêmio final que liberta grupos oprimidos. A luta por reconhecimento pode ter muitas manifestações diferentes, na medida em que ela não é nada mais do que um processo permanente em que a sociedade reflexivamente se transforma e altera padrões de relação social. Inspirando-se no conceito de reconhecimento do jovem Hegel ele busca fundamentar a sua própria versão da teoria crítica. Desta forma, as mudanças sociais são explicadas por meio da luta por reconhecimento, e é proposta uma concepção normativa de eticidade partindo de diferentes aspectos do reconhecimento.

Axel Honneth (2009), inspirando-se no conceito de reconhecimento de Hegel, introduz ao debate sua crença de que a justiça necessita ser pautada no reconhecimento recíproco entre os cidadãos, em seu pensamento, a formação da identidade dos indivíduos e os grupos sociais somente ocorrem quando forem reconhecidos intersubjetivamente.

Para Honneth (2009), pensar a justiça é pensar nos conflitos sociais, sendo estes, embates entre os indivíduos que se sentem injustiçados. Isso ocorre, quando os indivíduos se sentem de algum modo injustiçados através de experiências de desprezo, humilhação, intolerância, realidades que frustram seu reconhecimento enquanto membros de uma comunidade. De acordo com Smaniotto (2003), Honneth aponta que a formação da identidade do indivíduo é uma constante luta por reconhecimento da sociedade na qual está inserido, e essa luta começa quando o indivíduo passa por uma situação de desrespeito.

Honneth (2009) aponta que os indivíduos e grupos sociais se inserem na sociedade por meio da conquista de reconhecimento nas seguintes esferas: a) amor, em que o reconhecimento se dá pela afeição que recebe dos mais próximos, compreende as relações primárias de ligação emotiva intensa, tais como as relações familiares eróticas, e de amizade; b) do direito, ou o reconhecimento jurídico, por meio do qual são reconhecidos iguais direitos na comunidade, se diz respeito à esfera institucionalizada e estatal; c) e da estima social, ou solidariedade, que, em

referência à estima e ao valor social destinado aos indivíduos e grupos sociais, em que devem ser consideradas as particularidades de vida de cada pessoa e sua forma cultural em determinada sociedade, fazendo com que o sujeito reconheça em si mesmo essas virtudes e como membro essencial da comunidade.

Para o filósofo, estas três formas de reconhecimento correspondem a três formas de desrespeito, o que, neste caso, pode ser um fator para o desencadeamento de conflitos sociais. Ele aponta que as experiências de desrespeito podem servir como motivação moral para a luta de indivíduos e grupos pela ampliação das relações de reconhecimento, quando enfatizam os problemas nos arranjos sociais existentes, promovendo a busca de reconhecimento por meio da luta política.

Até aqui, apresentamos duas diferentes concepções a respeito da teoria do reconhecimento, a seguir, apresentaremos os entendimentos e reflexões pautados em Nancy Fraser e Paddy McQueen como lente analítica para os futuros achados deste trabalho.

Nancy Fraser apresenta algumas diferenças no entendimento na dinâmica da luta por reconhecimento, em sua teoria, Fraser (2006) aponta que necessidade de reconhecimento das diferenças inicia no final do século XX, sendo o espaço público disputado por demandas de grupos minoritários que lutam por reconhecimento de sua identidade de gênero, etnia, sexualidade e tradições culturais. A partir disso, tem-se uma inversão da luta por redistribuição, marcada pelos conflitos de classe, para uma luta por reconhecimento, caracterizada pelos embates de status social, por conta da dominação cultural.

Em sua concepção, para se pensar em justiça, necessita de um pensamento que considere a dimensão econômica da distribuição, e a dimensão cultural do reconhecimento, ou seja, uma visão bidimensional da justiça, uma vez que injustiças culturais ocorrem em um mundo com desigualdade material exacerbada.

No artigo *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista"* Nancy Fraser afirma:

A luta por reconhecimento está rapidamente se tornando a forma paradigmática de conflito político no final do século XX. Demandas por "reconhecimento da diferença" dão combustível às lutas de grupos mobilizados sob as bandeiras da nacionalidade, etnicidade, "raça", gênero e sexualidade. Nestes conflitos "póssocialistas", a identidade de grupo suplanta o interesse de classe como o meio principal da mobilização política. A dominação cultural suplanta a exploração como a injustiça fundamental. E o

reconhecimento cultural toma o lugar da redistribuição socioeconômica como remédio para a injustiça e objetivo da luta política (Fraser, 2006, p.231).

A autora propõe dois 'remédios' como forma de combate às injustiças: para as injustiças inseridas no âmbito econômico político, a redistribuição e para aquelas relacionadas às injustiças culturais e simbólica, o reconhecimento de suas identidades. Apesar de uma relação mútua, existe uma distinção entre os dois remédios, no da redistribuição, os remédios se valem de uma reestruturação político-econômica, envolvendo redistribuição de renda, reorganização da divisão de trabalho, controles democráticos do investimento ou ainda, a transformação das estruturas econômicas (Fraser, 2006)

Os remédios que buscam o reconhecimento, envolvem uma mudança cultural ou simbólica, a partir de uma revalorização das identidades desrespeitadas e dos produtos culturais dos grupos minimizados. Ainda, necessita de um reconhecimento e valorização da diversidade cultural, a partir de profunda transformação dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação (Fraser, 2006). Nesse sentido, Fraser (2006), afirma que as pessoas sujeitas à injustiça cultural e à injustiça econômica necessitam de reconhecimento e redistribuição.

Todavia, reivindicações por reconhecimento e redistribuição implicam uma à outra de forma que podem até levar a efeitos involuntários e indesejados se não forem adequadamente implementadas. Contudo, um dilema redistribuição/ reconhecimento é criado quando se pensa nas pessoas sujeitas às injustiças de natureza econômica e cultural, pois necessitam, ao mesmo tempo, negar e reivindicar as suas especificidades. Esses grupos sociais, expostos a injustiça cultural e econômica, são denominados como coletividades ambivalentes pois sofrem injustiças simultâneas que resultam em opressão e subordinação (Fraser, 2006). Nesse caso, nem os remédios de redistribuição nem os de reconhecimento são suficientes de maneira única, necessitando dos dois (Fraser, 2006).

O gênero é apresentado pela autora enquanto um exemplo de coletividades ambivalentes, onde em uma perspectiva redistributiva, o gênero estrutura uma divisão econômica e hierárquica de trabalho, na perspectiva do reconhecimento o gênero se dá por uma diferenciação no status. Portanto, enquanto a lógica da redistribuição é

acabar com esse negócio de gênero, a lógica do reconhecimento é valorizar as diferenças e a especificidade de gênero (Fraser, 2006).

Nesse sentido, a autora apresenta uma possível saída para o dilema redistribuição/reconhecimento, a partir do que ela chama de “remédios” “afirmativos” e “transformativos”:

Por remédios afirmativos para injustiça entendem-se remédios voltados para a correção de resultados indesejáveis de arranjos sociais sem perturbar o arcabouço que os gera. Por remédios transformativos, em contraste, entendem-se remédios orientados para a correção de resultados indesejáveis precisamente pela reestruturação do arcabouço genérico que os produz (Fraser, 2001, p. 265-266).

Em sua obra mais recente: *“Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado”* Fraser (2009) afirma que para uma análise ainda mais completa, se faz necessário incluir a dimensão política da representação quando se trata da justiça, juntamente com a dimensão econômica da distribuição e a dimensão cultural do reconhecimento, tendo agora uma dimensão tridimensional da justiça (Fraser, 2009).

Portanto, a redistribuição, o reconhecimento e a representação se mostram enquanto dimensões fundamentais da justiça, já a má distribuição, o falso reconhecimento e a falta representação, se mostram enquanto componentes constituintes das injustiças sociais (Fraser, 2009).

Como proposta de análise para os elementos que serão levantados por este trabalho, traremos alguns pensamentos propostos por Paddy McQueen (2016) a partir da teoria de reconhecimento voltada, sobretudo, para as minorias sexuais e de gênero, e neste trabalho, com as pessoas trans.

O debate proposto por McQueen parte de uma crítica as denominadas teorias radicais de gênero pós identitárias, argumentando que tal teoria não tem profundidade social em suas construções, ele constrói uma análise reflexiva a partir de conceitos como ‘devir nômade’ de Braidotti (2002), a ‘imperceptibilidade’ de Grosz (2005) e a ‘incoerência’ de Noble (2006).

Ele aponta que as teorias pós identidade, guardadas suas diferenças, compartilham uma ideia de anti reconhecimento, ao passo que defendem uma rejeição de qualquer forma estável e inteligível de individualidade, onde o desejo de uma identidade estável e reconhecível é rejeitado em favor de uma crítica e reconfigurações contínuas do self. (Mcqueen, 2016). O autor salienta que as teorias

pós identidade avançam na discussão das políticas de identidade, mas não dão conta e nem possibilidades de intervir nos problemas reais e nas desigualdades sociais e políticas envolvidas no contexto das minorias.

Com base nesse argumento, McQueen aponta uma banalização das políticas de reconhecimento, as colocando como contrárias a essa teoria, ao passo que a desconstrução das identidades impossibilita o reconhecimento daquelas que são marginalizadas, e ainda, tal desconstrução 'desconsidera a realidade empírica de indivíduos que tem a sua existência negada diariamente' (Barbosa, 2018).

Ainda, ele defende que as teorias que consideram que a leveza social, que essa teoria levanta, pode se tornar irrelevante ou insensível quando se pensa nas realidades materiais e incorporadas pelas pessoas que elas foram pensadas para ajudar. Considerando que tais teorias não consideram formatos de agência possíveis e reais (Mcqueen, 2016).

Portanto, McQueen (2016) defende que o conceito de reconhecimento é importante e pode ser utilizado para sustentar um formato de agência e subjetividade que considere as relações de poder e as profundas desigualdades que marcam a vida das populações marginalizadas e oprimidas, e aponta que nesses casos uma identidade estável e reconhecível é importante na constituição de sujeitos sociais. Vale ressaltar que ele constrói essa argumentação se pautando em Nietzsche e Foucault e fazendo uma apropriação dos seus conceitos.

Ele cita as concepções de Vivian Namaste (2011) que faz uma crítica a teoria Queer que não considera os aspectos da vida cotidiana das pessoas trans ao elaborar seus pensamentos:

Afirmar que não é homem nem mulher, ou que é um terceiro gênero, ou que o gênero é apenas uma construção social, então alguém é, de fato, nada, ignorando a realidade fundamental de estar no mundo. Sim, podemos afirmar que não somos homens e nem mulheres quando tudo está bem no mundo. Mas alguém poderia me dizer como conseguir um apartamento quando não é nem um homem nem uma mulher? Onde encontrar um médico para tratar pessoas que não são nem homens nem mulheres? E um Empregador? (Namaste, 2011, p. 28 – tradução nossa)

Para pensar uma solução para esse embate, o autor se utiliza de Judith Butler (2004), ressaltando que a autora manteve a importância de ser reconhecível ao mesmo tempo que questiona os processos pelos quais a categoria do humano de maneira sistemática exclui certas identidades, definindo-as enquanto inviáveis ou

irreconhecíveis, ou ainda, nas palavras de Butler, enquanto 'abjetos'. Ainda, a respeito dessa contradição, Butler (2004, p. 4) aponta: 'posso sentir que, sem algum reconhecimento, não posso viver. Mas eu também posso sentir que as normas pelas quais sou reconhecido tornam a vida impossível de viver'.

Destarte, ele pontua que o tipo de política abordado por Butler, pode evitar a leveza social que a mesma crítica nas teorias pós identitárias, dado que a mesma considera um formato complexo de agência e formação de identidade e se preocupa em expandir as normas de reconhecimento para os grupos que são considerados inviáveis, ininteligíveis ou abjetos (Mcqueen, 2016).

Portanto, considera a importância do reconhecimento de identidades estáveis a necessidade fundamental de o reconhecimento que temos em virtude de sermos seres sociais – mas aponta a urgência de se averiguar formas radicais de repensar as identidades, para que se estabeleça uma sociedade mais aberta e inclusiva (Mcqueen, 2015). É importante ressaltar que tudo isso é sustentado por uma exploração detalhada das conexões entre poder, identidade e reconhecimento.

Em sua teoria, o autor resiste em descartar a luta pelo reconhecimento em prol das noções abstratas de imperceptibilidade e ininteligibilidade. Apontando o valor de ser reconhecido sem se esquecer dos problemas que o reconhecimento causa. Assim, seu pensamento tem como centro a busca por equilibrar a importância do reconhecimento para nós enquanto seres sociais com um exame completo dos problemas de identidade e sua relação com o poder (Mcqueen, 2016).

As teorias apresentadas se mostram como grande potencial analítico quando se pensa nas pessoas trans que estão envolvidas em práticas esportivas, ao passo que as pessoas trans enfrentam problemas que demandam tanto redistribuição quanto reconhecimento, e isso se dá nos vários âmbitos sociais, incluindo o esporte, sendo a teoria desenvolvida por Fraser enquanto uma possibilidade de análise potente.

Ainda, o reconhecimento se mostra necessário quando se pensa na inserção das pessoas trans no esporte, porém, os problemas que emergem a partir das identidades estabilizadas devem ser questionados, ao passo que as possibilidades de inserção das pessoas trans são admitidas a partir de modelos binários. Tal cenário tem grande relação com a discussão proposta por McQueen, a partir da luta por

reconhecimento das identidades trans juntamente com um tensionamento fundamental referente aos padrões normativos.

## **4 OBJETIVOS**

### **4.1 Objetivo Geral**

Analisar o dispositivo da transexualidade no contexto das práticas esportivas a partir da teoria do reconhecimento e da promoção da saúde.

### **4.2 Objetivos específicos:**

- Conhecer as dinâmicas sociais implicadas na inserção das pessoas trans em práticas esportivas;
- Identificar as possibilidades/ barreiras relacionadas à inserção e participação das pessoas trans no esporte;
- Identificar elementos de promoção da saúde através das práticas esportivas na vida das pessoas trans;
- Desenvolver uma análise do dispositivo da transexualidade nas práticas esportivas a partir da teoria do reconhecimento

## **5 PERCURSO METODOLÓGICO**

Caracterizamos este estudo como qualitativo, por responder as questões sociais envolvendo diretamente os sujeitos da pesquisa no processo de levantamento de dados, também por investigar fenômenos de grupos humanos: seus significados, motivos, aspirações, crenças, valores, sentimentos e suas práticas, tendo como matéria prima cenas e cenários da vida desses sujeitos. (Minayo, 2014).

A abordagem qualitativa foi escolhida porque acredita-se que ela é capaz de incorporar aspectos sociais e subjetivos necessários para compreender os processos de saúde tanto no âmbito individual quanto no coletivo. Este estudo é parte de um projeto de pesquisa maior com foco em pessoas LGBTI+ e prática esportiva. O esforço de pesquisa do projeto centra-se nas questões sociais que envolvem a prática esportiva entre as pessoas LGBTI+.

Se caracteriza como exploratório, com o intuito de analisar como se dá a participação de pessoas trans no esporte. Com o avanço da pandemia por Covid-19 em todo o mundo, muitos pesquisadores tiveram que adaptar suas pesquisas aos

espaços virtuais, deste modo, muitos estudos passaram a ser realizados a partir da internet (Hine, 2004). Devido a paralisação das atividades universitárias por conta das medidas sanitárias, etapas da pesquisa foram realizadas, por conta da efervescência de utilização das mídias sociais neste período.

A aproximação com o campo se deu a partir da rede social Instagram, ela foi escolhida por ser a quinta maior do mundo em termos de usuários e por ter grande popularidade entre jovens e adultos, o Instagram se constitui como uma plataforma de fotos e vídeos (Tankovska, 2021). Ainda, o Instagram possui larga adesão das instituições esportivas, atletas e torcedores (Ibope Repucom, 2020).

No Brasil, em 2021, a base de usuários do Instagram chega perto de 83,3 milhões de usuários. Quanto à faixa etária, mais de 60% dos usuários tinham menos de 35 anos, sendo que as faixas que mais utilizavam a plataforma eram a de 25 a 34 anos (31,1%), seguida pela de 18 a 24 anos (24,1%) (Degenhard, 2021; Navarro, 2021).

O processo de coleta de dados envolveu um conjunto de etapas cuidadosamente planejadas. Inicialmente, foi realizado um mapeamento minucioso por meio da plataforma Instagram, visando identificar e contatar equipes esportivas que se autodeclararam como pertencentes à comunidade LGBTI+. Esse mapeamento tinha como objetivo central identificar equipes esportivas que incorporassem pessoas trans como membros em suas publicações.

Esse estágio do processo não apenas permitiu a identificação das equipes em questão, mas também ajudou a estabelecer um primeiro contato e iniciar o processo de engajamento com essas comunidades esportivas. Uma das fases essenciais que se seguiram foi a realização de grupos focais online. Nesses grupos, os participantes puderam compartilhar suas experiências, percepções e insights sobre a inclusão de pessoas trans nas equipes esportivas LGBTI+. Essas discussões proporcionaram uma compreensão mais profunda das dinâmicas relacionadas à inserção das pessoas trans nas práticas esportivas.

A abordagem inicial e o contato estabelecido através do Instagram desempenharam um papel crucial na pesquisa, proporcionando uma oportunidade única de imersão no campo de estudo. Além disso, essa fase preliminar permitiu

identificar e compreender aspectos relevantes e nuances que seriam posteriormente incorporados nas questões discutidas nos grupos focais online.

A técnica de grupos focais online (GFO) de forma síncrona utilizando videoconferência na forma sugerida por Fricker (2012) foi utilizada enquanto ferramenta de coleta dos dados. Os GFO são uma ferramenta importante nos estudos envolvendo as pessoas trans (Fontenot et al, 2020). Para responder às questões que norteiam este estudo, entre os meses de abril a maio de 2020, durante as restrições sociais impostas pela pandemia de COVID-19, um total de 32 pessoas participaram da pesquisa, divididos em 5 grupos focais. Destaca-se que a formação de grupos presenciais no momento da pesquisa estava proibida e esse fator facilitou a participação das pessoas, visto que as mesmas estavam em casa neste período.

O recrutamento se deu exclusivamente pela rede social Instagram, a partir de um convite divulgado e compartilhado de forma pública. Os participantes em potencial entraram em contato com os pesquisadores mostrando interesse espontâneo em colaborar com a pesquisa. Após o primeiro contato, foram trocadas mensagens eletrônicas para combinar a data e o horário dos grupos focais online.

Os critérios de inclusão compreenderam serem maiores de dezoito anos, serem pessoas trans participantes de práticas esportivas, pessoas cis declaradamente LGBTI+ participantes de práticas esportivas, profissionais da saúde/ esporte e ter a disponibilidade e a motivação para participar dos grupos focais online na data e no horário mais conveniente para a maioria dos participantes e os pesquisadores. Os critérios de exclusão foram as dificuldades de acesso à internet que não permitiram aos interessados utilizar o sistema de webconferência disponibilizado pelos pesquisadores.

Com a finalidade de aprofundar a nossa compreensão do perfil dos participantes, disponibilizamos um link por meio do qual eles foram convidados a responder a um questionário abordando informações sociodemográficas relevantes. Esse questionário abrangeu aspectos como identidade de gênero, raça, nível educacional e renda. É importante destacar que todos os 32 participantes envolvidos na pesquisa contribuíram respondendo de forma completa ao questionário. Essa etapa da pesquisa desempenhou um papel fundamental na construção de um panorama mais abrangente e detalhado do grupo de participantes, permitindo-nos

contextualizar suas experiências e perspectivas dentro de um quadro sociodemográfico. A participação integral dos entrevistados nessa fase foi essencial para garantir a representatividade e a validade dos dados coletados.

Os voluntários que se apresentaram foram divididos conforme a identidade de gênero e orientação sexual, configurando os cinco grupos seguintes (N=32): G1, mulheres trans (N=09); G2, homens trans (N=5); G3, pessoas cis LGB 'atletas' 1 (N=6); G4, profissionais cis LGB (N=7) e G5, profissionais cis heterossexuais (N=5).

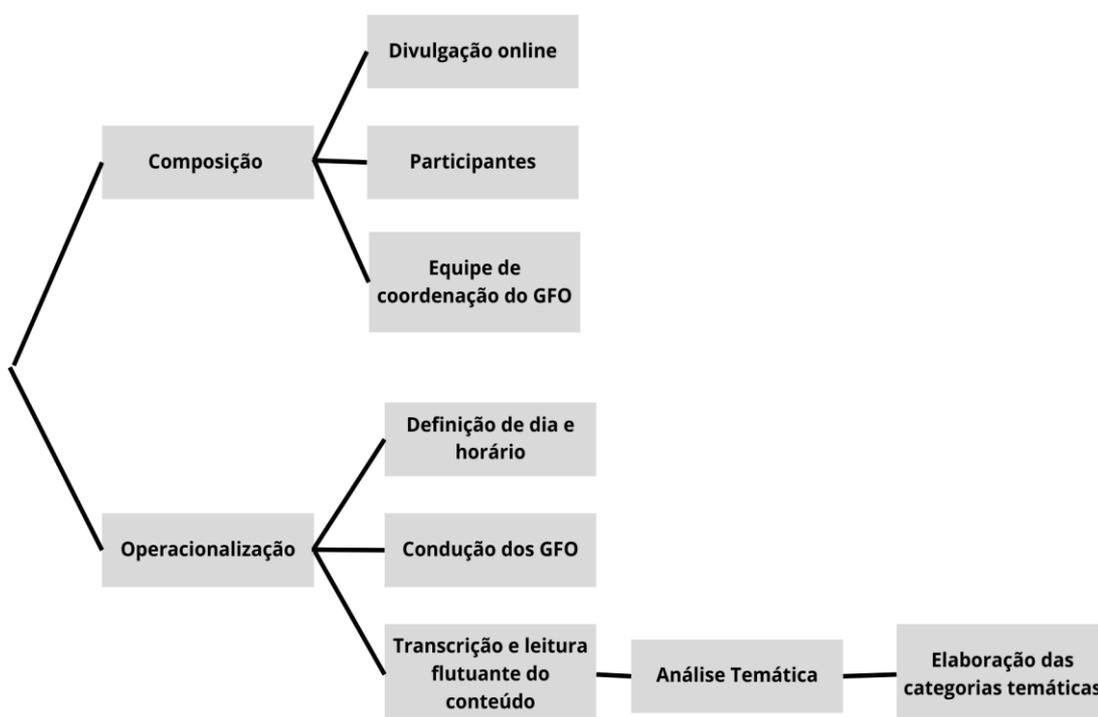
Os GFO, foram uniformemente estruturados em torno das mesmas questões norteadoras, as quais foram cuidadosamente desenvolvidas e validadas no formato de um roteiro semiestruturado. Cada sessão teve uma duração média de aproximadamente 90 minutos. Vale ressaltar que não foram utilizadas ferramentas de troca de mensagens ou chat durante a realização dessas sessões. Em vez disso, optou-se por empregar um roteiro semiestruturado composto por questões abertas, que serviram como guia para a condução dos grupos focais e para atingir os objetivos da pesquisa de maneira aprofundada e coerente. Foi conduzido um GFO piloto como uma etapa preparatória, visando qualificar e treinar os pesquisadores.

Os GFO foram conduzidos com a participação de dois pesquisadores, cada um desempenhando um papel específico. Um dos pesquisadores atuou como moderador, supervisionando o andamento das discussões, assegurando a equidade na participação dos membros e garantindo que os tópicos de pesquisa fossem abordados de maneira apropriada. Simultaneamente, o segundo pesquisador assumiu o papel de relator, concentrando-se em aspectos técnicos, como a qualidade da gravação das sessões e o acompanhamento de possíveis problemas de conexão dos participantes, prontamente restabelecendo o contato com aqueles que eventualmente saíssem da reunião online sem aviso prévio. Essa divisão de funções assegura uma condução eficiente e organizada.

As interações foram registradas em áudio e vídeo, utilizando um software especializado para esse fim. É importante ressaltar que todos os participantes mantiveram suas câmeras ligadas durante a condução dos grupos, mesmo quando não estavam falando ativamente, garantindo um registro completo das sessões. Após a conclusão de cada grupo, os pesquisadores realizaram uma reunião online para discutir suas observações e primeiras impressões sobre os dados coletados.

Os conteúdos foram transcritos e passaram por uma análise cuidadosa para identificar temas recorrentes. Esse processo envolveu a leitura minuciosa das transcrições, a identificação e agrupamento de unidades de significado relevantes, bem como a construção de categorias de análise temáticas. Esse método permitiu uma compreensão mais profunda dos insights fornecidos pelos participantes. O fluxograma 1 apresenta as principais etapas dos GFO.

Fluxograma 1: Etapas de realização dos GFO



Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Para a apreciação dos dados transcritos foi utilizado o método da Análise Temática, que pode ser compreendida como o conjunto de técnicas de análise de comunicações, que visa obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e captação das variáveis presentes nestas mensagens. (Minayo, 2010). Conforme apresentado por Minayo (2010) a análise temática compreende três etapas: 1ª se constitui da pré análise que se dá pela escolha dos documentos que serão analisados; retomada das hipóteses e dos objetivos iniciais da pesquisa, podendo reformulá-las confrontando com o material coletado, e na formulação de indicadores que possam orientar a interpretação final

dos dados; a 2ª etapa se dá pela exploração do material, onde o investigador busca encontrar categorias que são expressões ou palavras com significados em relação ao conteúdo de uma fala, essa categorização consiste em um processo de redução do texto às palavras e expressões significativas; a 3ª etapa consiste no tratamento dos resultados obtidos e em sua interpretação.

Durante o percurso da análise as seguintes etapas foram seguidas: leituras flutuantes das fontes de pesquisa (conjunto de gravações/transcrições dos GFO); Identificação de núcleos temáticos; Discussão de temas encontrados com o referencial teórico trabalhado anteriormente; Estabelecimento de conclusões com base nos resultados do estudo.

Todos os procedimentos previstos na legislação brasileira vigente foram adotados, seguindo o projeto aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC, sob o CAAE 24963919.4.0000.0121. No link enviado, antes de responder o questionário sociodemográfico, os participantes marcaram uma caixa na página dando o consentimento de participação e tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C).

## **6 - RESULTADOS:**

No que diz respeito ao perfil dos participantes, a tabela 1 apresenta os dados detalhados referente ao perfil dos participantes. Observou-se uma ampla faixa etária, variando de 19 a 34 anos, com uma média de 27,3 anos. Além disso, a análise demográfica revelou que a maioria dos entrevistados reside em capitais, sendo que São Paulo (SP) desponta como a localidade mais predominante, seguida por Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC) e Curitiba (PR). No que tange à procedência geográfica dos participantes a maioria deles provinha das regiões Sul e Sudeste do Brasil, com uma representação significativa de 56,3% e 28,1%, respectivamente. No entanto, vale destacar que o estudo contou com a participação de pessoas oriundas de todas as diferentes regiões do país. Essa diversidade regional enriqueceu ainda mais a amostra, permitindo uma visão abrangente das experiências e perspectivas de pessoas provenientes de diferentes contextos e realidades geográficas dentro de um país continental. Isso contribuiu para uma análise mais completa e representativa dos dados coletados.

Em relação à orientação sexual, a diversidade também se destacou. Um total de 56,3% dos participantes se declarou como heterossexual, 18,8% como gay, 15,6% como bissexuais, 6,3% identificaram-se como lésbicas e 3,1% como pansexuais. No que concerne à expressão de gênero, 53,1% dos entrevistados afirmaram se expressar como mulher, enquanto 40,6% se identificaram como homens e 6,3% como não-binária. Quanto à autodeclaração étnico-racial, a maioria, ou seja, 78,1%, se autodeclarou como branco, 12,5% como preto e 9,4% como pardo. Em relação ao nível de escolaridade, 31,3% dos participantes possuem ensino superior incompleto, 21,9% concluíram o ensino médio ou equivalente, e 46,9% têm ensino superior completo. Esses dados evidenciam a heterogeneidade do grupo de participantes e proporcionam uma compreensão mais abrangente das características demográficas da amostra.

Tabela 1 – Perfil dos participantes dos Grupos Focais Online

<b>Variáveis</b>	<b>n (32)</b>	<b>Participantes Grupos Focais Online %</b>
<b>Expressão de Gênero</b>		
Masculino	13	40,6%
Feminino	17	53,1%
Não Binário	2	6,3%
<b>Orientação Sexual</b>		
Heterossexual	18	56,3%
Gay	6	18,8%
Lésbica	2	6,3%
Pansexual	1	3,1%
Bissexual	5	15,6%
<b>Faixa Etária</b>		
18-24	7	21,9%
25-34	25	78,1%
<b>Raça/Etnia</b>		
Branco	25	78,1%
Preto	4	12,5%
Pardo	3	9,4%
<b>Escolaridade</b>		
Ensino médio completo ou equivalente	7	21,9%
Ensino Superior incompleto ou equivalente	10	31,3%
Ensino Superior completo ou equivalente	15	46,9%

<b>Região de Origem</b>		
Norte	2	6,3%
Nordeste	1	3,1%
Centro-Oeste	2	6,3%
Sudeste	9	28,1%
Sul	18	56,3%
<b>Identidade de gênero</b>		
Cisgênero	17	53,1%
Transgênero	15	46,9%

Fonte: Elaborado pelos autores

Na tabela 2, estão estratificados os dados específicos das 14 pessoas trans que participaram dos grupos participantes dos GFO, 64,3% se expressam enquanto femininas, 28,6% como masculinas e 7,1% como não-binárias. Quanto à orientação sexual, 85,7% são heterossexuais, 7,1% pansexuais e 7,1% bissexuais. A faixa etária predominante é de 25-34 anos (78,6%), seguida por 18-24 anos (21,4%). Em relação à raça/etnia, 71,4% são brancas, 21,4% pretas e 7,1% pardas. Quanto à escolaridade, 50% possuem ensino médio completo, 42,9% têm ensino superior incompleto e 7,1% concluíram o ensino superior.

Na distribuição regional, 42,9% são da região Sudeste, 42,9% da região Sul, 7,1% da região Norte e 7,1% da região Centro-Oeste, não havendo participantes da região Nordeste. Esses dados evidenciam a diversidade e complexidade das experiências das pessoas trans nos GFO.

Tabela 2– Perfil das pessoas trans participantes dos Grupos Focais Online

<b>Variáveis</b>	<b>Participantes Grupos Focais Online</b>	
	<b>n (14)</b>	<b>%</b>
<b>Expressão de Gênero</b>		
Masculino	4	28,6%
Feminino	9	64,3%
Não Binário	1	7,1%
<b>Orientação Sexual</b>		
Heterossexual	18	85,7%
Pansexual	1	7,1%
Bissexual	1	7,1%
<b>Faixa Etária</b>		
18-24	3	21,4%

25-34	11	78,6%
<b>Raça/Etnia</b>		
Branco	10	71,4%
Preto	3	21,4%
Pardo	1	7,1%
<b>Escolaridade</b>		
Ensino médio completo ou equivalente	7	50%
Ensino Superior incompleto ou equivalente	6	42,9%
Ensino Superior completo ou equivalente	1	7,1%
<b>Região de Origem</b>		
Norte	1	7,1%
Nordeste	0	0,0%
Centro-Oeste	1	7,1%
Sudeste	6	42,9%
Sul	6	42,9%

Fonte: Elaborado pelos autores

A análise interseccional dos dados referentes às pessoas trans em relação à participação em práticas esportivas destaca a complexidade das experiências desses indivíduos, evidenciando a importância de considerar as interações entre diferentes marcadores sociais. Entender as interseções entre gênero, classe social, cor da pele e espaço geográfico é crucial para compreender como essas variáveis influenciam o acesso a diferentes espaços sociais, assim como no contexto esportivo, uma abordagem interseccional é crucial para compreender as complexidades dessas vivências.

Partindo para os GFO, eles emergiram como uma ferramenta crucial para pesquisas envolvendo grupos mais vulneráveis e marginalizados, como a população trans. Portanto, entende-se que os dados obtidos por meio dos GFO são igualmente enriquecedores em comparação com os dados coletados presencialmente. No momento da coleta, devido às restrições impostas pela pandemia, as pessoas estavam impossibilitadas de realizar as práticas esportivas. Essa limitação resultou em relatos de ansiedade, sentimento de exclusão e abandono.

Comparado aos grupos presenciais, fica impossibilitado analisar gestos e comportamentos; no entanto, outros fatores podem ser considerados, como expressões faciais (quando as câmeras estão ligadas), formas de escrita durante a

utilização do chat e tonalidades da voz, quando a comunicação é realizada de maneira auditiva. Vale ressaltar que as diferentes realidades, envolvendo pessoas em diversos locais, propiciaram que as pessoas trans conhecessem possibilidades de inserção nas práticas esportivas que não faziam parte de sua realidade anterior. Isso inclui a participação em equipes compostas por várias pessoas trans, equipes mistas, ligas e campeonatos destinados à população LGBTI+, entre outras oportunidades.

Conforme o regimento interno do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFSC, para além do perfil dos participantes e apontamentos sobre a trajetória da pesquisa, os resultados da presente dissertação foram apresentados em formato de dois artigos. Na medida dos interesses dos pesquisadores, o Artigo 1 nomeado Transexualidade e práticas esportivas: uma análise a partir da teoria do reconhecimento, será submetido para a *Revista Estudos Feministas*. O Artigo 2 intitulado “*Práticas Esportivas e Pessoas Trans: a Promoção da Saúde como forma de (re) existir*” será submetido para a Revista Saúde e Sociedade.

## 6.1 - Artigo 1 - Transexualidade e práticas esportivas: uma análise a partir da teoria do reconhecimento

João Batista de Oliveira Junior  
Rodrigo Otávio Moretti Pires

**Resumo:** As lutas contemporâneas das pessoas trans buscam um reconhecimento que vá além das barreiras de sexo e gênero, considerando suas demandas para além dos aspectos jurídicos e dos direitos básicos, sendo assim, o objetivo deste trabalho foi de analisar a inclusão das pessoas trans nas práticas esportivas, utilizando como base a teoria do reconhecimento. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada com 32 participantes que foram divididos em cinco grupos focais online. Um questionário semiestruturado foi aplicado para coletar dados sociodemográficos. Utilizou-se a análise temática para discutir os dados. O estudo identificou três eixos temáticos: 1) Contexto de inserção das pessoas trans no esporte - não reconhecimento; que aponta a ausência de reconhecimento através de experiências esportivas marcadas por violência, questionamentos e constante indagação sobre a legalidade da presença desses corpos. 2) A urgência da ampliação do debate sobre Esporte – as diferentes facetas do esporte e a possibilidade de reconhecimento (possibilidade de reconhecimento), que aborda as práticas esportivas como forma de socialização e sobrevivência. E 3) Reconhecimento e passabilidade - a cisheteronormatividade enquanto regulador do reconhecimento, que discorre como o reconhecimento está vinculado à proximidade com categorias inteligíveis do masculino e feminino hegemônico. A pesquisa revelou que as pessoas trans enfrentam barreiras de reconhecimento, afetando sua inserção no esporte. No entanto, a participação delas nas práticas esportivas tem o potencial de desestabilizar as normas de gênero.

**Palavras chave:** Minorias Sexuais e de gênero; esporte; teoria do reconhecimento

**Abstract:** The contemporary struggles of transgender individuals seek recognition beyond the barriers of sex and gender, considering their demands beyond legal aspects and basic rights. Thus, the aim of this study was to analyze the inclusion of transgender individuals in sports practices, using the recognition theory as a foundation. It is a qualitative research conducted with 32 participants divided into five online focus groups. A semi-structured questionnaire was used to collect sociodemographic data. Thematic analysis was employed to discuss the data, identifying three thematic axes: 1) Context of transgender inclusion in sports - non-recognition, indicating the absence of recognition through sports experiences marked by violence, questioning, and constant inquiry about the legality of these bodies' presence. 2) The urgency of expanding the sports debate - the different facets of sports and the possibility of recognition, addressing sports practices as a form of socialization and survival. 3) Recognition and passability - cisheteronormativity as a regulator of recognition, discussing how recognition is linked to proximity to intelligible categories of hegemonic masculinity and femininity. The research revealed that transgender individuals face recognition barriers, impacting their sports inclusion. However, their participation in sports practices has the potential to destabilize gender norms.

**Keywords:** Sexual and gender minorities; sports; recognition theory.

## **Introdução:**

As desigualdades relacionadas à população LGBTI+<sup>8</sup>, em especial com a população trans, são o resultado da interseção de diversas formas de discriminação em um contexto complexo, gerando sofrimento, exclusão e profundas disparidades sociais. Essa marginalização surge como uma consequência do rompimento das normas de gênero, que torna as pessoas trans <sup>9</sup> os principais alvos de preconceito e discriminação no país (Simpson, 2015).

Ao abordar a transexualidade, é utilizada a definição de Berenice Bento, que destaca um conflito entre as normas de gênero estabelecidas e a identidade das pessoas trans, divergindo daquela atribuída com base no sexo de nascimento. Pessoas trans enfrentam discriminação e buscam reconhecimento de sua autonomia, identidade e direitos, devido à inadequação à cisnormatividade <sup>10</sup> de gênero, uma forma de poder que classifica os corpos e muitas vezes não reconhece ou reconhece de maneira inadequada identidades que não se conformam com essa norma (Da Silva, 2020; Butler, 2015).

As lutas contemporâneas das pessoas trans podem ser ilustradas nas lutas jurídicas de uso do nome social, acesso às terapias hormonais, utilização de banheiros a partir de sua identidade de gênero, entre outros (COELHO et al, 2018). Nesse sentido, observamos questões ainda pautadas a partir de uma matriz binária e cisheteronormativa.

A Teoria do Reconhecimento circunscreve-se na teoria crítica e tem sido utilizada para analisar as sociedades contemporâneas (Mattos, 2006). A partir da ótica

---

<sup>8</sup> LGBTI+ – utilizaremos no decorrer desse texto a sigla LGBTI+ (padronizada pela ABRASCO) nos referindo a população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, intersexual e demais orientações sexuais e identidades de gênero.

<sup>9</sup> Pessoas trans é a forma ampliada que será usada ao longo desse trabalho para falar sobre o coletivo das identidades trans que serão mencionadas no decorrer do mesmo e se refere a Travestis, Mulheres transexuais, Homens trans, pessoas Transmasculinas e Não Binárias.

<sup>10</sup> A Cisheteronormatividade corresponde às normas político-sociais que impõem práticas e códigos cisgêneros e heterossexuais a todas as pessoas. Refere-se ao ideal normativo de uma sociedade que tem os corpos cis e a heterossexualidade como dispositivos de regulação de desejos, práticas sexuais, expressões e identidades de gênero.

da teoria do reconhecimento, pautada por Judith Butler e Paddy McQueen, lançamos enquanto proposta analisar a inserção das pessoas trans nos espaços esportivos.

Sob essa ótica, o ato de reconhecer alguém não se limita a corrigir injustiças ou promover inclusão social, mas implica uma revisão profunda de todo o conjunto normativo que determina quem é ou não digno de reconhecimento, quem se ajusta ou não aos padrões e condições de "reconhecibilidade" (McQueen, 2015).

Este trabalho destaca lutas que visam um reconhecimento que transcende as barreiras de sexo e gênero, atendendo às necessidades das pessoas trans além das questões legais e dos direitos fundamentais. As práticas esportivas englobam diversas facetas, abrangendo aspectos comerciais, culturais, de estilo de vida, econômicos, sociais, educacionais, de saúde e de pesquisa científica (ATHAYDE et al., 2016). A participação de pessoas trans é especialmente controversa, com o esporte de alto rendimento sendo um ponto central das discussões devido às regulamentações institucionais relacionadas a gênero e sexo. No entanto, é crucial ampliar o diálogo sobre a inclusão das pessoas trans no contexto das práticas esportivas.

Deste modo, este estudo teve como objetivo analisar a inserção das pessoas trans no contexto das práticas esportivas, a partir do aporte conceitual da teoria do reconhecimento.

### **Metodologia:**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que utilizou grupos focais online síncronos. A coleta de dados ocorreu por meio da plataforma Cisco Webex Meetings ~~devido às restrições impostas pela pandemia de COVID-19, que impediram a formação de grupos focais presenciais.~~ Os participantes da pesquisa foram atores sociais relacionados ao contexto da transexualidade no esporte, como pessoas trans, atletas e profissionais que estivessem inseridos e atuantes nas práticas esportivas.

O recrutamento dos participantes foi realizado exclusivamente por meio das redes sociais, especificamente no Instagram e WhatsApp, por meio de um convite de acesso público. Os voluntários foram contatados por e-mail, WhatsApp e Instagram, nos quais receberam informações detalhadas sobre o tema, a importância e os objetivos da pesquisa, além de terem acesso e oportunidade de esclarecer dúvidas em relação ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Com o propósito de

aprofundar a compreensão dos participantes, foi disponibilizado um link para que eles respondessem a um questionário abrangente, abordando informações sociodemográficas como gênero, raça, educação e renda. Todos os 32 participantes responderam ao questionário na íntegra, o que contribuiu para uma análise completa.

A técnica de grupos focais online (GFO), de forma síncrona, usando videoconferência conforme sugerido por Fricker (2012), foi empregada como método de coleta de dados. Os GFO desempenham um papel fundamental em pesquisas que abordam questões relacionadas às pessoas trans (Fontenot et al, 2020).

Os participantes foram divididos conforme a identidade de gênero e orientação sexual, configurando os cinco grupos seguintes (N=32): G1, mulheres trans (N=09); G2, homens trans (N=5); G3, pessoas cis LGB 'atletas' 1 (N=6); G4, profissionais cis LGB (N=7) e G5, profissionais cis heterossexuais (N=5).

Os GFO, com duração média de uma hora e trinta minutos, foram gravados e transcritos na íntegra. Dois pesquisadores fizeram a moderação das discussões, sendo responsáveis pela mediação, registro e aspectos técnicos. O diálogo foi orientado por perguntas norteadoras, incentivando uma interação confortável e aberta. Foi explicado que o silêncio seria considerado concordância, enquanto incentivos foram fornecidos para expressar divergências e aspectos relevantes durante as conversas (Minayo, 2010).

Os dados foram analisados por meio da Análise Temática, um método que visa a identificação de indicadores para compreender a produção e captação dos dados (Minayo, 2010). O processo envolveu três etapas: a seleção dos documentos, revisão das hipóteses e objetivos iniciais, e a criação de indicadores para orientar a interpretação dos dados. Posteriormente, o material foi explorado para identificar palavras e expressões significativas relacionadas ao conteúdo. Por fim, os resultados foram tratados e interpretados, integrando a teoria e o conteúdo das entrevistas, a fim de agrupar os achados em temas relevantes que enriqueceram a discussão dos resultados (Braun; Clarke, 2006).

Os procedimentos éticos realizados em consonância com a legislação brasileira foram seguidos, conforme o projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC, sob o CAAE 24963919.4.0000.0121. Antes de responderem ao questionário sociodemográfico, os participantes foram solicitados

a marcar uma caixa na página, indicando seu consentimento para participação, e tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE C).

## **Resultados e Discussão**

Os participantes da pesquisa apresentaram o seguinte perfil sociodemográfico: as idades variaram entre 19 e 34, com média de 27,3 anos. A maior parte da amostra reside em capitais, sendo São Paulo (SP) a mais predominante, seguida por Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC) e Curitiba (PR). Quanto a orientação sexual, 56,3% se declarou heterossexual, 18,8% gay, 15,6% bissexuais, 6,3% lésbicas e pansexuais foram 3,1%. No que tange a expressão de gênero, 53,1% se expressa como mulher, 40,6% como homem e 6,3% como não-binária. Do conjunto, 78,1% se autodeclararam como branco, 12,5% como preto e 9,4% como pardo. Quanto à escolaridade, 31,3% têm ensino superior incompleto, 21,9% têm o ensino médio ou equivalente, 46,9% têm ensino superior.

A inserção das pessoas trans no contexto das práticas esportivas foi apresentada a partir de temas centrais: 1) Contexto de inserção das pessoas trans no esporte – a experiência do não reconhecimento; 2) A urgência da ampliação do debate sobre Esporte – as múltiplas faces do esporte e a possibilidade de reconhecimento e 3) Reconhecimento e passabilidade - a cisheteronormatividade como regulador do reconhecimento.

### **1) Contexto de inserção das pessoas trans nas práticas esportivas – a experiência do não reconhecimento**

A ausência de reconhecimento no contexto da inserção das pessoas trans nas práticas esportivas foi apontada nos diferentes GFO, caracterizada pelas experiências de negação de suas identidades, bem como pela falta de inclusão e equidade nas práticas esportivas. Esses aspectos foram percebidos tanto pelos grupos compostos por pessoas trans, quanto por aqueles formados por profissionais e atletas.

A ciência, prova que não há vantagem, né? Então a questão é simplesmente transfobia. Não querem os nossos corpos ocupando esses espaços. **GF** mulheres trans

Eu gostava de estar ali, gostava de jogar, mas quando comecei a transição, sentia que as pessoas não queriam que eu estivesse ali, isso começou a me incomodar e então eu abandonei o esporte, eu larguei, não continuei por causa disso. E também porque não poderia competir no time masculino e eu

não queria mais competir no feminino. Eu pensei: "Não, não me sinto feliz assim, então não vou mais continuar". E acabei deixando o handebol de lado. Apesar de amar jogar muito. – GF homens trans

Ao comparar os grupos compostos por pessoas trans, percebe-se uma marcante diferenciação nas experiências esportivas vivenciadas por cada um deles.

Mulheres trans frequentemente relatam experiências esportivas marcadas pela violência e por questionamentos relacionados a suposta vantagem física, enquanto homens trans, apontam outros desafios, sobretudo, por uma inferioridade física atribuída discursivamente a esses corpos, tais experiências se diferenciam principalmente por questões relacionadas diretamente às normas binárias de gênero.

As questões relacionadas à inclusão de pessoas trans nas práticas esportivas ocorrem em um cenário que enfrenta disparidades ligadas à identidade de gênero, que difere da cisgeneridade, e que também abrange as desigualdades de gênero em relação à predominância ou privilégio do masculino sobre o feminino. Isso se evidencia ao analisarmos as diretrizes esportivas profissionais estabelecidas pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), uma autoridade de referência global no esporte, por meio do relatório "IOC Consensus Meeting on Sex Reassignment and Hyperandrogenism" (novembro de 2015). Esse relatório promoveu alterações nas regulamentações que regem a participação de atletas trans nas Olimpíadas.

Nesse documento, foi estipulado que apenas mulheres transexuais devem manter os níveis de testosterona regulados, ou seja, abaixo de 10 nanomols por litro de sangue nos últimos 12 meses e durante todo o período da competição. Além disso, as mulheres trans devem ser oficialmente reconhecidas como pertencentes ao gênero feminino. Isso representa uma mudança em relação ao decreto anterior, que estabelecia que mulheres transexuais só poderiam competir em eventos femininos após realizarem cirurgia de redesignação sexual. Essas regulamentações apontam para formas de controle dos corpos. Por exemplo, o documento mencionado acima determina que atletas transexuais que desejam competir em equipes femininas devem se submeter a terapia hormonal, mudança de nome e reconhecimento de gênero. Por outro lado, para homens transexuais, o documento não impõe nenhuma exigência específica (Silvestrin, Vaz, 2021).

O corpo do homem trans, ao ser lido socialmente, a partir de uma inteligibilidade binária, é pensado enquanto um corpo 'feminino' frágil e que não gera riscos ao tentar

ingressar num espaço criado para o masculino. As narrativas apontaram para o esporte enquanto um recurso perpetuado e utilizado para obtenção de um corpo masculinizado, através da obtenção de massa muscular, sendo modalidades específicas, como a musculação, as mais praticadas (Rego, 2014; Silvestrin, 2021).

As experiências são marcadas por diversas formas de violência, seja pelo não reconhecimento de suas identidades, pela constante indagação sobre a legalidade desses corpos ocuparem esses espaços, pela marginalização dos corpos que não performam características inteligíveis dentro do modelo binário, entre outras.

O esporte imita a vida em sociedade, não querem nossos corpos ocupando esses espaços – GF mulheres trans

Nos grupos focados nas pessoas trans emergiram argumentos que revelam a discussão como anterior às práticas esportivas, ou seja, a existência desse grupo por si só já é um constante desafio. Foram apontadas diversas experiências, sobretudo no grupo das mulheres trans e travestis, relatando que a transfobia se dá nos diferentes espaços sociais, sendo o esporte mais um deles.

A nossa vida poderia ser um pouco mais fácil, né? Ou menos difícil, né? E nem sempre a gente vai ter forças realmente para lutar, né? Pra persistir – GF mulheres trans

No contexto atual, embora as práticas esportivas sejam vistas como espaços importantes, elas ainda perpetuam a exclusão social baseada em uma matriz cisheteronormativa, que está em voga em um cenário social. Deste modo, as barreiras para a inserção das pessoas trans nessas práticas são anteriores, elas se configuram em um espaço de relações de poder que reproduzem as normas sociais, elas autorizam quem pode ou não ser reconhecido nesse contexto, portanto, 'os atos de reconhecimento em si farão parte dos mecanismos de poder através dos quais o sujeito, como entidade reconhecível, é produzido e mantido' (McQueen, 2015).

É importante considerar as reflexões de McQueen, 2015, que destaca que identidades transgressoras geram resistência política institucional. Tanto os resultados desta pesquisa quanto a literatura destacam que as pessoas trans, especialmente mulheres trans, enfrentam dificuldades para inserção no contexto esportivo, bem como nos demais espaços sociais. Tal concepção alinha-se ao

conceito de McQueen (2015), identificada como o resultado de novas normas governamentais estratégicas que constroem, regulam, censuram e até mesmo apagam grupos específicos. O autor também afirma que desvios da norma são usados para apontar pessoas como marginais e "a exceção", justificando assim sua exclusão e quaisquer omissões resultantes. McQueen (2015) acrescenta ainda que a luta pelo reconhecimento das pessoas trans não se limita apenas ao reconhecimento em si, mas também abrange uma disputa ontológica sobre o que é digno de reconhecimento.

As pessoas trans, neste conjunto de grupos minoritários, buscam uma libertação dos padrões hegemônicos pautados pelo autoritarismo das majorias, sendo fundamental a sua representatividade dentro dos mais diferentes setores sociais, pois esta população ainda sofre com a ausência de execução de direitos básicos como: saúde, educação e emprego (Coelho et al., 2018).

O olhar demonstrado pelos grupos compostos por pessoas cis revelaram uma percepção sobre a transexualidade no esporte pautada a partir de uma matriz cisheteronormativa e sob uma ótica biológica, sobretudo, com base nas supostas vantagens que as mulheres trans possuem ou não, alegando que se existe uma permissão científica que eles não seriam contra, mas que tais condições devem ser estudadas. A importância dessa investigação é sabida e não se tem a intenção de aprofundar neste debate, no entanto, tais posicionamentos demonstram um olhar sob uma matriz cisheteronormativa, onde as pessoas trans necessitam se adequar aos padrões binários para se inserir em um contexto esportivo.

A participação das pessoas trans em práticas esportivas é influenciada por diferentes atores sociais, como instituições esportivas, torcedores, espectadores e outros não especialistas, o que resulta em um cenário com várias opiniões, muitas delas sem embasamento teórico e frequentemente impregnadas de transfobia. A existência das pessoas trans é uma realidade social que requer um debate consolidado e urgente para possibilitar sua participação plena em todos os espaços (Silvestrin, Vaz, 2021).

A discussão sobre a transexualidade no contexto das práticas esportivas precisa ser debatida entre os diferentes atores e instituições que se relacionam com a temática, pois o reconhecimento sempre consiste em auto-reconhecimento e reconhecimento dos outros, de tal forma que as relações de poder desempenham um

papel importante no estabelecimento das bases sobre as quais as identidades e o sujeito são formados: o reconhecimento não é externo à relação entre sujeito e poder (McQueen, 2015; Butler, 2015).

As dificuldades enfrentadas pelas pessoas trans nesse cenário tornam suas vidas menos vivíveis, mas também podem se mostrar enquanto um espaço de subversão dessas identidades. Essas possibilidades e impossibilidades serão debatidas na próxima sessão.

## **2) A urgência da ampliação do debate sobre Esporte – as múltiplas faces do esporte e a possibilidade de reconhecimento**

As falas evidenciaram as desigualdades de gênero nas experiências esportivas desde a infância até a vida adulta. Os relatos demonstram manifestações sexistas que começam no esporte escolar, onde os esportes são direcionados separadamente para meninos e meninas, limitando a vivência múltipla de configurações/normas de gênero que são anteriores.

Eu mesmo, quando era obrigado a jogar futebol com garotos, sentia muita raiva por não ter a liberdade de escolher. Isso mostra que a transfobia já está presente nas políticas educacionais e nas aulas de educação física, que estabelecem times separados por gênero sem considerar outras possibilidades – **GF mulheres trans**

A importância das práticas esportivas como um direito constitucional e humano é amplamente reconhecida internacionalmente. No entanto, a estrutura binária de gênero no esporte, dividida em categorias feminino e masculino, ainda exclui pessoas que não se encaixam nesse modelo tradicional, como as pessoas trans. A discussão sobre sua inclusão ainda se concentra principalmente em aspectos biológicos e no esporte de alto rendimento, ignorando outras dimensões desse contexto.

Tais vivências perpassam em um contexto de exclusão ao longo dos diferentes níveis, desde a educação física escolar até o esporte amador e de alto rendimento, onde as pessoas trans enfrentam obstáculos que limitam sua participação plena nesses espaços devido às normas corporais construídas com base em concepções binárias de gênero (Camargo, 2020).

É importante ressaltar a relevância desses apontamentos no debate sobre a inserção das pessoas trans no esporte, pois grande parte da literatura tem como foco o esporte de alto rendimento, deixando de lado as outras possibilidades de inserção,

que se comparadas, se aproximam muito mais dos grupos populacionais, pois fazem parte dos diferentes ciclos de vida. É importante salientar que a prática esportiva é uma atividade diversificada, abrangendo uma variedade de valores, significados e formas. Pode se manifestar em contextos comerciais, industriais, culturais e como parte do estilo de vida, com relevância econômica. Além disso, o esporte é visto como um meio de socialização, educação e formação, uma estratégia para a promoção da saúde e também um objeto de investigação científica (Athayde et al., 2016).

De Camargo e Kessler (2017) pontuam que os corpos que não se enquadram dentro das proposições dos esportes, são excluídos de qualquer contexto, seja na educação, lazer ou alto rendimento, o que também pode ser estendido para as relações de identidade de gênero e sexualidade.

Exemplo disso são os diversos projetos de leis que buscam cristalizar que o critério único para a definição de gênero em competições esportivas oficiais seja o sexo biológico, como o Projeto de Lei nº 2.200/2019 em âmbito federal, o Projeto de Lei catarinense n. 16/2023 em nível estadual, e legislação já em vigor em Boa Vista (RR). O projeto de caráter nacional apresenta a seguinte ementa “Dispõe sobre a proibição da participação de atletas transexuais do sexo masculino **(HOMENS TRAVESTIDOS OU FANTASIADOS DE MULHER)** - grifo nosso - em competições do sexo feminino em todo o Território Nacional”. Em síntese, a ementa do projeto de caráter nacional explicita uma postura transfóbica, destacando-se pelo profundo apagamento das identidades trans ao proibir, de maneira estigmatizante, a participação de atletas trans em competições em todo o Território Nacional.

Fazendo uma leitura a partir da teoria do conhecimento, McQueen (2015) aponta que as pessoas trans lutam para além de uma demanda para serem reconhecidas, mas sim, uma luta de base ontológica em relação ao que é reconhecível, demonstrando essa exclusão geral, seja lá qual o contexto esportivo analisado.

Sejam os resultados da presente pesquisa ou os encontrados na literatura vão apontar para como há diversas tentativas para impossibilitar o acesso das pessoas trans no esporte, sobretudo, de uma população que sofre diversos apagamentos sociais, em concordância com o conceito de McQueen (2015) de que se trata de novas

elaborações estratégicas das normas que governam, em processos pelos quais grupos específicos são construídos, regulados, censurados e até mesmo apagados.

Os atos que constituem o gênero são regidos por normas institucionalizadas que impõem certos modos de comportamento, pensamento, fala e até moldam nossos corpos. O processo de se tornar um sujeito generificado é um processo altamente regulado e normatizado, que governa o que é considerado inteligível e formas viáveis de identidade. Como resultado, todas as construções positivas das categorias de gênero serão excludentes e contestáveis (Butler, 2015; McQueen, 2015).

É importante ressaltar que as práticas esportivas foram apontadas enquanto um dispositivo importante na experiência de vida das pessoas trans, sendo uma possibilidade de socialização, de construção de redes de apoio e sobretudo de existência.

Eu usava o esporte como válvula de escape. Era uma forma de extravasar quando me sentia muito ansioso. Jogar futebol ou fazer musculação era uma boa maneira de liberar essa ansiedade e também contribuía para a minha autoestima. Participar de esportes coletivos me permitia interagir com outras pessoas, e isso tinha um impacto significativo na minha autoestima. Para mim, era um reforço positivo nesse sentido.

As práticas esportivas foram apontadas enquanto espaços e momentos considerados enquanto válvulas de escape das dificuldades enfrentadas nos diferentes âmbitos de vida. Os benefícios extrapolam a questão física e/ou biológica apontando enquanto uma prática que continuou dando sentido à luta pela existência e como colocada 'resistência' em permanecer vivas em uma sociedade que busca a aniquilação dos corpos dissonantes nos menores detalhes.

(...) o esporte, ele fez com que eu tivesse uma possibilidade de ter uma perspectiva diferente daquela que estava imposta para mim, levando em consideração que, de um modo geral, qualquer outra formatação de profissão acaba sendo muito distante – GF mulheres trans  
(...) o esporte para mim, ele me deu uma oportunidade de continuar investindo na Esperança – GF mulheres trans

Apesar das polêmicas e arbitrariedades envolvendo os corpos trans no contexto esportivo, pautar as potencialidades do mesmo são fundamentais para avanços dos direitos sociais das pessoas trans, seja no nível amador ou profissional. Assim como os achados deste trabalho, outros estudos apontaram os benefícios da inserção das pessoas trans nas práticas esportivas, sobretudo, relacionados ao sentimento de pertencimento e representatividade nesses espaços (Silvestrin, 2021; Ferreira, Garcia, 2023).

As lutas pela inserção nos esportes de alto rendimento foram apontadas fundamentais, sobretudo, por se configurarem enquanto uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho, possibilitando uma nova forma de sobrevivência.

(...) uma forma de sobrevivência na sociedade que ela é normativa, que ela exclui a gente e passam que só tenhamos muitas das vezes, 90% das vezes a prostituição como forma de subsistência – GF mulheres trans

O esporte de alto rendimento se mostra enquanto um palco importante para que a população trans tenha novos referenciais dos espaços que podem ocupar, movimentando a inserção, interesse e promoção de espaços mais inclusivos e preparados. Ainda, sua inserção permite repensar e desestabilizar os conceitos cristalizados de gênero e sua representação dentro do esporte, tendo protagonistas esportivos que fogem do padrão cisheteronormativo. O esporte desempenha um papel de extrema importância nesse diálogo, pois sua influência social e seu papel inclusivo são elementos de grande relevância.

(...) conseguir a inclusão dentro até mesmo do mercado de trabalho, uma nova forma de conseguir adentrar no mercado de trabalho através do esporte, que é uma coisa muito importante. Eu acho que essa é uma das principais relevâncias de levantarmos a Bandeira para as pessoas que são trans no meio esportivo – GF mulheres trans

Um dado relevante, quando se pensa nas possibilidades de reconhecimento, é a cidade de nascimento e de residência das pessoas trans participantes do estudo. Embora haja representantes de diferentes cidades e estados (cidade natal), grande parte reside em grandes centros e capitais, buscando novas oportunidades, inclusive no âmbito esportivo. Outros estudos também indicaram essa tendência na população LGBTI+ e, especialmente, na população trans.

É fundamental a expansão dos esportes para dentro do país, sendo uma necessidade para a população em geral. Quando se pensa na população trans, isso é ainda mais urgente. No entanto, dados desse estudo demonstram um enorme despreparo profissional, e mais do que isso, uma sociedade que não reconhece a população trans enquanto pessoas de direito.

A formação adequada dos profissionais que estão envolvidos no contexto esportivo foi apontada como crucial para uma maior possibilidade de inserção e continuidade das pessoas trans no universo esportivo. Houve diversos relatos apontando experiências negativas e de exclusão relacionados a professores, técnicos e outros profissionais, no entanto, há relatos de profissionais que foram responsáveis pelo acolhimento e desenvolvimento de pessoas trans, resultando em benefícios para além do contexto esportivo.

"Nós tivemos uma aluna que começou a se reconhecer enquanto uma menina trans durante o período que ela praticava algumas modalidades esportivas conosco... Acho que é assim. Ela se sentia confortável, muito pela relação com os professores. Dessa forma, a gente conseguia proporcionar oportunidades e o refúgio dela era o esporte.... Ela tinha liberação de uso no banheiro feminino, isso era o caos para o restante do clube, mas lutamos por esse direito com ela" - GF – profissionais cishet

Sofria preconceito no ensino médio eu tive que me colocar no espaço porque os meninos não estavam respeitando... a atitude do professor foi muito bacana porque ele notou aquilo tudo e que a única vaga garantida era a minha.... nem todos os profissionais de educação física tem esse sentimento, esse feeling para nos incluir. Então eu tive a sorte, tive essa oportunidade de me desenvolver e continuar no esporte por conta dele – GF mulheres trans

A educação é um espaço com grande potencial para se refletir sobre o binarismo de gênero no contexto esportivo, no entanto, as aulas de educação física, espaços privilegiados na inserção esportiva, costumam perpetuar um olhar sexista e binário em sua prática, restringindo um diálogo mais humanizado e uma prática que reconheça identidades que extrapolam as normas cisheteronormativas. Para Camargo:

A educação física, como subproduto da educação, tem que tentar se livrar das amarras do binarismo de gênero, visto que se num momento anterior era o macho/fêmea (masculino/feminino) que vigorava no âmbito das práticas corporais e esportivas, agora há outros elementos em consideração, outros sujeitos que colocam em pauta uma tensão e que desestabilizam essa relação binária."(CAMARGO, 2017, p.143)

Com base nas considerações apresentadas nesta seção, torna-se fundamental expandir o debate sobre as questões de gênero e sexualidade para além da academia. Essa discussão precisa permear os diferentes espaços sociais. Além disso, a inclusão de corpos que transgridem as normas de gênero são fundamentais para questionar e desafiar essas normas e, quem sabe, possibilitar a existência de novas identidades para além do modelo binário. No entanto, até lá, talvez essa discussão não seja possível, considerando o conceito de "abjeto" de Butler, uma vez que essas

vidas ainda não são passíveis de luto. Nesse caso, pode não ser possível ter uma inclusão adequada no esporte ou em outros espaços projetados apenas para "vidas que importam".

No entanto, a inclusão desses corpos, mesmo dentro desse controle, possibilita que esses aspectos sejam discutidos e repensados (Silvestrin, 2021). Essa discussão, mesmo atravessada por diversos impasses, é fundamental para que haja uma possibilidade de reconhecimento da transexualidade no contexto esportivo. Partindo das relações de poder reivindicadas pelos sistemas normativos vigentes, pode-se pensar possibilidades para o reconhecimento, Mcqueen (2015) destaca que não é necessário continuamente procuram cultivar identidades imperceptíveis, incoerentes e irreconhecíveis, o autor aponta que para se obter o reconhecimento é importante fugir de modelos abstratos. Para o autor, é fundamental refletir sobre os problemas do reconhecimento, mas que é para busca e expansão dos direitos é fundamental pensar em demandas possíveis.

Contudo, a reflexão sobre a ambivalência gerada por esse reconhecimento é fundamental para que as relações de poder e exclusões pautadas nesse novo reconhecimento sejam colocadas em xeque de maneira permanente. Para exemplificar, Davy (2011, p. 13), discorre sobre o efeito ambivalente que o reconhecimento pode trazer, ao ser reconhecido enquanto 'transsexual' alguém pode ser percebido como um agente ativo que está buscando alcançar seus objetivos. Ao mesmo tempo, essa identificação pode normalizá-lo dentro de um espectro específico de experiência de gênero por meio do próprio processo de reconhecimento. Isso destaca a dualidade presente nas dinâmicas de reconhecimento, que podem tanto ampliar as possibilidades quanto limitar os indivíduos em seus esforços para construir uma identidade com a qual se identifiquem, fazendo com que outros sujeitos só possam ser reconhecidos a partir da experiência daquela 'nova' possibilidade de identidade trans.

Destaca-se que a inserção nas práticas esportivas são uma extensão das lutas por reconhecimento e acesso aos direitos fundamentais. Quando não há igualdade de acesso ao esporte, reflete-se a ausência de inclusão de todos os que o buscam como um direito. Portanto, é crucial abordar o esporte sob a perspectiva da pluralidade e da

diversidade, garantindo que ele esteja disponível para toda a sociedade e reconhecendo essa multiplicidade.

### **3) Reconhecimento e passabilidade - a cisheteronormatividade como regulador do reconhecimento.**

As possibilidades de inserção no contexto esportivo são relacionadas a uma aproximação de um padrão cisheteronormativo. As narrativas demonstram que as expectativas sociais em torno da expressão de gênero podem se colocar enquanto facilitadores ou barreiras quando se visa a inserção nas práticas esportivas. Essas expectativas sociais apontam para uma regulação, mesmo quando essas identidades são 'reconhecidas'.

Também, essa questão da passabilidade no esporte é algo a ser considerado. O que é essa passabilidade? É aquele padrão heterocisnormativo que nos é imposto, onde se espera que tenhamos um rosto bonito, quanto mais feminino, entre aspas, né? Para eles, ser mais feminino é o ideal, mas para nós, isso impõe um padrão heteronormativo feminino de mulher cis. **GF mulheres trans.**

Fazer exercícios, tipo, nessa busca que muitos estão empreendendo, como ser mais musculoso, ter uma aparência mais masculina, usar o esporte como forma de influenciar nossa aparência – **GF homens trans**

A passabilidade pode ser entendida enquanto um processo de construção de si a partir de produções possíveis pautadas na heteronormatividade, o que possibilita que as pessoas trans se aproximem de uma experiência social lida enquanto cisgêra, ou seja, os atributos relacionados a expressão de gênero estariam em conformidade com as expectativas sociais binárias, como a voz, roupa, gestos, comportamentos e o sexo. Segundo Tiago Duque (2017):

[...] estudar a experiência de passar por implica focar analiticamente no que as pessoas, em determinados contextos e interações, querem e buscam esconder, conhecer, construir, desconstruir, descobrir ou revelar principalmente em termos de 'sexo', não exclusivamente em termos de sexualidade e/ou gênero, ainda que os sucessos ou fracassos destes atos passem também por estas duas e outras marcas sociais da diferença. (2017, p. 36)

A passabilidade se mostra enquanto um regulador que busca manter uma estrutura heteronormativa dentro dos esportes, ao se enquadrar dentro de um sistema inteligível operante, se possibilita a inserção de corpos dissonantes sem que ocorra uma subversão da cisheteronormatividade, sendo assim, essa inserção acontece dentro de um contexto normativo cerceado pela cisheteronormatividade, ou seja, essa

construção social é tão operante na construção das identidades, que ela subverte as 'novas' identidades para se adequarem dentro dessa possibilidade (Butler, 2015).

A passabilidade ainda é um dispositivo da medicalização da transexualidade, o diagnóstico e tratamento médico e legal da transexualidade é, portanto, um exemplo das formas pelas quais a identidade é normalizada e regulada através do reconhecimento. Quando obrigados a demonstrar sua autenticidade como pessoas trans perante profissionais de saúde, os indivíduos podem enfrentar uma pressão para se conformar a determinadas ideias preconcebidas de masculinidade ou feminilidade. A dificuldade em se adequar a essas normas de gênero pode resultar na recusa de tratamento, o que, por sua vez, pode tornar ainda mais desafiador para as pessoas trans navegar espaços e interações sociais baseadas no gênero (Mcqueen, 2015).

A passabilidade operante requer que as mulheres trans estejam em conformidade com um padrão que responda os efeitos da colonização, um exemplo palpável reside na construção da imagem da mulher transexual como estando em maior conformidade com um conceito de feminilidade de matriz branca, uma ideia que se origina da validação de uma identidade já medicalizada. No contexto brasileiro, essa representação colide com a estética e a corporeidade das pessoas travestis, que frequentemente são vinculadas à prostituição nas ruas em um cenário marcado pela racialização e precariedade.

Eu amo minha aparência como uma mulher travesti que sou, me sinto maravilhosa sendo "traveção", como as pessoas costumam falar. Enfim, eu gosto da beleza de ser uma travesti, uma transexual. Mas isso faz com que sejamos mais violentadas no universo do esporte. GF mulheres trans

Já no contexto dos corpos trans masculinos, a obtenção de hipertrofia muscular, sobretudo em regiões específicas, são dispositivos apontados enquanto possibilidades para obtenção da passabilidade, Rego (2014) apontou a partir de seu estudo que a musculação foi a principal ferramenta utilizada para a masculinização dos corpos, tendo relação com os achados dessa pesquisa.

Fazer exercícios, tipo, nessa busca que muitos estão empreendendo, como ser mais musculoso, ter uma aparência mais masculina, usar o esporte como forma de influenciar nossa aparência e autoestima. Para mim, foi uma diferença significativa. Eu nunca fui uma pessoa muito forte, mas um pouco antes de começar a tomar hormônios, comecei a frequentar a academia. Foi a primeira vez que levei isso a sério, e gostei, me envolvi.

O reconhecimento se dá desde que haja uma aproximação às categorias inteligíveis do masculino e feminino hegemônico. Os corpos que não operam os signos, códigos e comportamentos são excluídos, apagados, ignorados e não passíveis de reconhecimento. Butler aponta:

Não ter o reconhecimento social como heterossexual efetivo é perder uma identidade social possível em troca de uma identidade que é radicalmente menos sancionada. O "impensável" está assim plenamente dentro da cultura, mas é plenamente excluído da cultura dominante (BUTLER, 2015, p. 139).

Todo esse sistema gera possibilidades restritas de participações nas práticas esportivas, corpos trans podem ter a possibilidade de participação desde que estejam dentro de padrões estabelecidos, desde leis que regulam a participação no esporte de alto rendimento e refletem nas outras dimensões do esporte, até normas sociais que regulam como esses corpos devem agir (Da Silva, 2021;(Pedrosa, Garcia, Pereira, 2023).

Com base nisso, Macqueen (2015, p.14) aponta que o que é considerado desviante dos conjuntos estabelecidos de normas, posiciona essas pessoas como marginais e "exceção" que justifica a omissão ou exclusão, isso se relaciona com a busca da passabilidade. Ainda sobre esse aspecto o autor aponta:

Ao colocar o sujeito dentro de uma rede de processos sistemáticos institucionais, materiais e discursivos, podemos destacar de forma mais clara o papel do poder na formação do sujeito e apreciar a importância do reconhecimento institucional na moldagem do horizonte através do qual identidades específicas são tornadas viáveis e inteligíveis (Mcqueen, 2015, p. 14).

As discussões possibilitadas pelas recentes inclusões de pessoas trans nos esportes de alto rendimento são realizadas majoritariamente sobre uma ótica biológica, não considerando a construção social do sistema sexo-gênero. Os defensores da biologia desempenham um papel fundamental na formação dos corpos no âmbito do esporte institucionalizado.

Estudos que enfocam as discrepâncias biológicas muitas vezes reintroduzem os elementos da diferença sexual como validação do gênero. Portanto, o sexo é apresentado como a base da heterossexualização do desejo. Conforme afirmado por Butler (2017, p. 10): "A sujeição consiste exatamente nessa dependência fundamental de um discurso que nunca escolhemos, mas que, paradoxalmente, dá início e sustenta nossa ação".

A classificação de atletas com base no sexo, idade e, às vezes, no peso (como visto nas competições de luta), é um exemplo disso. No entanto, ao lado de um corpo frequentemente percebido como uma mera entidade biológica (embora seja uma criação cultural), emerge um corpo que é moldado por uma ampla gama de influências sociais. Portanto, é impossível simplificar o esporte apenas pela divisão sexual no trabalho esportivo.

Partindo desse pressuposto da vantagem, seria possível considerar abordagens alternativas para classificação dos atletas com base em critérios específicos do próprio esporte, como altura ou peso, em vez de depender exclusivamente das categorias masculino/feminino. Essa abordagem poderia contribuir para sustentar a ideia de equidade em habilidades esportivas, enquanto eliminaria possíveis barreiras injustas e discriminatórias enfrentadas por atletas (Bianchi, 2017).

Possibilidades de reconhecimento ancoradas na passabilidade se mostra fragilizada, sendo uma estrutura que poderia, em parte, contribuir para ajudar essas pessoas a se tornarem elegíveis para participar de um recurso escasso e restritivo, não só no âmbito esportivo, mas abrangendo aspectos como a saúde, o direito a uma vida em comunidade e social, os serviços de assistência social e o emprego. Esses fatores apontam para uma exclusão sistemática e estrutural.

### **Considerações Finais:**

A transexualidade nas práticas esportivas e sua conexão com a reprodução de um ambiente de exclusão social baseado em uma matriz cisheteronormativa revela necessidade de debater esse cenário, buscando desestabilizar as relações discriminatórias presentes nesse contexto.

Destacou-se a importância dos espaços esportivos como locais que podem desempenhar um papel relevante na promoção da inclusão social, da diversidade e da igualdade de oportunidades. No entanto, também foi evidente que, apesar desse potencial, os espaços esportivos muitas vezes reproduzem padrões e normas que excluem e marginalizam pessoas com identidades de gênero e orientações sexuais diversas. É preciso questionar as estruturas e normas existentes, buscando criar espaços mais acolhedores, inclusivos e igualitários.

Além disso, a desconstrução da matriz cisheteronormativa no esporte requer a participação ativa de todas as partes interessadas, incluindo atletas, treinadores, dirigentes, fãs e instituições esportivas. A evasão de indivíduos desses ambientes não se deve apenas à ausência de habilidades físicas e técnicas, mas também à normalização de corpos e habilidades que prevalecem nesses contextos.

Ao utilizar a teoria do reconhecimento como lente de análise, ficou demonstrado que a transexualidade precisa ser vista enquanto uma identidade possível, a partir dessa validação, será possível pensar em um reconhecimento. Enquanto essas desestabilizações não acontecerem, a discussão sobre a inserção das pessoas trans no esporte continuará em uma arena regulada por uma concepção binária.

A busca pela inclusão no cenário das práticas esportivas ocorre por diversas razões. Isso se deve, em parte, à visibilidade que o esporte proporciona, o que, por sua vez, contribui para a causa das pessoas trans na luta por igualdade social. Além disso, a inclusão no mundo esportivo pode representar uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho formal, uma vez que a empregabilidade é uma das questões mais urgentes quando se trata da população trans. Também é importante destacar que o esporte pode funcionar como um espaço de socialização e convivência significativo.

**Referências:**

ATHAYDE, Pedro; MASCARENHAS, Fernando; FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha; REIS, Nadson Santana.. O esporte como direito de cidadania. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 2, abr./jun. 2016.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

BIANCHI, Andria. Transgender women in sport. **Journal of the Philosophy of Sport**, v. 44, n. 2, p. 229-242, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**. 1ª Edição. Editora Autêntica, 2017.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

CAMARGO, Wagner Xavier; KESSLER, Cláudia Samuel. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. **Horizontes Antropológicos**, n. 47, 2017, p. 191-222.

CAMARGO, Eric Seger de. **“Pessoas trans no esporte”**: os jogos da cisnormatividade. 2020.

COELHO, Rafael Torres; LUZ, Edna; COSTA JÚNIOR, Edson Farret da. Atletas transgêneros: tabu, representatividade, minorias e ciências do esporte. **Revista de Trabalhos Acadêmicos UNIVERSO**—São Gonçalo, v. 3, n. 5, p. 29-58, 2018.

DA SILVA, Regis Fernando Freitas. **Transexuais e a garantia de direitos através dos regulamentos esportivos**. Ludopédio, São Paulo, v. 132, n. 74, 2020.

DA SILVA, Regis Fernando Freitas. **Atletas transexuais nos regulamentos esportivos: desestabilizando a organização esportiva e a linearidade de gênero no esporte e no direito**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pós-graduação em Direito, Universidade La Salle, 2021.

DAVY, Zowie. **Recognizing transsexuals: Personal, political and medicolegal embodiment**. Aldershot: Ashgate, 2011.

DUQUE, Tiago. **Gêneros incríveis: um estudo sócio-antropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher**. 1ª ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2017.

FERREIRA, Noah Kyon Borges Caldas; GARCIA, Rafael Marques. Homens trans no esporte: o futebol como ferramenta de inclusão social. **Revista Mosaico**, v. 14, n. 1, p. 37-47, 2023.

FONTENOT, Holly B. et al. Transgender Youth Experiences and Perspectives Related to HIV Preventive Services. **Pediatrics**, v. 145, n. 4, e20192204, 2020.

FRICKER, Miranda. Group testimony? The making of a collective good informant. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 84 n. 2, p. 249-276, 2012.

MATTOS, Patrícia. **A sociologia política do reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Monet e Nancy Fraser**. São Paulo: do reconhecimento, 2006.

McQUEEN, Paddy. Honneth, Butler and the ambivalent effects of recognition. **Res Publica**, v. 21, n. 1, p. 43-60, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12ª ed. Hucitec-Abrasco. São Paulo/Rio de Janeiro, 2010.

PEDROSA, Gabriel Frazão Silva; GARCIA, Rafael Marques; PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa. A cobertura televisiva sobre atletas transgênero: o caso do Esporte Espetacular. **Movimento**, 2023, e29045-e29045.

REGO, Francisco Cleiton Vieira Silva do. **“Hipertrofia muscular como expressão da masculinidade entre homens transexuais: masculinidades e ética antropológica”**. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29, 2014, Natal, UFRN. Anais... Natal: UFRN, 2014, p. 1-20.

SILVESTRIN, Julian Pegoraro; VAZ, Alexandre Fernandez. Transmasculinidades no esporte: entre corpos e práticas dissonantes. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 2, e79366, 2021.

SIMPSON, Keila. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Transexualidade E Travestilidade na Saúde. Brasília—DF. 2015. Pg. 9.



## 6.2 - Artigo 2 - Práticas Esportivas e Pessoas Trans: a Promoção da Saúde como forma de (re) existir

João Batista de Oliveira Junior  
Rodrigo Otávio Moretti Pires

**Resumo:** Pessoas trans enfrentam obstáculos significativos relacionados ao acesso à saúde e ao reconhecimento de sua identidade de gênero, devido às normas tradicionais de gênero e ao enfoque biomédico que as patologizam. Essas barreiras se estendem à sua participação no esporte, onde as regulamentações muitas vezes se baseiam em concepções binárias e biológicas, ignorando fatores fundamentais. Este artigo teve como objetivo explorar as experiências de inserção das pessoas trans no esporte, adotando uma abordagem centrada na Promoção da Saúde. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada com 32 participantes que foram divididos em cinco grupos focais online. Um questionário semiestruturado foi aplicado para coletar dados sociodemográficos. Utilizou-se a análise temática para discutir os dados. Quanto ao perfil dos participantes, a maioria tinha entre 19 e 34 anos, residia em capitais brasileiras, com diversas orientações sexuais, expressões de gênero e níveis de escolaridade. A análise temática explorou as percepções e experiências das pessoas trans no esporte em três categorias: 1) "Reconfigurando Identidades no Esporte"; pautando o quanto as legislações vigentes configuram as identidades dentro de uma concepção hegemônica. 2) "Paradigmas em Discussão" essa categoria retrata o quanto a prática profissional reproduz estereótipos de gênero e reforçam as violências vivenciadas pela população trans e 3) "Inserção das pessoas trans no Esporte a partir da Promoção da Saúde e Práticas Corporais" aponta a importância dos espaços esportivos como locais que podem desempenhar um papel relevante na promoção da inclusão social, da diversidade e da igualdade de oportunidades.

**Palavras chave:** Minorias Sexuais e de gênero; esporte; promoção da saúde

**Abstract:** Transgender individuals face significant obstacles related to access to healthcare and the recognition of their gender identity due to traditional gender norms and a biomedical approach that pathologizes them. These barriers extend to their participation in sports, where regulations often rely on binary and biological conceptions, disregarding fundamental factors. This article aimed to explore the experiences of transgender individuals in sports, adopting a Health Promotion-centered approach. It is a qualitative research conducted with 39 participants divided into five online focus groups. A semi-structured questionnaire collected sociodemographic data. Thematic analysis was used to discuss the data. Regarding participant profiles, the majority were between 19 and 34 years old, residing in Brazilian capitals, with diverse sexual orientations, gender expressions, and educational levels. Thematic analysis explored the perceptions and experiences of transgender individuals in sports in three categories: 1) "Reconfiguring Identities in Sports," addressing how current legislation configures identities within a hegemonic conception; 2) "Paradigms in Discussion," illustrating how professional practice reproduces gender stereotypes and reinforces the violence experienced by the

transgender population; and 3) "Transgender Inclusion in Sports through Health Promotion and Body Practices," highlighting the importance of sports spaces as venues that can play a significant role in promoting social inclusion, diversity, and equal opportunities.

**Keywords:** Sexual and gender minorities; sports; health promotion.

## INTRODUÇÃO:

A Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece a saúde como um direito universal, porém, a presença de obstáculos prejudica sua realização plena, devido às desigualdades e exclusões. A abordagem dessas questões com base na equidade é essencial para combater as disparidades que afetam diferentes estratos sociais (Silva et al., 2017). Nesse contexto, no campo da saúde coletiva, políticas estão sendo desenvolvidas para promover a equidade no Sistema Único de Saúde (SUS) e mitigar as dificuldades enfrentadas por grupos minoritários (Prado et al., 2017) como as pessoas trans<sup>11</sup>.

As pessoas trans enfrentam diversos desafios para garantir seus direitos básicos; as principais reivindicações estão relacionadas ao acesso aos serviços de saúde, respeito ao nome social, uso de banheiros públicos, acesso a serviços, profissionais de saúde e recursos para transformação corporal (Rocon et al, 2018).

Esses desafios surgem devido à transexualidade desestabilizar as normas tradicionais de gênero e sexualidade, as quais pressupõem a existência de dois corpos radicalmente opostos, determinados pela genitália, e que, conseqüentemente, ditam os comportamentos e sentimentos apropriados para cada um (Bento, 2008).

O enfoque biomédico encara as experiências trans como uma patologia a ser regulada e corrigida para se conformar a um contexto inteligível (Butler, 2015). Por outro lado, o enfoque ampliado, pautado na determinação social do processo saúde-doença e na promoção da saúde, permite uma discussão que transcende as limitações voltadas para uma adequação biomédica. Isso possibilita a compreensão baseada na travestilidade/transexualidade como um processo de construção de

---

<sup>11</sup> Pessoas trans é a forma ampliada que será usada ao longo desse trabalho para falar sobre o coletivo das identidades trans que serão mencionadas no decorrer do mesmo e se refere a Travestis, Mulheres transexuais, Homens trans, pessoas Transmasculinas e Não Binárias.

subjetividades. Dessa forma, sexo e gênero não estão previamente definidos, o que possibilita a inclusão das pessoas trans em grupos e espaços de promoção da saúde, os quais rompem com o enfoque biomédico (Carvalho, 2016).

As consequências sofridas por essa população vão além das práticas médicas, abrangendo diversos aspectos da vida das pessoas trans, incluindo sua participação no esporte. As regulamentações relacionadas à inclusão de pessoas trans nas práticas esportivas se baseiam apenas em concepções binárias e biológicas, reproduzindo um ambiente marcado pelos mesmos mecanismos de discriminação e opressão, negligenciando fatores como (Coelho et al, 2018; Silvestrin, Vaz, 2021).

Diante dos desafios e barreiras de acesso, a saúde das pessoas trans necessita ser abordada de forma integral, considerando as diversas experiências e realidades. Nesse contexto, a promoção da saúde, a partir de uma concepção ampliada, se configura como uma estratégia para analisar as experiências de vida das pessoas trans. A concepção de promoção à saúde utilizada neste estudo é definida como:

Parte de uma concepção ampla do processo saúde-doença e de seus determinantes, estando associada a um conjunto de valores que inclui: qualidade de vida, saúde, solidariedade, equidade, democracia, cidadania, desenvolvimento, participação, entre outros. Apresenta como elementos essenciais a articulação de saberes técnicos e populares e a mobilização de recursos institucionais e comunitários para o enfrentamento e resolução dos problemas de saúde (Buss, 2000. p.23).

Com base em uma visão ampla do processo saúde-doença e reconhecendo as desigualdades como determinantes sociais de saúde para a população trans, é essencial identificar espaços que promovam uma melhor qualidade de vida para essa comunidade. A promoção da saúde para pessoas trans abrange vários aspectos, como saúde, emprego, renda, lazer e inclui as práticas esportivas, que entende o esporte em sua forma mais abrangente, englobando elementos comerciais, culturais, de estilo de vida, econômicos, sociais, educacionais, de saúde e de pesquisa científica (Athayde et al., 2016). Portanto, este artigo visa analisar a inserção das pessoas trans no esporte sob a perspectiva da Promoção da Saúde.

## **METODOLOGIA:**

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, que utilizou grupos focais online síncronos por meio da plataforma Cisco Webex Meetings. Os participantes da pesquisa foram atores sociais com relevância no contexto da transexualidade no esporte, incluindo pessoas trans, atletas e profissionais que desempenham papéis significativos nesse cenário, como profissionais de saúde envolvidos no contexto do esporte (profissionais de educação física, nutricionistas e fisioterapeutas), bem como técnicos e preparadores físicos.

O recrutamento dos participantes foi realizado exclusivamente através das redes sociais, especificamente o Instagram e o WhatsApp. Para isso, foi compartilhado um convite público para participar da pesquisa. Os voluntários foram contatados por meio de e-mail, WhatsApp e Instagram, onde receberam informações detalhadas sobre a pesquisa, sua relevância e objetivos. Após o aceite em participar da pesquisa, foi feita uma leitura e esclarecimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para obter uma compreensão aprofundada dos participantes, foi fornecido um link para um questionário que incluía questões sobre dados sociodemográficos, como gênero, raça, educação e renda. Todos os 32 participantes responderam integralmente ao questionário, contribuindo para uma análise abrangente.

A coleta de dados se baseou na técnica de grupos focais online (GFO) conduzida de maneira síncrona por meio de videoconferência, conforme proposto por Fricker (2012). Essa abordagem foi adotada como parte do estudo, destacando a relevância dos GFO em pesquisas envolvendo as pessoas trans (Fontenot et al, 2020).

Os voluntários que se manifestaram foram organizados em cinco grupos distintos com base em sua identidade de gênero e orientação sexual, totalizando 32 participantes: G1, composto por mulheres trans (N=09); G2, por homens trans (N=5); G3, por pessoas cis LGB 'atletas' (N=6); G4, por profissionais cis LGB (N=7); e G5, por profissionais cis heterossexuais (N=5).

As discussões em grupo tiveram duração média de uma hora e trinta minutos e, posteriormente, foram registradas e transcritas. Duas pessoas conduziram as discussões, assumindo a responsabilidade pela mediação, registro e aspectos

técnicos. As conversas foram guiadas por perguntas orientadoras, promovendo um ambiente de interação aberta e confortável. Os participantes foram informados de que o silêncio seria considerado como concordância, e foram encorajados a expressar divergências e aspectos relevantes durante as discussões.

Os dados transcritos foram analisados utilizando o método da Análise Temática, uma técnica de análise de comunicações que buscava identificar indicadores para inferir conhecimentos sobre como os dados foram produzidos e captados (Minayo, 2010). O processo de análise temática, conforme descrito por Minayo (2010), compreendeu três etapas: a primeira envolveu a seleção dos documentos a serem analisados, a revisão das hipóteses e objetivos iniciais da pesquisa, e a formulação de indicadores para orientar a interpretação dos dados. A segunda etapa consistiu na exploração do material, em que o pesquisador procurou identificar categorias, que eram palavras ou expressões significativas relacionadas ao conteúdo das informações coletadas. A terceira etapa englobou o tratamento dos resultados e sua interpretação. Durante o processo, houve uma constante interação entre a teoria e o conteúdo das entrevistas, o que ajudou a agrupar os achados em temas significativos, contribuindo para a discussão dos resultados.

Os procedimentos seguiram integralmente a legislação brasileira e foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC, sob o número de protocolo CAAE 24963919.4.0000.0121. Os participantes registraram o seu consentimento por meio da marcação online do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, em seguida, responderam ao questionário sociodemográfico.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os participantes deste estudo possuem idades que variaram entre 19 e 34, com média de 27,3 anos. A maior parte da amostra reside em capitais, sendo São Paulo (SP) a mais predominante, seguida por Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC) e Curitiba (PR). Quanto a orientação sexual, 56,3% se declarou heterossexual, 18,8% gay, 15,6% bissexuais, 6,3% lésbicas e pansexuais foram 3,1%. No que tange a expressão de gênero, 53,1% se expressa como mulher, 40,6% como homem e 6,3% como não-binária. Do conjunto, 78,1% se autodeclararam como branco, 12,5% como

preto e 9,4% como pardo. Quanto à escolaridade, 31,3% têm ensino superior incompleto, 21,9% têm o ensino médio ou equivalente, 46,9% têm ensino superior.

As percepções, experimentações e experiências dos participantes com as questões relacionadas à transexualidade no esporte serão apresentadas em três categorias. A primeira nomeada "Reconfigurando Identidades no Esporte", examina como as pessoas trans no esporte enfrentam a complexa tarefa de reconfigurar suas identidades de gênero dentro de um ambiente esportivo que historicamente aderiu a visões normativas e binárias da transexualidade. Explora as experiências e os desafios das pessoas trans ao se inserir em um espaço marcado pelas diferenças de gênero.

A segunda categoria intitulada "Paradigmas em Discussão: Percepções de Atores Sociais na Transexualidade e Esporte" tem como objetivo investigar e analisar os paradigmas que emergem nos discursos de diferentes atores sociais envolvidos com a temática da transexualidade no esporte. Ela examina como esses atores percebem, respondem e contribuem para a compreensão da transexualidade no mundo esportivo.

A terceira categoria "Inserção das pessoas trans no Esporte a partir das lentes da promoção da saúde e práticas corporais", explora como a promoção da saúde de pessoas trans no contexto esportivo pode ser ampliada e pensada ao considerar os determinantes sociais da saúde, incluindo fatores como acesso aos direitos de maneira ampliada, esporte como possibilidade de inserção no mercado de trabalho, inclusão social, apoio psicossocial e aceitação cultural. Ela busca destacar abordagens de promoção da saúde que vão além do modelo biomédico tradicional, visando uma saúde integral e bem-estar para pessoas trans no esporte.

### **"Reconfigurando Identidades no Esporte"**

Independente do âmbito esportivo, a tentativa de adequação dos corpos trans dentro de uma concepção binária foi apontada como um aspecto predominante. Contudo, é crucial reconhecer que essa concepção é constantemente reforçada a partir de arranjos, normas e regulações sociais. No caso do esporte, ela é, em grande parte, respaldada e reforçada pela legislação que regula a participação de pessoas trans no esporte de alto rendimento, pois esse não apenas reflete, mas também

influencia diretamente a maneira como a sociedade em geral percebe e aborda a questão da identidade de gênero no contexto esportivo.

Nesse sentido, as pessoas trans envolvidas no contexto esportivo buscam modificações corporais para se adequarem socialmente em uma sociedade que adota uma visão binária e heterossexual da sexualidade, invisibilizando e estigmatizando as pessoas trans (Mack, 2015);

As falas das pessoas trans, apontam para a inviabilidade das mulheres trans acessarem os diferentes espaços esportivos mediante as comprovações necessárias, como a regulação da taxa de testosterona regulada, isto é, abaixo de 10 nanomol por litro de sangue durante os 12 últimos meses e perante todo período da competição. O esporte de elite tem sido historicamente usado como um modelo de referência no que se refere ao desempenho, capacidades físicas e identidade de gênero (Garcia, Pereira, 2022). Isso tem levado a uma perpetuação das normas e expectativas sociais, nas quais a conformidade com uma concepção estritamente binária da identidade de gênero é vista como norma.

Essa legislação do Comitê Olímpico Internacional (COI) parte do princípio de que as mulheres trans devem reduzir seus níveis de testosterona e massa muscular para se equipararem às mulheres cisgênero - consideradas como o padrão "autêntico" do feminino - após a terapia hormonal (Silvestrin; Vaz, 2021). Esse argumento é fundamentado na noção de que o ser homem/masculino ou mulher/feminino é inteligível unicamente a partir de uma matriz biológica, a partir de uma regulação hormonal. Concepção que revela a identidade de gênero percebida e avaliada tanto no esporte quanto na sociedade.

Os dados dessa pesquisa apontam que o cumprimento dos parâmetros estabelecidos pela COI são inviáveis quando se coloca na realidade de vida enfrentada pelas pessoas trans.

O avanço dos estudos relacionados aos hormônios desempenha um papel importante como um sistema de conhecimento que atua como disciplinador e regulador do conceito de sexo e gênero. A partir dos anos 30, surgiu a concepção de que cada gênero é caracterizado por níveis específicos de determinados hormônios. Assim, os parâmetros hormonais, juntamente com a fisiologia e a genética, passaram a ser critérios diagnósticos de feminilidade e masculinidade (Preciado, 2018).

Esses dispositivos de poder, fundamentados em indicadores hormonais, são nitidamente evidenciados nas diretrizes estabelecidas pelo COI (2015) para a inclusão de pessoas trans, em particular, mulheres trans, nas competições esportivas de alto desempenho (Hilton; Lundberg, 2021). Notavelmente, apenas as mulheres trans são requeridas a cumprir uma série de critérios específicos para serem consideradas elegíveis e obter aprovação para competir nessas competições. São eles:

- Declarar ser do gênero feminino (reconhecimento civil que não pode mudar por no mínimo quatro anos para efeitos esportivos);
- Ter nível de testosterona menos que 10 nanomol/l nos 12 meses anteriores ao primeiro jogo;
- Manter o nível de testosterona menor que 10 nanomol/l durante o período elegível para competir;
- Ser submetidas a testes frequentes para monitorar o nível de testosterona.

Melonio e Siqueira (2016, p. 6) questionam essas afirmações construídas em torno da testosterona:

Com base principalmente na pesquisa indireta com pessoas cisgêneros, acreditou-se que os hormônios androgênicos (especificamente níveis elevados de testosterona) conferiam uma vantagem em esportes competitivos (ou seja, aumentavam a resistência e a massa muscular) e, embora essa crença suportada várias políticas esportivas, a testosterona podia não ser o marcador primário, nem mesmo útil, na determinação da vantagem atlética. A testosterona é apenas uma parte da fisiologia da pessoa, existindo outros fatores importantes (biológicos e ambientais) a ser considerados se a justiça (a ausência de vantagem) fosse o objetivo do esporte competitivo visto. Por exemplo, mãos grandes eram a chave para manipulação em alguns esportes (por exemplo, basquete), mas isso não era visto como uma vantagem injusta. Estabelecer o que era uma vantagem atlética no esporte competitivo facilitaria a inclusão de todos os atletas (independentemente de sua identidade de gênero) na premissa de equidade. (MELONIO; SIQUEIRA, 2016, p. 6)

Os discursos identificados nos grupos focais com pessoas trans indicam uma alteração na percepção do corpo e no desempenho após a transição. Além disso, esses discursos revelam que diversos fatores influenciam o desempenho individual. Mulheres trans destacaram que o ganho de peso, seja por meio da terapia hormonal ou da adição de silicone em diversas partes do corpo, resultou em uma modificação significativa em sua performance.

As considerações apontadas por Melonio e Siqueira (2016) são fundamentais para desestabilizar os discursos que são pautados nas supostas vantagens que as mulheres trans teriam burlando o princípio da igualdade no esporte, uma vez que não existem evidências científicas que demonstrem um desempenho superior de atletas trans em comparação com atletas cis. Se tal princípio fosse realmente importante, a discussão deveria ser anterior, fazendo um pareamento para que outras condições/biótipos fossem pareadas nas diferentes modalidades específicas entre os próprios atletas cisgêneros. Por exemplo, diferenças de altura no voleibol, tamanho das mãos no handebol, grande envergadura na natação entre outros.

Da mesma maneira, os homens trans que participaram da pesquisa revelaram uma transformação completa na percepção de seus corpos e desempenho após a transição. Os fatores que afetam a participação dos homens trans, conforme as regras do COI, levantam questões pertinentes, como a percepção social da ascensão de alguém que não nasceu com um corpo biologicamente masculino. Existe uma tendência na sociedade em considerar essa ascensão tão improvável quanto a de um homem cisgênero. ~~Frequentemente, a sociedade não reconhece os homens trans como uma identidade válida ou um corpo capaz de competir nos mesmos espaços.~~ Mesmo se conseguirem, sua presença não costuma gerar os mesmos níveis de reconhecimento ou conflitos, uma vez que a masculinidade é tradicionalmente associada à competição e ao desempenho hegemônico (Silvestrin; Vaz, 2021).

A discussão centrada no esporte de alto rendimento não visa limitar-se a esse ambiente, mas é importante observar que as normativas presentes nesse contexto frequentemente refletem uma estrutura de exclusão que se estende a várias esferas esportivas. Os padrões exigidos no esporte de alto rendimento frequentemente são reproduzidos em outros níveis (Saavedra, 2022). Mesmo no esporte amador, onde o foco não é a busca pelos melhores resultados, as pessoas trans relataram enfrentar obstáculos para participar e frequentemente se deparam com requisitos para ingressar nesses espaços. Tendo em vista os diversos benefícios que as práticas esportivas podem trazer na vida das pessoas, diretrizes mais restritivas devem ser evitadas (Tanimoto, Miwa, 2021).

Todos esses aspectos demonstram a necessidade de se pensar em novas formas de organização esportiva que sejam inclusivas e contemplem os direitos

fundamentais. As discussões sobre o esporte de alto rendimento precisam avançar e amadurecer, porém, as outras dimensões do esporte também precisam de maior atenção e discussão, pois são espaços sociais potentes.

Dentro do cenário atual, apesar de se mostrar um espaço importante, as práticas esportivas ainda reproduzem um ambiente de exclusão social com base em uma matriz cis-heteronormativa<sup>12</sup>. É necessário um debate para que esse contexto possa tensionar e desestabilizar essas relações.

Com base nas discussões teóricas e nos resultados apresentados, algumas reflexões emergem, destacando que as perguntas muitas vezes impulsionam avanços mais significativos do que respostas arbitrárias. Os elementos abordados até o momento indicam que o esporte não é equitativo, e além das características físicas, outros fatores como habilidades técnicas, táticas, nutrição e treinamento são cruciais para o alto desempenho. Contudo, quando as condições físicas são dominantes, especialmente dentro do esporte binário praticado por pessoas cis, surge uma lacuna significativa para alcançar a 'igualdade' no esporte.

O caso de Tiffany, a primeira atleta transexual a participar da superliga de voleibol no Brasil, oferece um exemplo que fundamenta esse argumento. Após seus primeiros jogos em 2017, surgiram discursos que alegavam vantagens da atleta em comparação com os atletas cis. Essas alegações destacaram que o corpo de Tiffany foi moldado com base na testosterona, conferindo-lhe mais força e massa muscular. Se essas diferenças são de fato determinantes para a exclusão dela do esporte, surge a questão: quantas mulheres trans possuem o biótipo 'ideal' para o esporte? Se as características de Tiffany, como sua altura, oferecem benefícios para o voleibol, mulheres cis com as mesmas características deveriam ser impedidas de praticar o esporte? Essa reflexão destaca as complexidades e desafios na busca por equidade no cenário esportivo.

Nessa linha de raciocínio, Harper (2015) afirma que todos os atletas de sucesso possuem vantagens sobre aqueles menos bem-sucedidos - “pergunte a qualquer um [jogador de basquete] que teve que marcar LeBron James”. Deste modo, devemos

---

<sup>12</sup> A Cisheteronormatividade corresponde às normas político-sociais que impõem práticas e códigos cisgêneros e heterossexuais a todas as pessoas. Refere-se ao ideal normativo de uma sociedade que tem os corpos cis e a heterossexualidade como dispositivos de regulação de desejos, práticas sexuais, expressões e identidades de gênero.

nos questionar, quais são os verdadeiros critérios que possibilitam que determinados corpos participem ou não dos diferentes espaços esportivos?

Analisar a transexualidade implica questionar a construção e naturalização das categorias de corpo, sexo e sexualidade na cultura ocidental, e como isso afeta a inclusão das pessoas trans na sociedade. A crescente visibilidade desses corpos exige uma revisão dessas concepções arraigadas. Tanto na Saúde Coletiva quanto nas Ciências Sociais, é crucial discutir esse fenômeno complexo e contemporâneo (SANTOS, 2010).

### **"Paradigmas em Discussão: Percepções de Atores Sociais na Transexualidade e Esporte"**

Essa seção analisa as perspectivas dos outros atores sociais envolvidos na pesquisa, que têm relações diretas ou indiretas com as questões envolvendo a transexualidade e sua relação com o esporte.

De maneira geral, as pessoas cis que fazem parte da comunidade LGBTI+<sup>13</sup>, independente da sua posição social (no caso do estudo, atletas e profissionais) tendem a ter uma concepção mais ampliada com relação a inserção das pessoas trans no esporte, abordando aspectos que vão para além de fatores biológicos e relacionados ao desempenho. Destacando que o esporte pode ser um dispositivo de inclusão social, redes de apoio, acesso a espaços de lazer e forma de modelação do corpo e cuidado com a saúde.

Por outro lado, as pessoas cis-heterossexuais, apesar de demonstrarem empatia em relação à transexualidade no contexto esportivo, tendem a manter uma perspectiva binária quando se trata dessa inserção. A análise dos dados revela que elas enfatizam a importância da conformidade dos corpos trans com os padrões tradicionais de masculino e feminino, levando em consideração aspectos hormonais e relacionados ao desempenho esportivo. Continua presente uma ênfase na adequação dos corpos às configurações de gênero hegemônicas.

Neste contexto, Camargo e Kessler (2017) alertam para a interseção da sexualidade com o esporte, onde os corpos tornam-se peões em um cenário

---

<sup>13</sup> LGBTI+ – utilizaremos no decorrer desse texto a sigla LGBTI+ (padronizada pela ABRASCO) nos referindo a população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, intersexual e demais orientações sexuais e identidades de gênero.

dominado pela heteronormatividade. Apenas aqueles que se conformam aos padrões considerados "normais" são autorizados a competir, marginalizando todos os outros por um discurso moralista. As ideias propagadas por profissionais e atletas cis, favorecendo corpos atléticos que atendem aos padrões normativos, resultam na exclusão social de qualquer atleta que não se enquadre estritamente na dicotomia masculino/feminino.

Em resumo, há uma clara divisão entre as concepções da comunidade cis LGBTI+ e as cis-heterossexuais sobre a inclusão de pessoas trans no esporte. Enquanto as primeiras adotam uma abordagem inclusiva, valorizando o esporte como ferramenta de inclusão e bem-estar, as segundas tendem a enfatizar a conformidade com normas de gênero tradicionais, destacando a necessidade de adequação dos corpos trans. Essas perspectivas divergentes continuam a influenciar os debates sobre a transexualidade no contexto esportivo.

A formação profissional surge como crucial nesse cenário, pois os valores morais que moldam as identidades dos sujeitos afetam sua atuação profissional. A predominância de uma abordagem positivista na formação profissional, onde o ensino técnico supera a formação moral, deveria dar lugar a uma formação baseada em valores como empatia, responsabilidade, respeito, bom raciocínio clínico e comportamento ético. Uma abordagem alinhada a um conceito ampliado de saúde, pautado na promoção da saúde, consideraria uma formação centrada nas necessidades cruciais para um olhar integral (Steiner-Hofbauer, Scharank, Holzinger, 2018).

Além disso, a literatura destaca a carência na formação dos profissionais de saúde no que diz respeito às questões de sexualidade e gênero (Paulino et al, 2019; Rufino, Madeiro, 2017). A perspectiva de formação é centrada em concepções biológicas (Val et al., 2019). Essa abordagem tende a perpetuar uma estrutura binária tradicional e normativa em relação ao gênero e à sexualidade, contribuindo para a consolidação da crença em uma suposta conexão inquestionável entre sexo, identidade de gênero e orientação sexual (Butler, 2015). Essa visão limitada e centrada na biologia reforça ainda mais estereótipos e preconceitos, o que corrobora com os achados deste estudo.

No âmbito esportivo, a formação dos diversos atores sociais é fundamental quando se pensa na ampliação do debate envolvendo a transexualidade no esporte. Quando os atores sociais envolvidos nessa discussão têm um entendimento alicerçado dentro de uma 'matriz inteligível' socialmente de sexo e gênero (Butler, 2015), resulta em situações em que os corpos que não se adequam nesse jogo normativo sejam excluídos dos espaços sociais, nesse caso, das práticas esportivas.

Os discursos em foco não apenas evidenciavam a norma binária e heterossexual que prevalece em nossa sociedade, mas também desempenhavam um papel ativo na sua legitimação e manutenção. É crucial compreender que esse processo de formação é de extrema importância e envolve todos os atores sociais. A norma não é imposta externamente, e não deve ser encarada como responsabilidade exclusiva das pessoas trans para ser reavaliada e desenvolvida. Ao contrário, ela surge como resultado das ações contínuas de diversos atores sociais, que a moldam por meio de comportamentos repetidos. Durante esse processo, esses atores não apenas a fortalecem, mas também têm a capacidade de desafiá-la ou subvertê-la.

### **"Inserção das pessoas trans no Esporte a partir das lentes da promoção da saúde e práticas corporais"**

Partindo de uma concepção ampliada do processo saúde-doença e entendendo que as iniquidades vivenciadas pela população trans enquanto um determinante social de saúde, essa seção visa apresentar as potencialidades descritas pelos participantes, reconhecendo as práticas esportivas enquanto um espaço que tem potencial para promover melhores possibilidades de vida para a população trans.

As práticas esportivas, como elemento central desta pesquisa, assumiram uma importância inegável devido às múltiplas maneiras pelas quais impactam a sociedade. A inclusão de pessoas trans no âmbito esportivo foi apontado não apenas como um fator que desafia estereótipos de sexo e gênero, mas também que ofereceu perspectivas renovadas para as pessoas trans, frequentemente confrontados com obstáculos significativos no mercado de trabalho, devido à discriminação. Assim, foram apontados como essa discussão pode abrir novas oportunidades de emprego em um mercado de trabalho que historicamente tem sido limitado para essas pessoas,

ainda o esporte por ser utilizado enquanto uma ferramenta para fomentar as manifestações políticas e debates sociais (Camargo, 2017; Carvalho, 2021).

. Os resultados deste estudo revelaram que o esporte, enquanto plataforma social, proporciona uma oportunidade única para a formação de redes comunitárias e de apoio entre pessoas trans. Essas redes constituem espaços vitais onde indivíduos podem compartilhar experiências, superar desafios e construir um senso de pertencimento, como evidenciado na pesquisa de Pedrosa, Garcia, Pereira (2023). Além disso, a análise de Camargo (2021) destaca que, por meio da prática esportiva, grupos marginalizados, como a comunidade trans, podem encontrar uma sólida sensação de pertencimento e representatividade. Essas redes não apenas oferecem um ambiente para fortalecer os laços sociais, mas também desempenham um papel crucial no enfrentamento da marginalização enfrentada por esses grupos.

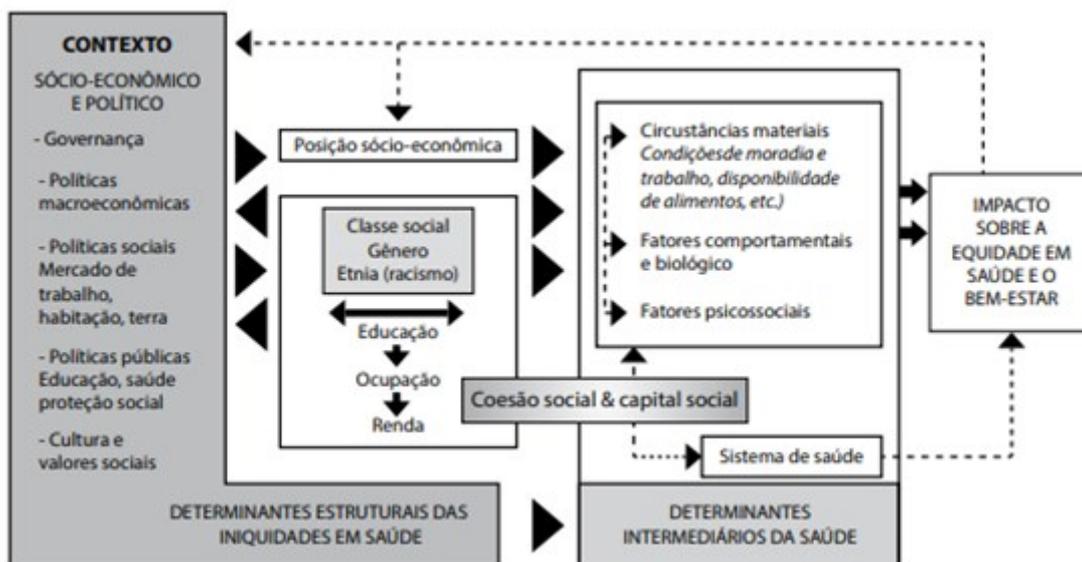
A possibilidade de representatividade foi apontada como uma capacidade das pessoas trans em narrarem suas próprias histórias, reafirmando o direito assegurado a ocupar espaços que, por sua vez, abrem caminhos para que outras pessoas trans também conquistem seus lugares de fala. Sobretudo, esse processo implica na reconstrução de suas narrativas, rompendo com a subalternidade que há tempos lhes é imposta. A presença de atletas trans no esporte podem servir enquanto referências e a demonstração de novas possibilidades, demonstrando que o esporte não é uma área exclusiva para pessoas cis (Silva, 2021; Carvalho, 2021).

Ainda, o direito ao esporte é reconhecido como um aspecto fundamental dos direitos humanos (Silva, Carlos, 2019). No âmbito das políticas públicas, foi apontado a necessidade de políticas que favoreçam a inserção de grupos marginalizados no esporte, seja por incentivos de bolsa atleta, organização de espaços que fomentem esportes para grupos diversos, formação de profissionais mais capacitados, entre outros. Buzuvis (2021) aponta que a promoção de políticas públicas que fomentem o esporte, facilita a inserção de grupos marginalizados.

Este trabalho pautou a PS, enquanto proposta para analisar as práticas esportivas na vida das pessoas trans, sob a ótica do modelo de Determinantes Sociais em Saúde (figura 1) desenvolvido por Solar e Irwin (2010), tal modelo é adotado pela OMS, a partir da Comissão dos Determinantes Sociais da Saúde (CDSS), que tem

como proposta a atuação frente às iniquidades sociais em saúde, que são reconhecidas como desigualdades sistemáticas, evitáveis, injustas e desnecessárias.

Figura 1. Modelo proposto no marco conceitual da CDSS

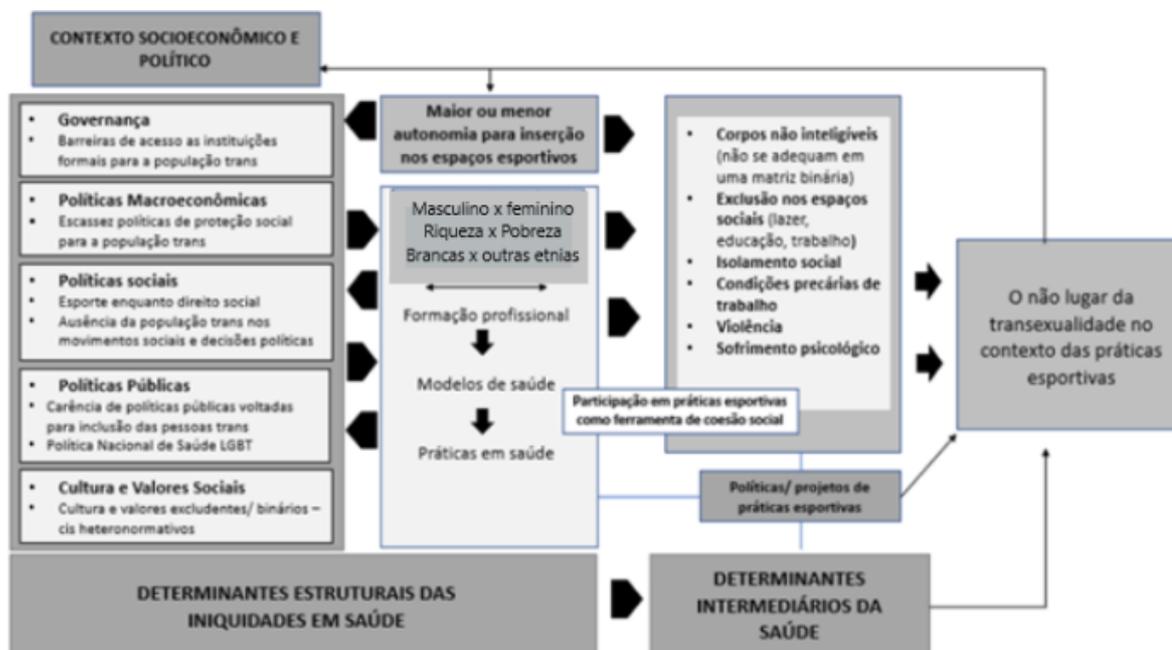


Fonte: Solar, Irwin, 2010

Em resumo, a CDSS propôs um modelo que divide os Determinantes Sociais da Saúde em dois tipos: determinantes estruturais e determinantes intermediários. Os determinantes estruturais afetam a equidade em saúde e o bem-estar por meio de sua influência sobre os determinantes intermediários. Os determinantes estruturais criam desigualdades sociais em poder, prestígio e acesso a recursos, moldando as circunstâncias materiais da vida. Os determinantes intermediários abrangem fatores comportamentais, biológicos, materiais e psicossociais, além do sistema de saúde e coesão social, destacando diferenças na exposição e consequências, dependendo da posição socioeconômica (Solar; Irwin, 2010; CDSS, 2010).

Ao aplicarmos o modelo de Solar e Irwin (Figura 2) para analisar a realidade das pessoas trans, fica evidente que essa população enfrenta iniquidades sociais significativas, uma vez que são impactadas em todos os eixos delineados no modelo.

Figura 2: Modelo proposto por Solar e Irwin adaptado para a proposta do trabalho



Fonte: Elaborado pelos autores

A aplicação da realidade das pessoas trans nesse modelo demonstra o quanto a interseccionalidade precisa ser pensada. Analisando o diagrama adaptado, percebe-se que os diferentes marcadores sociais afetam nas experiências de vida das pessoas trans e o quanto as práticas esportivas podem ser entendidas enquanto uma forma de superação e envolvimento nos diferentes processos que determinam suas possibilidades de vida, podendo ser vistas dentro de um contexto da equidade em saúde.

A transexualidade e a participação em atividades esportivas podem ser consideradas no contexto dos determinantes sociais, enquadrados no domínio da coesão social. Esse componente transversal dentro do modelo destaca a importância de promover o capital social, enfatizando a criação de laços de cooperação entre os cidadãos e as instituições como uma ideia central nas intervenções em saúde (Solar; Irwin, 2010). Esses aspectos foram apontados enquanto grande potencialidade pelas pessoas trans inseridas em alguma prática esportiva.

A coesão social emerge como uma ferramenta crucial na proteção de grupos minoritários. No entanto, sua eficácia requer uma colaboração ativa do Estado em sintonia com as diversas realidades e necessidades, visando criar novas

oportunidades e capacidades para superar as barreiras impostas pela exclusão social (Ferrelli, 2015).

A prática esportiva pode ser considerada como uma ferramenta para promover a coesão social entre pessoas trans. Ao proporcionar acesso a esses espaços, o esporte pode combater várias formas de exclusão estrutural. Quando relacionado ao esporte de alto rendimento, ele pode ampliar as oportunidades de emprego e a empregabilidade, além de promover uma maior equidade no acesso aos espaços sociais, incentivando a formação de conexões e a participação em diversos aspectos da sociedade, como culturais, econômicos, políticos e sociais. Isso permite que as pessoas trans exerçam plenamente seu direito de cidadania (Silva, 2021).

O esporte, quando combinado com políticas públicas eficazes e transformadoras, se torna uma poderosa ferramenta de inclusão social, aumentando a conscientização e promovendo a cidadania. É importante destacar que o esporte é reconhecido como um direito fundamental e sua regulamentação é feita de forma autônoma, desde que esteja em conformidade com a Constituição Federal, conforme estabelece o Artigo 217, Inciso I: "Art. 217":

É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados: I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento... (BRASIL, 1988).

É fundamental que esse incentivo abranja todos os aspectos do esporte, desde o esporte escolar e amador até o lazer e o alto rendimento. Para alcançar esse objetivo, é essencial que as pessoas trans sejam reconhecidas como indivíduos com direitos, apoiados por uma visão ampla da promoção da saúde. Dessa forma, as práticas esportivas podem verdadeiramente se tornar uma ferramenta de inclusão social, assegurando direitos e, acima de tudo, atuando como um ambiente para promover a saúde das pessoas trans, auxiliando a transposição das diferentes barreiras enfrentadas por essa população.

## **8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Este artigo evidencia a necessidade urgente de revisão e adaptação das regulamentações esportivas a partir da ampliação do olhar da transexualidade no esporte, para garantir a inclusão adequada das pessoas trans no cenário esportivo. É crucial compreender que a estrita conformidade com as normas tradicionais de gênero e sexualidade é insuficiente e injusta. Neste sentido, políticas públicas que fomentem o esporte e facilitem a participação de grupos marginalizados desempenham um papel vital na promoção da igualdade.

A transexualidade no contexto das práticas esportivas não devem ser vistas como uma ameaça às normas estabelecidas, mas como uma oportunidade de diversidade e enriquecimento do cenário esportivo. A promoção da saúde das pessoas trans, tanto física quanto mental, através da participação no esporte, deve ser priorizada. Além disso, é fundamental reconhecer que o esporte é um direito fundamental e uma ferramenta poderosa para inclusão social e formação de redes de apoio.

No entanto, para sua real efetivação se faz necessário o apoio do Estado, na concepção de políticas públicas que favoreçam a inserção dessa população no contexto das práticas esportivas. A coesão social se mostra enquanto uma ferramenta importante para a garantia desse direito.

Este artigo apela para uma compreensão mais inclusiva e igualitária do esporte, onde todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, tenham a oportunidade de participar plenamente e desfrutar dos benefícios que o esporte oferece. É um convite para a construção de um ambiente esportivo mais justo, acolhedor e diversificado.

Pode-se concluir que a prática esportiva, ao proporcionar maior acesso a oportunidades de emprego e aprimorar a empregabilidade, ao mesmo tempo em que fomenta uma equidade mais ampla na participação nos espaços sociais, impulsiona a formação de conexões e a participação em várias esferas da sociedade, abrangendo aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais. Isso, por sua vez, capacita as pessoas trans a exercer plenamente seu direito de cidadania.

## REFERÊNCIAS

ATHAYDE, P.; MASCARENHAS, F.; FIGUEIREDO, P. O. F. N.; REIS, N. S. O esporte como direito de cidadania. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 2, abr./jun. 2016.

BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. Ijuí: Unijuí, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm).

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2015, 8ª edição, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

BUZUVIS, E. Law, policy, and the participation of transgender athletes in the United States. **Sport Management Review**, 1–13. 2021. doi: 10.1080/14413523.2021.1880757

CAMARGO, W. X. Dilemas insurgentes no esporte: as práticas esportivas dissonantes. **Movimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 4, p. 1337-1350, 2016. DOI 10.22456/1982-8918.66188.

CAMARGO, W. X. KESSLER, C. S. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. **Horizontes Antropológicos**, n. 47, p. 191, 2017. Disponível em <https://journals.openedition.org/horizontes/1488>. Acessado em 29.10.2021.

CAMARGO, W. X. Gêneros em disputa: a LiGay Nacional de Futebol Society e o espaço de acontecimentos, **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 2, p. 1–13, 2021.

CARVALHO, H. S. B. **Uma revisão de literatura no âmbito da produção acadêmica em língua portuguesa sobre medicalização, medicamentação e hormonização de pessoas transexuais no processo transexualizador**. Trabalho de Conclusão de curso. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2016.

CARVALHO, D. N. Representatividade no relato de si e reconhecimento do outro: transativismo e humanização multimídia transmasculina. **Revista Sociologias Plurais**, v. 7, n. 3, p. 352-374, jul. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/scplpr.v7i3.82261>

COELHO, R. T; FILHO, R, M; LUZ, E; COSTA JÚNIOR, E. F. Atletas transgêneros: tabu, representatividade, minorias e ciências do esporte. **Revista de Trabalhos Acadêmicos UNIVERSO** São Gonçalo – Vol. 3 – Nº 5, p. 29 – 58. 2018.

COMISSÃO PARA OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE (CDSS). Redução das desigualdades no período de uma geração: igualdades na saúde através da ação sobre os determinantes sociais. Geneva: OMS, 2010.

FERRELLI R. M. Cohesión social como base para políticas públicas orientadas a la equidad en salud: reflexiones desde el programa EUROsocial. **Rev Panam Salud Publica**;38(4):272–, 2015.

Fontenot H. B, Cahill S. R, Wang T, Geffen S, White B. P, Reisner S et al. Transgender Youth Experiences and Perspectives Related to HIV Preventive Services. **Pediatrics**.;145(4); 2020. e20192204. DOI: 10.1542/peds.2019-2204.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; tradução Raquel Ramalheite. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 3° Ed. São Paulo, Paz e Terra, 2015.

GARCIA, R. M. PEREIRA, E. G. B.. A trajetória pessoal de Tiffany Abreu no esporte de alto rendimento. **Movimento**, 2022, 25.

HARPER, J. **Do transgender athletes have an edge? I sure don't**. Washington Post, 2015. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/opinions/do-transgender-athletes-have-an-edge-i-sure-dont/2015/04/01/ccacb1da-c68e-11e4-b2a1-bed1aeea2816\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/opinions/do-transgender-athletes-have-an-edge-i-sure-dont/2015/04/01/ccacb1da-c68e-11e4-b2a1-bed1aeea2816_story.html)>.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12 ed. Hucitec-Abrasco. São Paulo/Rio de Janeiro, 2010.

ONU. Esporte para o desenvolvimento e a paz: informativo da ONU no Brasil. Nações Unidas, 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244329>.

PAULINO, D. B.; RASERA, E. F.; TEIXEIRA, F. B. Discursos sobre o cuidado em saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT) entre médicas(os) da Estratégia Saúde da Família. **Interface**, Botucatu, v.23, e180279, 2019.

PEDROSA, G. F. S.; GARCIA, R. M.; PEREIRA, E. G. B. A cobertura televisiva sobre atletas transgênero: o caso do Esporte Espetacular. **Movimento**, 2023, e29045-e29045.

PRADO, J.A.E.; SOUSA, F.M. Políticas Públicas e a Saúde LGBT: uma revisão integrativa. **Tempus actas de saúde colet**. Brasília, mar. 2017.

ROCON, P. C.; SODRÉ, F.; ZAMBONI, J.; RODRIGUES, A.; ROSEIRO, M. C. F. B. O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde?. **Interface** (Botucatu) [Internet]. 2018Jan;22(64):43–53. Available from: <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0712>.

RUFINO, A. C. MADEIRO, A. P. 6 Práticas Educativas em Saúde: Integrando Sexualidade e Gênero na Graduação em Medicina. **Rev. Bras .educ. med.**, Rio de Janeiro, v.41, n.1, p.170-178, 2017.

SAAVEDRA, F. Atletas transgêneros e sua inclusão no esporte de elite. As políticas desportivas são inclusivas e justas para todos?. **Biológicas & Saúde**, 2022, 12.42: 49-59.

SILVA, B.S.W.J; FILHO, N.C et al. Políticas Publicas de Saúde Voltadas a População LGBT e atuação do Controle Social. **Revista de saúde pública do Paraná**, Londrina, PR, v.18, n.1, p.140-149, jul. 2017.

SILVA, R. F. F.; DE CARLOS, P. P. Transexuais: Reconhecimento Social e Legitimação de Direitos Através do Esporte. Universidade La Salle, SEFIC, 2019.

SILVA, R. F. F. Atletas transexuais nos regulamentos esportivos: desestabilizando a organização esportiva e a linearidade de gênero no esporte e no direito. 2021.

Silvestrin J. P, Vaz A. F. Transmasculinidades no esporte: entre corpos e práticas dissonantes. **Rev Estud Fem** [Internet]. 2021;29(2):e79366.

SOLAR, O.; IRWIN, A. **A conceptual framework for action on the social determinants of health. Social Determinants of Health**. Discussion Paper 2 (Policy and Practice). Geneva: WHO, 2010.

STEINER-HOFBAUER V, SCHRANK B, HOLZINGER A. What is a good doctor? **Wien Med Wochenschr** [Internet]. 168(15-16):398-405. 2018 DOI: 10.1007/s10354-017-0597-8.

TANIMOTO, C.; MIWA, K. Factors influencing acceptance of transgender athletes. **Sports Management Review**, 24, 452-474, 2021. doi: 10.1080/14413523.2021.1880771.

TENÓRIO, L.; PRADO, M. A. M. **Patologização das identidades trans e a violência na atenção à saúde: das normativas às práticas psicológicas**. In: UZIEL, Anna Paula et al (organização) *Transdiversidades: práticas e diálogos em trânsito*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2015.

VAL, A. C. et al. “Nunca Me Falaram sobre Isso!”: o Ensino das Sexualidades na Perspectiva de Estudantes de uma Escola Federal de Medicina. **Rev.bras.educ.med.**, Brasília, v.43, n.1, supl.1, p. 108-118, 2019.

ZOBOLI, F.; MANSKE, G. S.; GALAK, E. A generificação dos corpos de atletas trans e políticas de biologização do sexo. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 2, 2021. DOI 10.1590/1806-9584-2021v29n279304.

## 7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE

Os resultados enfatizaram a urgente necessidade de reavaliar e adaptar as regulamentações esportivas, ampliando a compreensão da transexualidade no contexto esportivo, a fim de garantir uma inclusão adequada das pessoas trans neste cenário. É fundamental compreender que a estrita aderência às normas tradicionais de gênero e sexualidade é insuficiente e injusta. Neste contexto, políticas públicas que promovam o esporte e facilitem a participação de grupos marginalizados desempenham um papel crucial na promoção da igualdade.

A transexualidade nas práticas esportivas não deve ser vista como uma ameaça às normas estabelecidas, mas sim como uma oportunidade para enriquecer a diversidade, a saúde física e mental das pessoas trans por meio da participação esportiva. É essencial reconhecer que o esporte é um direito fundamental e uma poderosa ferramenta de inclusão social, além de facilitar a formação de redes de apoio.

Ao analisar essa relação a partir da promoção da saúde, fica evidente a importância dos espaços esportivos como locais que podem desempenhar um papel relevante na promoção da inclusão social, da diversidade e da igualdade de oportunidades. No entanto, também é claro que, muitas vezes, esses espaços esportivos perpetuam padrões e normas que excluem e marginalizam pessoas com identidades de gênero e orientações sexuais diversas.

É crucial questionar as estruturas e normas existentes, buscando criar espaços mais acolhedores, inclusivos e igualitários. A desconstrução da matriz cis-heteronormativa no esporte exige a participação ativa de todas as partes interessadas, incluindo atletas, treinadores, dirigentes, fãs e instituições esportivas. A exclusão de indivíduos desses ambientes não se deve apenas à falta de habilidades físicas e técnicas, mas também à normalização de corpos e habilidades que prevalecem nesses contextos.

Ao adotar a teoria do reconhecimento como uma lente de análise, fica claro que a transexualidade deve ser considerada como uma identidade legítima. A partir

desse reconhecimento, torna-se possível pensar em verdadeira inclusão. Enquanto essas desestabilizações não ocorrerem, a discussão sobre a integração das pessoas trans no esporte continuará em um contexto regulado por uma concepção binária.

A busca pela inclusão no cenário das práticas esportivas ocorre por diversas razões, incluindo a visibilidade que o esporte proporciona, o que contribui para a luta das pessoas trans por igualdade social. Além disso, a inclusão através das práticas esportivas pode representar uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho formal, uma vez que a empregabilidade é uma das questões mais prementes para a população trans.

A utilização dos GFO demonstrou grande potencial, por permitir a integração de diferentes pessoas, com experiências e possibilidades únicas, o que possibilitou a troca, criação de vínculo, qualificação do debate e uma maior compreensão do fenômeno estudado.

Em última análise, este trabalho abordou uma compreensão mais inclusiva, ampliada e igualitária do esporte, através do entendimento das práticas esportivas, onde todas as pessoas, independentemente de sua identidade, tenham a oportunidade de participar plenamente e desfrutar dos benefícios que o esporte oferece. É um convite para a construção de um ambiente esportivo mais justo, acolhedor e diversificado.

Os resultados obtidos a partir da análise das experiências de pessoas trans no contexto esportivo serão apresentados de forma a subsidiar uma série de recomendações. Estas, por sua vez, serão delineadas em formato de tópicos para proporcionar uma abordagem clara e direta. Cada tópico de recomendação é construído a partir dos achados, visando promover uma reflexão profunda sobre a necessidade de transformações estruturais, políticas e sociais no âmbito esportivo, com o intuito de garantir a inclusão, respeito às identidades trans e a desconstrução de barreiras cisheteronormativas. Essas recomendações visam orientar futuras ações e intervenções no sentido de tornar o ambiente esportivo mais acessível, acolhedor e igualitário para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero.

### **Reconhecimento e Inclusão nas Práticas Esportivas, algumas recomendações a partir dos achados da tese:**

1. As pessoas trans enfrentam barreiras pela não-reconhecimento de suas identidades, resultando em experiências marcadas por exclusão e violência no contexto esportivo.
2. Desenvolver políticas e práticas esportivas que reconheçam e respeitem as identidades das pessoas trans, superando estereótipos e questionamentos sobre a legalidade de suas presenças nesses espaços.
3. Implementar políticas inclusivas que favoreçam a inserção de grupos marginalizados no esporte, combatendo diferentes formas de exclusão estrutural e promovendo um ambiente que garanta direitos.

### **Outras Facetas do Esporte:**

1. Expandir o entendimento do esporte para além da performance e busca por um corpo saudável, reconhecendo-o como uma ferramenta vital de socialização, construção de redes de apoio e existência para pessoas trans.
2. Repensar legislações vigentes nos esportes de alto rendimento quando aplicadas em outros contextos esportivos, tornando o esporte participativo e educativo acessível a todas as pessoas.
3. Profissionais e professores que atuam no esporte devem repensar seus papéis educativos, implementando práticas que favoreçam a inclusão de pessoas trans em diferentes espaços esportivos.
4. Valorizar os benefícios psicossociais das práticas esportivas, indo além das questões físicas e biológicas.
5. Promover o esporte como ferramenta para a coesão social, reconhecendo sua capacidade de proporcionar oportunidades e quebrar barreiras sociais para pessoas trans.
6. O esporte deve ser considerado uma oportunidade de sobrevivência e uma plataforma social, proporcionando acesso ao mercado de trabalho, à educação e às redes comunitárias que melhoram a qualidade de vida.

**A Cisheteronormatividade como Obstáculo:**

1. Desenvolver políticas que desafiem a cisheteronormatividade, que não visem a adequação dos corpos trans e reforcem estereótipos de gênero.
2. Garantir igualdade de tratamento para pessoas trans, independentemente de sua expressão de gênero, e assegurar acesso sem pressão para se conformar aos padrões hegemônicos.
3. Investir em uma formação profissional sensível à diversidade, considerando as práticas esportivas como um espaço amplo de atuação.
4. Oportunizar o acesso às diferentes práticas esportivas, quebrando com concepções binárias e com a relação do esporte alinhada ao sexo-gênero.
5. Disseminar conhecimentos para além da comunidade científica, ampliando a compreensão das diferentes formas de vida e das diversas possibilidades de inserção no esporte.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DA TESE

ABÍLIO, A. G. M. Travestilidade e transexualidade: o reconhecimento jurídico das identidades sociais. **Revista Hispeci & Lema On-Line**, Bebedouro, v. 7, n. 1, p. 126-142, 2016.

ALENCAR, Gildiney Penaves; CAPUT, Richard Nicolas Marques; MELO, Elton Pereira de; PINTO, Vanderlei Porto; SILVA, Junior Vagner Pereira da. Promoção da saúde e políticas públicas de esporte e lazer: conexões e digressões. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 13, n. 2. p. 362-385, 2023.

AMARAL, Daniela Murta. Os desafios da despatologização da transexualidade: reflexões sobre a assistência a transexuais no Brasil. 2011. 107 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Saúde; Epidemiologia; Política, Planejamento e Administração em Saúde; Administra) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition (DSM-5). Arlington: American Psychiatric Publishing. 2013. Disponível em: [https://doi.org/10.1007/springerreference\\_179660](https://doi.org/10.1007/springerreference_179660)

ARÁN, M., MURTA, D., & LIONÇO, T. (2009). Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 14(4), 1141-1149.

ARLET, I. W.; FIGUEIREDO, M. F. Algumas considerações sobre o direito fundamental à proteção e promoção da saúde aos 20 anos da Constituição Federal de 1988. **Revista de Direito do Consumidor**, v. 67, p. 125-172, 2008.

ATHAYDE, P.; MASCARENHAS, F., FIGUEIREDO, P. O. F. N., REIS, N. S.. O esporte como direito de cidadania. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 2, abr./jun. 2016

BAGAGLI, B. P. **“Cisgênero” nos discursos feministas: uma palavra “tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida”**. Campinas: UNICAMP/IEL/Setor de Publicações, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Brasília. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008. Aprova a Regulamentação do Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de saúde (SUS). Diário Oficial da União 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde. Brasília: 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL, Ministério da Saúde; BRASIL, Secretaria de Políticas Públicas. As Cartas da Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002

BENTO, B. **O que é transexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, B. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. **Revista Florestan**, São Carlos, v. 1, n. 2, p. 32-48. 2014

BORDIEU P. **The forms of social capital**. In: **Richardson JG, editor. Handbook of theory and research for sociology of education**. New York: Greenwood Press; p. 241-8, 1986.

BORTONI, L. Reportagem. Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional. Senado Notícias, 2017. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especialcidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-damedia-nacional>> Acesso em 10. Out. 2021

BOURIS, A., EVERETT, B. G., HEATH, R. D., ELSAESSER, C. E., & NEILANDS, T. B. Effects of Victimization and Violence on Suicidal Ideation and Behaviors Among Sexual Minority and Heterosexual Adolescents. **LGBT Health**, 3(2), 153–161. 2016.

BRAIDOTTI, R. **Metamorphoses: Towards a materialist theory of becoming**. John Wiley & Sons, 2002.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 163–177, 2000.

BUSS, P. M. Promoção da saúde da família. **Revista Brasileira de Saúde da Família**. Brasília, 2002; 2 (6): 50-63.

BUSS, P. M. Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**, v. 2, p. 19–42, 2003.

BUSS, P. M.; CARVALHO, A. I. DE. Desenvolvimento da promoção da saúde no Brasil nos últimos vinte anos (1988-2008). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 2305–2316, 2009.

BUTLER, J. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"**. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 151-172.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CAMARGO, W. X.; KESSLER, C. S. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. **Horizontes Antropológicos**, n. 47, p. 191-22, 2017.

CARVALHO, S. R. As contradições da promoção à saúde em relação à produção de sujeitos e a mudança social. **Ciência e saúde coletiva**, 2004.

CARVALHO, M. F. L. Reconhecimento e purificação: considerações sobre medicalização e moralidade na experiência de travestis e transexuais. **Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades**, Deslocamentos. Florianópolis, 2010.

CARVALHO, H. S. B. **Uma revisão de literatura no âmbito da produção acadêmica em língua portuguesa sobre medicalização, medicamentação e hormonização de pessoas transexuais no processo transexualizador**. Trabalho de Conclusão de curso. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2016

CAMARGO, W. X. KESSLER, C. S. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. **Horizontes Antropológicos**, n. 47, p. 191, 2017. Disponível em <https://journals.openedition.org/horizontes/1488>. Acessado em 29.10.2021

CAMARGO, W. X. Gêneros em disputa: a LiGay Nacional de Futebol Society e o espaço de acontecimentos, **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 2, p. 1–13, 2021.

COELHO, R. T; FILHO, R, M; LUZ, E; COSTA JÚNIOR, E. F. Atletas transgêneros: tabu, representatividade, minorias e ciências do esporte. **Revista de Trabalhos Acadêmicos UNIVERSO São Gonçalo – Vol. 3 – Nº 5**, p. 29 – 58. 2018

COLEMAN J. S. *Foundations of social theory*. Cambridge: Harvard University Press; 1990.

COMISSÃO PARA OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE (CDSS). *Redução das desigualdades no período de uma geração: igualdades na saúde através da ação sobre os determinantes sociais*. Geneva: OMS, 2010

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL [COI]. **IOC rules transgender athletes can take part in Olympics without surgery**. The Guardian, 25 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/sport/2016/jan/25/ioc-rules-transgender-athletes-can-take-part-in-olympics-without-surgery>>.

CZERESNIA, D. Ações de promoção à saúde e prevenção de doenças: o papel da ANS. Texto elaborado para o Fórum de Saúde Suplementar, 2003a.

CZERESNIA, D. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção.

**Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**, v. 2, p. 1–7, 2009.

DA SILVA, R. F. F. Transexuais e a garantia de direitos através dos regulamentos esportivos. **Ludopédio**, São Paulo, v. 132, n. 74, 2020.

DE SÁ, R. F.; MOYSÉS, S. T. O processo avaliativo em promoção de saúde como estratégia de empoderamento e de desenvolvimento de capacidades. **Boletim Técnico do Senac**, v. 35, n. 2, p. 28–35, 2009.

DE TILIO, Rafael; CALEGARI, Gabriel Braga. Análise do Discurso da patologização da transexualidade. **Brazilian Journal of Development**, 5.3: 2292-2302. 2019

DOS ANJOS, L. A.; GOELLNER, S. V. **Esporte e transgeneridade: corpos, gêneros e sexualidades plurais**. In: DORNELLES, P. G.; WENETZ, I., et al (Ed.). Educação física e sexualidade: desafios educacionais. 1. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, p.51-72. 2017 (Coleção Educação Física).

DUARTE, M. J. O. Diversidade Sexual, Políticas Públicas E Direitos Humanos: Saúde E Cidadania LGBT Em Cena. **Temporalis**, [S.l.], v. 1, n. 27, p. 77-98, ago. 2014

ELIAS, V. A. A psicanálise no hospital e a demanda (trans) sexual. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 29-41, dez. 2006.

FERRELLI R. M. Cohesión social como base para políticas públicas orientadas a la equidad en salud: reflexiones desde el programa EUROsociAL. **Rev Panam Salud Pública**. 38(4):272–, 2015.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 2ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015a.

FONTENOT H. B, CAHILL S. R, WANG T, GEFFEN S, WHITE B. P, REISNER S et al. Transgender Youth Experiences and Perspectives Related to HIV Preventive Services. **Pediatrics**. 2020;145(4): e20192204. DOI: 10.1542/peds.2019-2204

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista”. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, , p. 231-239, 2006.

FRASER, N. **Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado**. Lua Nova. N. 77, p. 11- 39. São Paulo, 2009.

GOLDENBERG, Felipe; et.al. Reportagem. Desigualdade e preconceito são recorrentes em diversos ambientes do convívio social. Humanista: jornalismo e direitos humanos, 2018. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/humanista/2018/01/15/transexuais-encontramdificuldades-para-o-acesso-a-educacao-e-trabalho/>> Acesso em 11 de out. de 2021.

GUACIRA LOURO, L. **Pedagogias da sexualidade**. In: LOURO, G. L. (Ed.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2.ed. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.9-34

GUTIERRES, Stephanie Moreira; LORDELLO, Sílvia Renata. Promoção da saúde com transexuais e travestis: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Psicologia Política**, 2020, 20.47: 165-177.

GROSZ, E. Time travels. Duke University Press, 2005.

HARPER, J. Race Times for Transgender Athletes. **Journal of Sporting Culturies & Identities**, Champaign, v.6,n.1, p.1-9, 2015

HARPER, J.; OSPINA, J. B.; PATIÑO, M. J. M.-. Analysis of the Performance of Transgender Athletes. **SPORT SCIENCE**, 2016.

HARPER, J. et al. The fluidity of gender and implications for the biology of inclusion for transgender and intersex athletes. **Current Sports Medicine Reports**, Indianapolis, v. 17, n. 12, p. 467-472, 2018.

HAVE, Henk t. Respect for Human Vulnerability: The Emergence of a New Principle in Bioethics. **Bioethical Inquiry** 12:395–408. 2015.

HINE, C. **Etnografia virtual**. Barcelona: Editorial UOC, 2004.

HONNETH A. **Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais**. 2.ed. São Paulo: Ed.34; 2009.

JONES, B. A. et al. Sport and Transgender People: A Systematic Review of the Literature Relating to Sport Participation and Competitive Sport Policies. **Sports Medicine** (AUCKLAND), v. 47, p. 701-717, Outubro 2016.

KOMENTANI, P. Reportagem. Transexuais enfrentam barreiras para conseguir aceitação no mercado de trabalho. Globo, 2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/transexuaisenfrentam-barreiras-para-conseguir-aceitacao-no-mercado-detrabalho.ghtml>> Acesso em 11 de out. de 2021.

LANZ, L. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: **Transgente**, 2015.

LEITE, F. Construindo uma Grounded Theory sobre famílias brasileiras e consumos de anúncios com casais LGBT: inquietações metodológicas e Interseccionalidade. **Signos do Consumo**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 14-32, 2020.

LEITE JÚNIOR, Jorge et al. " Nossos corpos também mudam": sexo, gênero e a invenção das categorias " travesti" e " transexual" no discurso científico. 2008.

LIONÇO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transsexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis: revista de saúde coletiva**, 2009, 19: 43-63.

MACK, C. A. C. **A emergência da categoria da transexualidade na interseção com as técnicas biomédicas**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 105 p. 2015

MATTOS, P. de. O reconhecimento entre a justiça e a identidade. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**. N. 63, p. 143-161. São Paulo, 2004.

MCQUEEN, P. Honneth, Butler and the ambivalent effects of recognition. **Res publica**, v. 21, n. 1, p. 43-60, 2015.

MCQUEEN, P. Post-identity politics and the social weightlessness of radical gender theory. **Thesis Eleven**, Vol. 134(1) 73–88. 2016

MELONIO, N; SIQUEIRA, T. **O transgênero no Esporte**. eBook Kindle, p.6, 2016.

MENDONÇA, R. F. Dimensão intersubjetiva da autorrealização: Em defesa da teoria do reconhecimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**-vol. 24 nº 70, 2009.

MILLER, D. Como conduzir uma etnografia durante o isolamento social. Blog do Sociofilo, 2020. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2020/05/23/notas-sobre-a-pandemia-como-conduzir-uma-etnografia-durante-o-isolamento-social-por-daniel-miller>. (Acesso em 21.07.2021)

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12 ed. Hucitec-Abrasco. São Paulo/Rio de Janeiro, 2010.

MOREIRA, C. Reportagem. A cada 25 horas uma pessoa LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, intersexuais) morre no país. ABN, 2017. Disponível em < [http://www.aguaboanews.com.br/noticias/exibir.asp?id=12390&noticia=a\\_cada\\_25\\_horas\\_uma\\_pessoa\\_lgbti\\_lesbicas\\_gays\\_bissexuais\\_travestis\\_transexuais\\_e\\_transgenos\\_intersexuais\\_morre\\_no\\_pais](http://www.aguaboanews.com.br/noticias/exibir.asp?id=12390&noticia=a_cada_25_horas_uma_pessoa_lgbti_lesbicas_gays_bissexuais_travestis_transexuais_e_transgenos_intersexuais_morre_no_pais)> Acesso em 27 out.2021.

MOREIRA, J. et al. Educação popular em saúde: a educação libertadora mediando a promoção da saúde e o empoderamento. **Revista Contrapontos**, v. 7, n. 3, p. 507-521, 2009.

MOTT, L.; MICHELS, E. P. Relatório 2017: Mortes violentas de LGBTI no Brasil. Bahia: **Grupo Gay da Bahia**, 2017. Disponível em <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>

MURTA, Daniela. A psiquiatrização da transexualidade: análise dos efeitos do

diagnóstico de transtorno de identidade de gênero nas práticas de saúde [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

NAMASTE, V. **Sex change, social change: Reflections on identity, institutions, and imperialism**. Canadian Scholars' Press, 2011.

NASCIMENTO, R. H. J. **Transexualidade e esporte: uma análise dos discursos midiáticos jornalísticos**. 95f. 2020. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2020

NOBLE, J. B. *Sons of the Movement: FtMs Risking Incoherence on a Post-Queer Landscape*. Toronto: Women's Press. 2006

OLIVEIRA, I. de; ROMANINI, M. (Re) escrevendo roteiros (in) visíveis: a trajetória de mulheres transgênero nas políticas públicas de saúde. **Saúde e Sociedade**, 2020, 29: e170961.

ONU. *Esporte para o desenvolvimento e a paz: informativo da ONU no Brasil*. Nações Unidas, 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244329>. <Acesso em: 10 jun. 2021

PAGLIOSA, F. L.; DA ROS, M. A. O relatório Flexner: para o bem e para o mal. **Revista brasileira de educação médica**, v. 32, p. 492–499, 2008.

PAIM, M. B. **Ações de promoção à saúde desenvolvidas pelo nutricionista ligado ao núcleo de apoio à saúde da família, na atenção primária no município de Florianópolis/SC**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. 2013.

PEDROSA, G. F. S; GARCIA, R. M; PEREIRA, E. G. B. A cobertura televisiva sobre atletas transgênero: o caso do Esporte Espetacular. **Movimento**, 2023, e29045-e29045.

PEGA, F.; VEALE, J. F. The case for the World Health Organization's commission on social determinants of health to address gender identity. **American Journal of Public Health**, Washington, DC, v. 105, n. 3, p. e58-e62, 2015.

PERUCCHI, J; BRANDÃO, B. C.; BERTO, C. M. G.; RODRIGUES, F. D.; SILVA, J. A. Brazil's Unified Health System (SUS) and Its Treatment for Transgender People. **Psychology** (Irvine), v. 05, p. 1090-1094, 2014.

PETRY, A. R. Mulheres transexuais e o Processo Transexualizador: experiências de sujeição, padecimento e prazer na adequação do corpo. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 70-75, June 2015

PRECIADO, B. **Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: N-1, 2018.

PRECIADO, B. **Transfeminismo no regime farmacopornográfico**. Tradução de Thiago Coacci. 2010.

PUTNAM R. D. Boiling alone: American's decline social capital. **Journal of Democracy**; 6: 65-78, 1995.

ROCON, P. C., RODRIGUES, A., ZAMBONI, J., & PEDRINI, M. D. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 21, 2517-2526. 2016

SALIH, S. **Judith Butler e a Teoria Queer**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SANTOS, A. R. T. A experiência da hormonioterapia das transexuais em Maceió/AL. **Latitude**, Vol. 07, nº 1, pp. 129-147, 2013.

SANTOS, D. B. C. A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , v. 45, n. 157, p. 630-651, Sept. 2015 .

SANTOS, M. F. L. **A construção do dispositivo da transexualidade: saberes, tessituras e singularidades nas experiências trans**. Tese (Doutorado) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 185 p. 2010.

SILVA, R. F. F. Atletas transexuais nos regulamentos esportivos: desestabilizando a organização esportiva e a linearidade de gênero no esporte e no direito. 2021.

SILVA, J. V. P. da . Programas nacionais de atividades físicas em Universidades Federais brasileiras e relações com o lazer. **Movimento**, [S. l.], v. 28, p. e28044, 2022.

SILVESTRIN, J. P; VAZ, A. F. Transmasculinidades no esporte: entre corpos e práticas dissonantes. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, 2021.

SMANIOTTO, E. I. Raízes e Formas dos conflitos sociais. **Revista Urutágua** – revista acadêmica multidisciplinar. Quadrimestral – Nº 8 – Dez/Jan/Fev/Mar. Maringá, 2008.

SOLAR, O.; IRWIN, A. A conceptual framework for action on the social determinants of health. Social Determinants of Health. Discussion Paper 2 (Policy and Practice). Geneva: WHO, 2010

ROSEN, G. **Da polícia médica à medicina social: ensaios sobre a história da assistência médica**. Tradução de Ângela Loureiro de Souza. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

TAYLOR, C. **A política do reconhecimento**. In: Amy Gutmann (Ed.) *Multiculturalismo. Examinando a política do reconhecimento*, Instituto Piaget, 2006, p. 45-94.

VERDI, M. **Da haussmannização às cidades saudáveis – Rupturas e Continuidades nas Políticas de Saúde e Urbanização na Sociedade Brasileira do início do século XX**. (Tese de Doutorado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis; 2002

VERDI, M. I. M.; DA ROS, M. A.; CUTOLO, L. R. A. Saúde e sociedade [Recurso eletrônico]. **Universidade Aberta do SUS. Florianópolis: UFSC, 2010.**

WORLD HEALTH ORGANIZATION, O. W. H. **Carta de Ottawa para a Promoção da Saúde**. Conferência Internaonal da Promoção da Saúde. **Anais...1986**

WORLD HEALTH ORGANIZATION, O. W. H. **Declaração de Adelaide**. In: 1988, Adelaide. 2 Conferência Internacional da Promoção da Saúde. Adelaide: Word Health Organization,. **Anais...1988**

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The ICD-10 classification of mental and behavioural disorders: diagnostic criteria for research**. World Health Organization, 1993

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Declaração de Jacarta**. In: 1997, Jacarta. 4 Conferência Internacional de Promoção da Saúde. Jacarta: Word Health Organization, 1997.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, **Carta de Bangkok para a Promoção da Saúde**. In: Sexta Conferência Internacional de Promoção da Saúde. Bangkok, Tailândia, Agosto, 2005.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The ICD-11 Classification of Mental and Behavioural Disorders: Clinical Descriptions and Diagnostic Guidelines**. Geneva: World Health Organisation, 2018. 374p.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado (a) Senhor (a),

O (a) Sr (a). está sendo convidado a participar da pesquisa: **“PESSOAS LGBT E A PRÁTICA ESPORTIVA: EFEITOS NA VIDA SOCIAL”**. Está sendo desenvolvida por Msc Zeno Carlos Tesser Junior, do Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação do Prof. Dr. Douglas Francisco Kovaleski.

Os objetivos do estudo é compreender as práticas sociais implicadas na atividade esportiva de pessoas LGBT. A finalidade deste trabalho é contribuir para melhorar o entendimento de como a prática esportiva influencia a vida social das pessoas LGBT.

Solicitamos a sua colaboração para participar de uma entrevista de acordo com seu auto declaração voluntária de orientação sexual, seja LGBT ou heterossexual, para discutir a temática proposta no estudo. Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto.

A entrevista da qual você participará terá duração de no máximo 60 minutos. Será gravada e posteriormente transcrita para melhor análise do tema. Os dados obtidos ficarão armazenados sob a posse do pesquisador pelos próximos 5 anos, período após o qual os dados serão apagados. O participante tem total liberdade para autorizar ou não a gravação dos dados a qualquer instante.

Os riscos dessa pesquisa são mínimos sendo que o(a) Sr(a) pode se sentir desconfortável em responder alguma das questões norteadoras da entrevista ou com a temática a ser discutida, mas o(a) Sr(a). tem a liberdade de não responder ou interromper a sua participação em qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Todos os dados de gravação e transcrição obtidos através da entrevista serão utilizados somente para fins de estudo e o(a)s participantes não serão identificados, o(a) Sr(a). tem a liberdade de não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento sem qualquer prejuízo, mesmo após o início da entrevista. Está

assegurada a garantia do sigilo das suas informações. O Sr(a). não terá nenhuma despesa e não há compensação financeira relacionada à sua participação na pesquisa.

Os autores do presente estudo se comprometem com a confidencialidade e anonimato dos dados obtidos e afirmam que todas as informações prestadas serão utilizadas única e exclusivamente para fins de pesquisa científica.

Caso tenha alguma dúvida sobre a pesquisa o Sr. poderá entrar em contato com o coordenador responsável pelo estudo: Zeno Carlos Tesser Junior , que pode ser localizado no Centro de Ciências de Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina, sala 103 (das 14hrs às 17hrs) ou através do e-mail: [zenotjunior@gmail.com](mailto:zenotjunior@gmail.com).

Este termo será assinado em duas vias, pelo senhor e pelo responsável pela pesquisa, ficando uma via em seu poder.

---

Assinatura do pesquisador responsável

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo **“PESSOAS LGBT E A PRÁTICA ESPORTIVA: EFEITOS NA VIDA SOCIAL”**, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

---

Assinatura do participante

Florianópolis, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

## APÊNDICE B – Perguntas norteadoras GFO

1. Gostaria que vocês me falassem sobre as importâncias, bem como as dificuldades da inserção das pessoas trans no esporte
2. Quais os esportes que as pessoas trans mais praticam? E quais aqueles que elas menos praticam?
3. Existem diferenças para pessoas trans em práticas esportivas que sejam de caráter individual (musculação) e daquelas de caráter coletivo (equipes esportivas)
4. Você sente que a prática esportiva interfere em outros aspectos da sua vida?
5. Porque algumas pessoas trans estão inseridas apenas em grupos de esporte declaradamente LGBTs e outras em grupos não declaradamente LGBTs?
6. Existem dificuldades e/ou preconceitos praticados contra as pessoas trans no esporte pela própria comunidade LGBT?
7. Muitas pessoas alegam que as pessoas trans no esporte têm vantagens por conta do uso do hormônio. O que vocês têm a dizer sobre isso?
8. Nós sabemos que pessoas trans e pessoas drag são diferentes, mas eu percebo na minha experiência que às vezes as drags são chamadas para as aberturas dos campeonatos, mas elas não estão presentes dentro das equipes. Queria ouvir um pouco de vocês sobre isso.
9. Vocês desenvolveram vínculos de amizades e/ou inimizades com pessoas que estão nas mesmas equipes que vocês?
10. E por fim, como a COVID-19 mudou todo esse panorama que a gente perguntou?

## ANEXOS

### Anexo 1 - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SANTA CATARINA - UFSC



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Pessoas LGBT e a prática esportiva: efeitos na vida social.

**Pesquisador:** Douglas Francisco Kovaleski

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 24963919.4.0000.0121

**Instituição Proponente:** CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio  
Financiamento Próprio

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.729.477

##### Apresentação do Projeto:

Trata-se de pesquisa proposta pelo Prof. Dr. Douglas Francisco Kovaleski, do Programa de Pós- Graduação em Saúde Coletiva da UFSC. O projeto problematiza a participação das pessoas LGBT no esporte, que não é exatamente uma novidade, tendo crescido nas últimas três décadas. Como diversas pesquisas mostram que as pessoas LGBT praticam esportes por conta de construir amizades e interagir como os outros, o objetivo do trabalho é o de entender as práticas sociais existentes nos espaços esportivos e como elas interferem dessas pessoas. Para isso, serão feitas 30 entrevistas semiestruturadas com pessoas LGBT que praticam esportes. A técnica para a seleção da amostra será de "snowbal" até atingir o ponto de saturação. O conteúdo será analisado por meio de análise de dados. Com o estudo pretende-se identificar como a prática esportiva pode influenciar nos aspectos sociais das pessoas LGBT.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Compreender as práticas sociais implicadas na atividade esportiva de pessoas LGBT.

Objetivos secundários:

1) Entender quais foram os motivos que levaram as pessoas LGBT a praticarem esportes; 2) Identificar como a prática esportiva interfere na vida das pessoas LGBT; 3) Verificar quais os benefícios que a prática esportiva pode trazer para as pessoas LGBT.

<b>Endereço:</b> Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
<b>Bairro:</b> Trindade <b>CEP:</b> 88.040-400
<b>UF:</b> SC <b>Município:</b> FLORIANOPOLIS
<b>Telefone:</b> (48)3721-6094 <b>E-mail:</b> cep.propesq@contato.ufsc.br

Página 01 de 03

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 3.729.477

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Informa o pesquisador que o risco previsto é mínimo, oriundo de possíveis desconfortos que a temática pode gerar nos participantes. Somente serão aceitos para a pesquisa participantes maiores de idade. A participação será absolutamente livre, não implicando qualquer constrangimento para quem não queira participar ou que queira sair dela. Em qualquer momento da pesquisa, os participantes poderão solicitar esclarecimentos sobre ela ao pesquisador ou se retirar dela.

Os dados obtidos serão guardados em sigilo e utilizados somente para fins de estudo, estando em posse apenas do pesquisador. Será garantido o anonimato e a confidencialidade dos dados obtidos. Haverá proteção da imagem dos participantes da pesquisa, sendo que não serão utilizadas informações que possam gerar estigmatização ou prejuízo a eles, tanto de prestígio, autoestima ou de aspectos econômicos e financeiros. Sobre os benefícios, pretende-se contribuir nos estudos no campo de pesquisas com minorias de gênero e sexuais em saúde. Pode ajudar a impactar positivamente a saúde da população, demonstrando a importância da prática esportiva para o desenvolvimento social dessas pessoas.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Não há.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Apresenta folha de rosto assinada pelo pesquisador responsável e pelo chefe do Departamento de Saúde Pública da UFSC.

O cronograma indica que a coleta de dados será iniciada em janeiro de 2020.

Apresenta TCLE que atende às exigências da resolução CNS 466/12.

O roteiro de entrevista está anexado ao projeto apresentado.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Pela aprovação.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1461060.pdf	04/11/2019 17:23:18		Aceito
TCLE / Termos de	TCLE2.pdf	04/11/2019	ZENO CARLOS	Aceito

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401  
 Bairro: Trindade CEP: 88.040-400  
 UF: SC Município: FLORIANOPOLIS  
 Telefone: (48)3721-6094 E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

Página 02 de 03

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 3.729.477

Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE2.pdf	17:22:17	TESSER JUNIOR	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	CONEP.pdf	29/10/2019 14:24:24	Douglas Francisco Kowaleski	Aceito
Folha de Rosto	Digitalizado_10292019_012607.pdf	29/10/2019 14:18:22	Douglas Francisco Kowaleski	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

FLORIANOPOLIS, 27 de Novembro de 2019

Assinado por:  
Maria Luiza Bazzo  
(Coordenador(a))